



REVISTA
[●●●]
TRÊS PONTOS

**CENTRO
ACADÊMICO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS
DA UFMG**

**Ano 16, N. 1
Janeiro/Junho 2019
ISSN: 1808-169X
e-ISSN: 2525-4693**

UFMG

Universidade Federal de Minas
Gerais

Amanda Matos Valente

André Rodrigues de Freitas

Bianca Dos Santos Marques

Daniel Porcel Bastos

Gabriela da Costa Silva

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere

Sofia Guimarães Campos

Thaíssa de Oliveira Vasconcelos

**Vanessa Teixeira de Freitas No-
gueira**

[EDITORIAL]

É com satisfação que lançamos a edição de número 16 da Revista Três [...] Pontos. Após 15 anos de (re) existência, continuamos a proporcionar um espaço de pluralidade para que graduandos(as) e recém-graduados(as) expressem seus pontos de vista das mais diversas áreas de conhecimento das humanidades e de todas as partes do país.

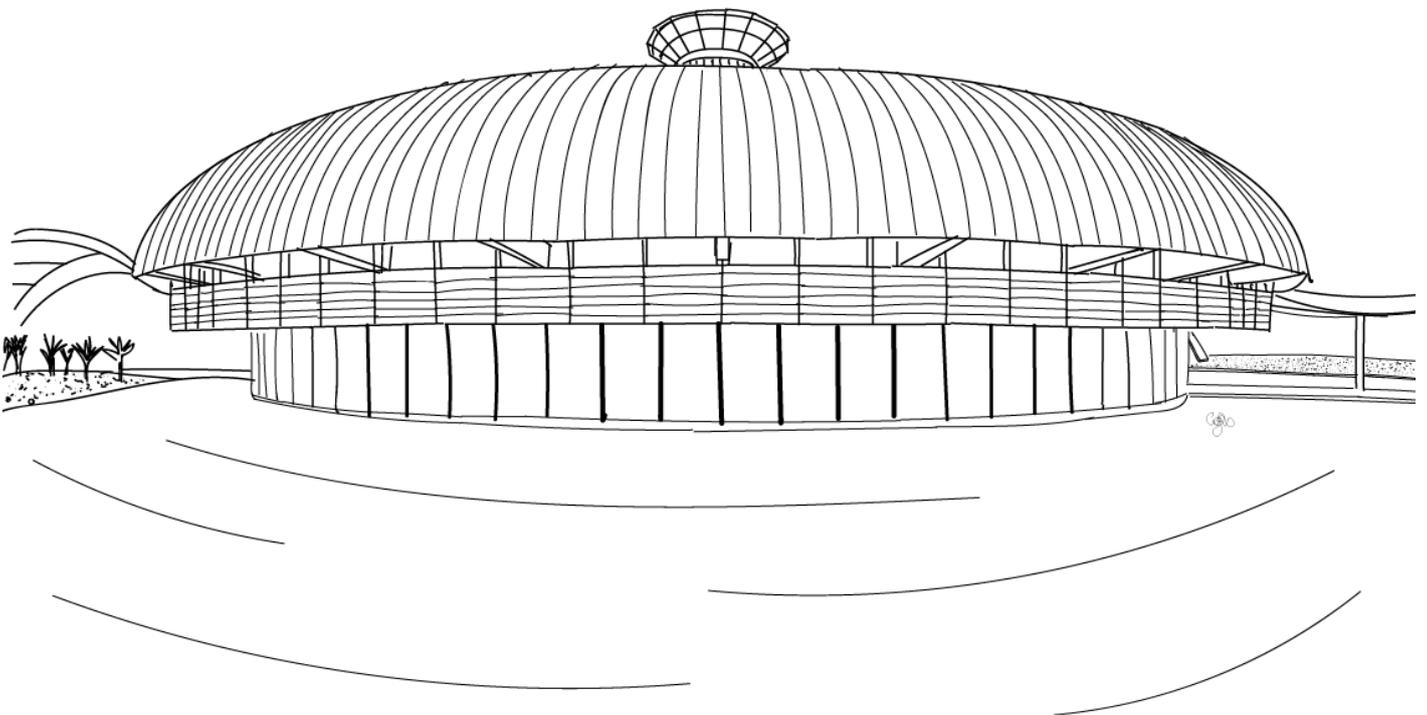
Nesta edição, contamos com 09 (nove) autores e 07 (sete) artigos, das áreas de Sociologia, Engenharia Civil, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Humanidades, Libras e Psicologia. Os artigos vão desde uma análise sociológica sobre as produções artísticas até às consequências do Programa Luz Para Todos no modo de vida de comunidades quilombolas e indígenas, e assentamentos voltados para a agricultura familiar nas regiões Norte e Nordeste.

Tamanha pluralidade gera grande contentamento a nós, membros do Conselho Editorial, pois desde a sua criação, a Revista teve por objetivo firmar-se como canal aberto, não paroquialista, acessível para estudantes das mais variadas linhas de pesquisa e origens e, felizmente, temos conseguido cumprir com nossos objetivos.

Celebramos mais esta edição buscando sempre honrar a confiança em nós depositada, desejando proporcionar cada vez mais visibilidade aos trabalhos acadêmicos das jovens pesquisadoras e pesquisadores brasileiros.

A Revista Três [...] Pontos agradece a todas e a todos pela preferência e reafirma seu compromisso de se manter como um espaço sempre aberto para estudantes de todo o país.

Boa Leitura!



Camila A. Penaforte

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
E-mail: <camila.penaforte.penaforte@outlook.com>

A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACs) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criada em 2004, é um periódico com publicação semestral nos formatos impresso e digital, destinada a estimular a produção e divulgação de conhecimentos científicos de graduandos e recém-graduados e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A revista é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. Recebemos trabalhos em fluxo contínuo e publicamos artigos, resenhas, relatos de experiência, ensaios e entrevistas em língua portuguesa, além de trabalhos artísticos inéditos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE REDAÇÃO

EXPEDIENTE REDAÇÃO:
REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, FAFICH/UFMG – Sala 4214,
Pampulha – CEP 31270-000, Belo Horizonte- MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
<revistatrespontos@fafich.ufmg.br>
<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/issue/archive>>

EDITORIA-EXECUTIVA

Camila Aparecida Penaforte (Discente – UFMG)

EDITORIA-ADJUNTA

Ana Elisa de Melo Pereira (Discente – UFMG)

CONSELHO EDITORIAL

| | |
|---|---|
| Aline Mendes Pereira (Discente – UFMG) | Marcos Palmeira de Souza (Discente – UFMG) |
| Profa. Ana Lúcia Modesto (DSO-UFMG) | Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG) |
| Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG) | Rafaela Rodrigues de Paula (Discente – UFMG) |
| Prof. Eduardo Viana Vargas (DAA-UFMG) | Prof. Renarde Freire Nobre (DSO-UFMG) |
| Profa. Érica Renata de Souza (DAA-UFMG) | Steffane Pereira Santos (Discente – UFMG) |
| Letícia Silva e Pires (Discente – UFMG) | Tulio Henrique Gomes da Silva (Discente – UFMG) |

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Carlos Pereira (University of Michigan/EUA)
Prof. Cícero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA/PNUD)
Prof. Mareei de Lima Santos (UFRN)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa. Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Profa. Solange Simões (University of Michigan/EUA)

COLABORADORES

Aira Souza Almeida (Discente – UFMG)
Ana Sophia Barbosa Silveira (Discente – UFMG)
Brenda Santos de Miranda (Discente – UFMG)
Caio Moraes Sena (Discente – UFMG)
Franciele Oliveira Marinho (Discente – UFMG)
Luís Henrique Teixeira da Silva (Discente – UFMG)
Marco Aurélio Dias Rezende (Discente – UFMG)
Marina Morena Santos Cruz (Discente – UFMG)
Renata Giovanna Pimentel Coluccini (Discente – UFMG)
Thamiris dos Santos (Discente – UFMG)

PROJETO GRÁFICO

Arthur Serra

DIAGRAMAÇÃO

Raíssa Mateus de Oliveira Silva

IMAGEM DA CAPA

Lucas Felipe

REVISÃO

Alessandra Emanuelle Macieira Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Fafich-UFMG

CIRCULAÇÃO

Dezembro 2019

INDEXAÇÃO

Portal de Periódicos da ANPOCS, Portal Periódicos de Minas, Biblioteca Digital do Tribunal Superior Eleitoral, Portal de Periódicos da CAPES, Sistema de Bibliotecas UFMG, Portal de Periódicos da UFMG, Diadorim, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Directory of Research Journals Indexing (DRJI), Google Acadêmico e Latindex.

QUALIS/CAPES

B4 para Antropologia/Arqueologia; B4 para Interdisciplinar; B5 para Ciência Política e Relações Internacionais; B5 para Sociologia; B5 para História (Quadrênio 2013-2016).

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos: Revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
Ano 16, n.1 (janeiro/junho de 2019) – Belo Horizonte 2019.

V. : 30,5cm. Semestral.
Editor: Centro Acadêmico de Ciências Sociais/ UFMG
ISSN: 1808-169X | e-ISSN: 2525-4693

1 Teoria social – Periódicos 2. Ciência Política – Periódicos 3. Sociologia e Antropologia – Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III. Título

SUMÁRIO

EDITORIAL

3 EDITORIAL

Camila Penaforte

ARTIGOS

6 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO OLHAR SOCIOLÓGICO NA ARTE: GUSTAV KLIMT E ANITA MALFATTI

Sofia Guimarães Campos

16 TEORIA DE HISTÓRIA: MEMÓRIA, ESCALA E PODER SIMBÓLICO

André Rodrigues de Freitas

24 ERA UMA VEZ: OS CONTOS DE FADAS COMO OS PRIMEIROS TIJOLOS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO

Amanda Matos Valente

Thaíssa de Oliveira Vasconcelos

34 "A (RE)EXISTÊNCIA ATRAVÉS DA ESCRITA" - A CONTRANARRATIVA MOBILIZADA PELAS OBRAS DE AUTORAS NEGRAS BRASILEIRAS

Gabriela da Costa Silva

41 QUAIS SÃO AS PERCEPÇÕES DOS LICENCIANDOS DA UNILAB SOBRE COMO SUA FORMAÇÃO E A DISCIPLINA DE LIBRAS OS CAPACITAM PARA A FUTURA ATUAÇÃO NO ENSINO DE SURDOS?

Bianca Dos Santos Marques

Vanessa Teixeira De Freitas Nogueira

51 DESEMPREGO E SAÚDE PÚBLICA: ARTICULAÇÕES ENTRE PSICOLOGIA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere

63 O PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PAC) SOB A LUZ DAS CAPACIDADES ESTATAIS: ATIVISMO ESTATAL PARA O INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NO "BRASIL PROFUNDO"

Daniel Porcel Bastos

A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO OLHAR SOCIOLÓGICO NA ARTE:

GUSTAV KLIMT E ANITA MALFATTI

“Deitei-me embaixo dos dormentes e esperei o trem passar por cima de mim. (...) O barulho ensurdecedor, a deslocação de ar, a temperatura asfixiante deram-me uma impressão de delírio e de loucura. E eu via cores, cores e cores riscando o espaço, cores que eu desejaria fixar para sempre na retina assombrada. Foi a revelação: voltei decidida a me dedicar à pintura.”¹

Resumo: O trabalho pretende realizar uma análise do olhar sociológico sobre as produções artísticas, superando noções de genialidade e abstração da arte. A proposta é verificar a construção metodológica do olhar sociológico na arte a partir dos dois polos, – internalista e externalista – entendendo como eles se concretizam na análise, usando como exemplos empíricos, as interpretações de Sergio Miceli e Schorske, sobre Anita Malfatti e Gustav Klimt respectivamente. Nesse sentido, o texto irá evidenciar as relações sociais, históricas, culturais, e de negociação dentro do campo artístico que estão por trás das escolhas dos artistas e representam a contribuição da Sociologia.

Abstract: *The work intends to carry out an analysis of the sociological view on the artistic productions, surpassing notions of genius and abstraction of art. The proposal is to verify the methodological construction of the sociological view in art from the two poles, – internalist and externalist – understanding how they work, using as empirical examples the interpretations of Sergio Miceli and Schorske, on Anita Malfatti and Gustav Klimt respectively. In this sense, the text will highlight the social, cultural, and negotiation relations within the artistic field that are behind the choices of artists and represent the contribution of Sociology.*

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é oportuno detalhar o campo da Sociologia da Arte, o qual este trabalho está incluído, retomando sua construção, trajetória e momento atual (estado da arte). A tarefa é difícil e resgata inúmeras controvérsias e correntes da área, entretanto, será apresentada de maneira simples com o intuito de situar o leitor brevemente. A Sociologia da Arte é uma subdisciplina da Sociologia que analisa a arte – literatura, música, teatro e pintura – como um fenômeno social, ou seja, como uma categoria cultural produzida em sociedade, na qual práticas pertinentes à produção, distribuição e consumo acontecem e interagem. Apesar de “arte” e “cultura” serem temas centrais dos escritos mais antigos da Europa, foi na década de 1960, que começou um movimento para estabelecer a Sociologia da Arte como um subcampo da Sociologia na França, na qual, historicamente, recebeu maiores contribuições² (QUEMIN, 2017). Paralelamente, vale pontuar a corren-

te teórica da Sociologia da Arte na Alemanha, que teve desenvolvimento, principalmente, com a perspectiva marxista, através da escola de Frankfurt com Max Horkheimer (1895 – 1973), Walter Benjamin (1892 – 1940), Theodor W. Adorno (1903 – 1969) e Jürgen Habermas (nascido em 1929).

Mais tarde, na década de 1980, ainda na França, aconteceu a institucionalização da disciplina – com sua inserção em centros universitários, congressos e publicações do gênero. Além disso, uma preocupação social e política com a cultura e as artes acabou por influenciar também outras tradições nacionais como nos Estados Unidos³. Atualmente, emergem temas importantes e apropriados para análise sociológica da arte, tais como classe social, raça, etnia, gênero, política e economia ancoradas na dimensão prática e do consumo dos produtos culturais, o que mostra a abrangência da Sociologia da Arte e sua relevância para o campo geral da disciplina (QUEMIN, 2017).

Sofia Guimarães

Campos

Graduanda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Contato

<sofiagcampos15@gmail.com>

Palavras-chave:

Arte; Campo da Arte; Construção Metodológica; Anita Malfatti; Gustav Klimt.

Keywords:

Art; Artistic Field; Methodological Construction; Anita Malfatti; Gustav Klimt.

1 Depoimento a Luís Martins, “Em São Paulo, com Anita Malfatti”, Vamos ler!, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1939, p.35.

2 O primeiro livro associando arte e sociologia foi do francês Jean-Marie Guyau, “Art from a Sociological Perspective” (1889). Pierre Bourdieu e Alain Darbel’s publicaram o trabalho “The Love of Art” em 1966 e, em 1967, Raymonde Moulin fez a primeira publicação de “The French Art Market”, decisivo na institucionalização da sociologia da arte (QUEMIN, 2017).

3 Alguns exemplos são: Vera Zolberg, Priscilla Ferguson, and Diana Crane e Howard S.Becker.

Este trabalho parte de uma curiosidade inicial, a qual suscitou o interesse na área: como ocorre o entendimento da produção artística dentro das ciências sociais. Assim sendo, é nesse lugar que o artigo se situa: na dimensão da produção da arte. Se para muitos parece nítido o olhar sociológico sobre uma pintura, um livro, uma música ou um filme, em algum momento, nem todos/as irão compreender. Ademais, aquelas pessoas que vão visitar centros culturais ou buscam *online* qualquer coisa de seu interesse artístico, podem também não saber da grandiosidade do universo por trás de uma pintura, por exemplo. E é sobre isso que o trabalho pretende tratar, como já diz o título, da construção metodológica da análise de quadros. O exemplo empírico, para melhor elucidar as questões, será dado à luz do pintor Gustav Klimt com a análise de Schorske em “Viena fim-de-siecle política e cultura” (1988); e da artista brasileira Anita Malfatti sob a interpretação de Sérgio Miceli no livro “Nacional Estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo” (2003).

O objetivo é desenvolver uma estratégia de orientação para visualizar uma obra com o olhar sociológico. O debate entre duas atitudes filosóficas sobre a relação entre arte e sociedade trata de um lado a “arte pela arte”, afirmando que a estética da obra é o que importa, excluindo as circunstâncias históricas; e por outro lado defende a “arte engajada”, na qual a mensagem/conteúdo transmitidos pela obra é central, sendo necessária uma posição crítica do artista para “conscientizar” o público. Nesse sentido, a primeira dimensão é, na maioria das vezes, absorvida pelo senso comum e introduz uma noção de arte como o produto do ápice da expressão de alguém, referindo-se aos meandros da alma e da genialidade do artista.

No presente artigo, a pretensão é expor a existência de elementos e contextos que dão suporte para aquele artista produzir o que produz, situando, então, princípios fundamentais da análise sociológica da arte: as relações sociais de grupo, condição social, étnica, econômica, educacional, estilo de vida, hábitos e atitudes. Segundo Antônio Candido (1995), só podemos entender a integridade de uma obra quando fundimos “texto” e “contexto” numa interpretação dialética. A arte, então, será um objeto de estudo como qualquer outro dentro das Ciências Sociais, que será esmiuçado e des-sencantado.

Quem estuda arte? O historiador da arte ou o sociólogo? O que é necessário para o estudo da arte? Os historiadores da arte são aqueles que comumente possuem um conhecimento técnico sobre o mundo da arte, fazendo, assim, associações internas. A chamada análise internalista compreende as referências do artista, as escolas vinculadas, as formas pinceladas, o uso das cores, do desenho e as características dos traços. Outros estão mais interessados no contexto social, por exemplo, os sociólogos ou os historiadores sociais da arte. A chamada análise externalista foca nas relações sócio-históricas de negociação do campo da arte, do mercado, nas experiências pessoais dos artistas, e a ligação de todos os elementos com o quadro.

Carl Emil Schorske era um historiador. Já Sérgio Miceli é sociólogo da arte. Contudo, as duas formas de interpretação – internalista e externalista – andam juntas, em algum grau, nas análises dos autores presentes, sendo o núcleo de uma interpretação bem sucedida de uma produção artística, a qual queremos expor como referência. A tarefa não é simples e exige esforços dos dois lados para colocá-la em prática, pois os campos são especializados e a interdisciplinaridade torna-se arduosa, quando adentrar em uma área desconhecida, pressupõe aprofundar em detalhes, cânones e discussões técnicas do conhecimento.

Assim, do mesmo modo que em “A Pintura da Vida Moderna: Paris na arte de Manet e seus seguidores” (1988) do historiador da arte Clark, a metodologia aqui usada, e também um dos recursos de Sergio Miceli e Schorske, é/foi dar espaço para as expressões do campo. Ou seja, interpretar os relatos, opiniões e críticas sobre a produção cultural aos olhos dos contemporâneos da época. Faz-se, assim, pois, diferente de um olhar que traz uma bagagem intelectual, as fontes anunciam o contexto e, mais ainda, dão margem para demonstrar uma interpretação escondida internamente na obra que só trans- parece ao convocar tais fontes. Desaguar em um olhar sociológico propriamente dito depende das referências, isto é, erudição do pesquisador sobre aquele campo que estuda, buscando fontes variadas, as quais dão respostas para as escolhas das obras. Por certo, este trabalho usará as fontes que os autores de cada análise trouxeram e algumas adicionais advindas das leituras complementares da autora do artigo.

APRESENTAÇÃO

No capítulo do livro de Carl Emil Schorske denominado "Gustav Klimt: Pintura e Crise do Ego Liberal" (1988), a leitura nos mostra, através da história do líder do Movimento de Secessão, a crise na cultura da época, a busca de uma nova identidade por parte dos artistas e consequentemente as questões ideológicas e políticas contida nas obras. Na seção "Anita Malfatti" do livro "Nacional Estrangeiro" (2003) de Sérgio Micelli, outro exemplo nos salta aos olhos, agora no início do século XX no Brasil. É possível acompanhar, através das evidências presentes nas obras do modernismo paulista, aspectos das experiências da artista, sua relação com os mestres das vanguardas da Europa, seu lugar no ambiente dos modernistas brasileiros e, sobretudo, sua condição de imigrante e mulher⁴.

Dessa maneira, os quadros que serão aqui analisadas são mais que uma expressão da genialidade e talento de uma pessoa. Na verdade, são marcados por escolhas, negociações e, também, uma identidade pessoal que não é flutuante, pois está situada em um determinado tempo, espaço, condição social, de gênero e étnica-cultural.

ANÁLISE

Anita, como diz no texto, era filha de imigrantes, que se instalaram na região de Campinas (SP) e foram logo adentrando a rede de negócios por possuírem alta qualificação profissional. Irremediavelmente, nasceu com uma deficiência na mão direita. Tais circunstâncias são capazes de serem percebidas em suas obras de alguma maneira: nas imagens deformadas, cores sobrepostas, personagens e posturas retratados em tela são significadas externamente. A sessão de quadros da exposição de 1917, após a temporada de estudos nos Estados Unidos⁵, demonstra alguns desses indícios. Por exemplo, em uma sequência de telas com pinturas de mulheres, *A estudante russa* (Fig. I) e *A mulher de cabelos verdes* (Fig. II), a artista representa a mão direita cobrindo a mão esquerda, ou oculta as mãos, ajustando-se ao gigantismo da figura.



Figura I. *A Estudante Russa*. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1370/a-estudante-russa>>. Acesso em: 24 de Jun. 2018. Verbete da Enciclopédia.

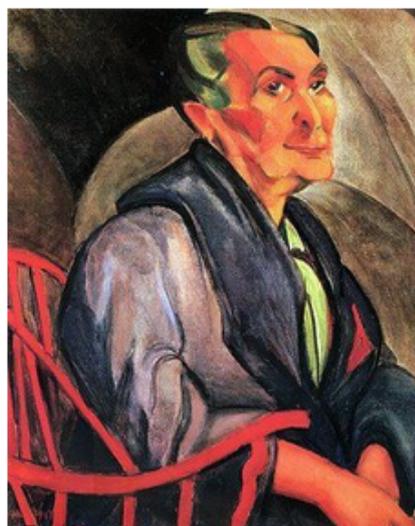


Figura II. *A Mulher de Cabelos Verdes*. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2048/a-mulher-de-cabelos-verdes>>. Acesso em: 24 de Jun. 2018. Verbete da Enciclopédia.

Em uma entrevista para Revista Trópico, Sergio Micelli diz:

"O pintor é alguém que depende de toda a sustentação de sua habilidade manual. Para qualquer pessoa, não ter uma mão já é complicado. Para um pintor, é muito pior, pois se trata de uma vivência relacionada ao ofício. E isso é tão lancinante na obra que é perceptível em tudo. E não apenas porque, figurativamente, existe uma espécie de simbolismo da ausência da mão. Mas também porque a própria forma da deformação plástica que

4 As duas histórias se encontram, indiretamente, em um fato interessante de se pontuar. Anita Malfatti embarcou para estudar na Alemanha em 1910, quando o país era palco da vanguarda nas artes plásticas, após as "Secessões" de Viena - liderada por Klimt aqui estudado - e de Berlim. O expressionismo era uma das muitas vertentes que emergiram na nova arte européia, a qual sugerem alguns críticos, está presente na obra da artista (GONÇALVES, 2012).

5 Passou três anos estudando na Alemanha e fez uma primeira exposição individual em São Paulo no ano de 1914, e depois 1915-6 foi estudar nos EUA (MICELLI, 2003).

6 Acessada em 18 / 03 / 2019 : <<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/1662,1sh>>.

ela empreende em suas telas tem a ver com a ausência da mão. Se você olhar as torções e todas as sugestões de torção anatômica, mesmo de figuras que parecem retas, como "O Japonês", é incrível. Todas as figuras que parecem plácidas têm uma tensão anatômica interna que tem muito a ver com o interesse plástico da solução" (Entrevista de Sérgio Micelli concedida a Flávio Moura)⁶.

Em outras obras, Anita deixa evidente a opção em retratar "companheiros" de sua condição social [os imigrantes], como em *O homem amarelo* (Fig. III) e *O Japonês* (Fig. IV). Todos os quadros citados revelam a marca autoral de Anita, também, bem explicitado na entrevista de Micelli. São essas características manifestas que se tornaram alvo de famosas críticas do escritor Monteiro Lobato:

"A repulsa enunciada por Lobato incidu, não por acaso, justamente naqueles trabalhos mais intrigantes, por conta do incômodo que deviam suscitar, derivado dessa confluência entre uma resolução plástica enfaticamente desestabilizadora, antimimética, (...). O que teria perturbado, acima de tudo, fora a petulância de dar feição expressiva individuada a personagens que ainda lhe pareciam em fase de provação, ou, melhor, socialmente ilegítimos, inadequados e impróprios ao trabalho artístico." (MICELLI, 2003, p. 111).



Figura III. *O Homem Amarelo.* In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2054/o-homem-amarelo>>. Acesso em: 24 de Jun. 2018. Verbete da Enciclopédia.



Figura IV. *O Japonês.* In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2052/o-japones>>. Acesso em: 24 de Jun. 2018. Verbete da Enciclopédia.

Aqui, através da crítica mencionada no livro, referente ao texto "Paranóia ou Mistificação?" publicado no jornal O Estado de S. Paulo em 20 de dezembro de 1917, é possível apreender e verificar por meio das duas fontes (pesquisador e contemporâneo da época) o estilo e a seleção de figuras presentes nas pinturas da artista. Além de se opor ao estilo moderno, alegando a importação ao invés de assegurar uma autenticidade da arte brasileira, Monteiro tinha grande preocupação com a identidade nacional, buscando as raízes brasileiras, seus valores e tradições. Sendo assim, não se interessava pela figura do imigrante, nem pelas experimentações artísticas e estéticas das vanguardas. Com fundamento na crítica apresentada, consegue-se confirmar o estilo único e atípico da artista dentro do contexto da época, além da escolha da presença dos imigrantes nas telas.

Em outro trecho, escreve Marcos Augusto:

"A sra. Renata Crespi, por exemplo. Filha de empresário italiano Rodolfo Crespi (...), estava ali no saguão, diante daquelas "deformações" coloridas, sem saber direito o que pensar. A seu lado, fazendo-se de guia, um atencioso Menotti del Picchia. "Não estaria torto aquele retrato?" perguntou-lhe a amiga. O escritor refletiu alguns instantes e respondeu com bom humor: o quadro - disse ele - fora realizado sob os efeitos do famigerado terremoto de final de janeiro. Essa a

razão de seu estilo um tanto trepidante, que ressaltava o caráter “dinâmico” da pintura.” O senhor está brincando”, duvidou a senhora. “Não”, garantiu ele – e insistiu na história da “dinamização” que o artista moderno pretendia imprimir em suas criações.⁷ (GONÇALVES, 2012, p. 39 e 40).

O jornalista faz menção ao *vernissage* do início da Semana de 22, onde houve a exposição de um conjunto de gravuras, desenhos e pastéis de Anita – inclusive os mencionados acima. É possível perceber através da citação, mesmo depois de cinco anos das críticas de Monteiro, como o nome da artista ainda estava vinculado às “aberrações” da arte moderna e eram objetos de atenção e fascínio nas exposições. Desse modo, o episódio afirma e reforça o sentimento comum envolta dos quadros: a incompreensão. As opiniões demonstram algo sobre as obras. Não somente uma narrativa especializada sobre o estilo da arte – que a explica –, mas são também vestígios da época que darão amparo às escolhas futuras da artista. Constituem, então, a solução do indecifrável da obra – na verdade, decifrável.

Igualmente, Schorske (1998) usa do recurso de expor os relatos dos autores da sua época para a análise das produções artísticas. No caso, apresenta a disputa entre críticos e defensores de Klimt, que debatem questões internas da obra “*Filosofia*” (Figura V) baseados em pressupostos ideológicos de filósofos e historiadores em um campo em disputa. Gustav Klimt, aos catorze anos estudou na Escola de Artes e Ofícios, onde adquiriu a técnica e erudição em história da arte e desenho. Quando formou na escola, o programa Ringstrasse de construção monumental estava em sua fase final e o pintor, entre 1886 e 1888 realizou uma série de pinturas para forro decorativas na Grande escadaria do Burgtheater. O empreendimento deu a Klimt o Prêmio do Imperador em 1890, levando-o para a celebridade. Já em 1891, o pintor decorou o Museu de História da Arte com uma série de figuras femininas. Ao mesmo tempo, neste período, a Áustria liberal vinha se enfraquecendo e uma “revolta edípica coletiva” foi se generalizando. Logo, Viena era um caldeirão de novas ideias intelectuais, como por exemplo, Freud e sua ciência psicanalítica e Wittgenstein e o positivismo lógico⁸.

Neste cenário, floresceu, em 1897, na cidade

de Viena, o Movimento da Secessão. Fundado por Gustav Klimt, com a participação de literatos e pessoas da política liberal de esquerda, o traço mais marcante dos princípios secessionista era a ideia de “rompimento com seus pais”, ou seja, tinham a intenção de emergir com um novo estilo em oposição ao classicismo acadêmico. Nas obras de Klimt realizadas durante o período mencionado, Schorske (1988) observa a energia criativa do pintor na sua busca experimental por uma nova mensagem e linguagem, explorando símbolos clássicos como metáforas para aprofundar-se na vida instintiva e sexual⁹.

Em resumo, o autor descreve:

“Nos anos 1890, a própria natureza da realidade se tornou problemática para Klimt. Ele não sabia se a procurava no físico ou no metafísico, na carne ou no espírito. Essas categorias tradicionais vinham perdendo sua clareza e independência. A crise do ego liberal veio se concentrar na indeterminação das fronteiras entre elas. Nas representações constantemente mutáveis do espaço e substância de Klimt – da solidez naturalista, passando pela fluidez impressionista, ao estático abstrato e geométrico –, podemos ver um tateamento em busca de orientação num mundo sem coordenadas seguras” (SCHORSKE, 1988, p. 218 e 219).

A propósito, o escritor austríaco modernista Peter Altenberg também relatou sobre Klimt: “você é ao mesmo tempo pintor de visão e filósofo moderno, poeta, totalmente moderno. Quando você pinta, subitamente se transforma, como num conto de fadas, no homem mais moderno, que não é, talvez na vida cotidiana” (SCHORSKE, 1988, p. 218). Os trechos sugerem uma explicação psicologizada e enigmática do estilo de Klimt. Quando se lê os textos é difícil compreender onde está os elementos internos da pintura e quais são os externos a ela. Porém, é esta relação imbricada que perpassa a análise de Schorske a respeito das produções do artista que geraram polêmicas e podem ser consideradas símbolos da fase e do estilo questionador de Klimt.

Em 1894, quando o Ministério da Cultura convidou Klimt para representar três pinturas para forro no salão nobre da Universidade de Viena, o pintor tinha acabado de se destacar como decorador da Ringstrasse e a universi-

7 Menotti del Picchia, depoimento prestado ao Museu da Imagem do Som de SP por ocasião dos preparativos para as comemorações dos cinquenta anos da Semana, ano 1971-72. Participaram dessas gravações outros veteranos da Semana, como Di Cavalcanti, Renato Almeida, Guiomar Novaes, além de Tarsila do Amaral.

8 Em todos os campos, o nome genérico escolhido pelos membros dos movimentos era *Die Jungen*, que traduzido, significa Os Jovens (SCHORSKE, 1988).

9 No livro de Schorske é possível verificar as características estéticas da trajetória de Klimt, quando o autor faz a descrição de obras como *Schubert ao Piano* (1899), *Música* (1898) e *Sangue de Peixe* (1898). No artigo, não serão exploradas, mas vale ressaltar a importância das mesmas na marca autoral do pintor.

dade seria um dos últimos prédios do projeto. Porém, a encomenda foi concretizada nos anos de 1898 a 1904, quando o artista já estava vinculado à Secessão. O tema das pinturas era “O triunfo da luz sobre as trevas” e deveriam ser executadas quatro telas referentes a quatro faculdades; Klimt faria três: “Filosofia”, “Medicina”, e “Jurisprudência”. Em 1900, apresentou a primeira obra, foi quando desencadeou uma profunda discussão (SCHORSKE, 1988).

Em “Filosofia” (Fig. V), Klimt:

“(...) nos apresenta o mundo como se o estivessemos vendo do fundo da platéia, um theatrum mundi na tradição barroca. Mas, enquanto o theatrum mundi barroco era nitidamente estratificado em Céu, Terra e Inferno, agora a Terra parece desaparecer, dissolvida num fusão das duas outras esferas. Os corpos confundidos da humanidade sofredora arrastam-se lentamente, suspensos a esmo num vazio viscoso. Da escuridão cósmica – as estrelas estão atrás, muito distante – assoma cegamente uma densa e sonolenta Esfinge, ela mesma apenas uma condensação de espaço atomizada. Somente o rosto na parte inferior da pintura sugere, sua luminosidade, a existência de uma mente consciente. Das Wissen, nome da figura no catálogo, está entre as luzes do palco, como um ponto virado para nós, o público, como que para nos assoprar a deixa dentro do drama cósmico” (SCHORSKE, 1988, p. 219).



Figura V. *Filosofia*. Disponível em: <<http://artemazeh.blogspot.com/search/label/Gustav%20Klimt>>. Acesso em: 24 de Jun. 2018.

Pelas breves citações de Schorske junto à observação da figura acima, pode-se confirmar a marca autoral de Klimt e visualizar uma pintura conturbada que insinua, segundo o autor do livro, influências filosóficas e uma visão de mundo psicologizada. Klimt sugere-se, “bebeu da fonte” de Schopenhauer e Nietzsche, já que circulava em um ambiente onde tais ideias eram difundidas. O fato é que os professores da universidade teriam outra visão para a representação da filosofia e da ideia Iluminista de “O triunfo da luz sobre as trevas”. O imaginário social da época pregava o erudito, a visão do domínio da natureza e da vida humana. Enquanto isso, Klimt retratava “uma natureza enigmática onipotente” e “sentimentos interiores do homem impotente nela preso” (SCHORSKE, 1988, p. 224). A metafísica de Klimt ultrapassa os limites da razão e do direito hegemônico à época. Desse modo, oitenta e sete docentes assinaram uma petição contra o painel e solicitaram a sua recusa. A arte torna-se então, uma questão ideológica.

Diziam “(...) que entendiam o significado da pintura de Klimt sobre a Filosofia, embora não conseguissem identificar explicitamente sua visão de mundo schopenhaueriana.” Depois, Schorske aponta:

“Apesar do virtuosismo com que Klimt empregara a cor para criar uma atmosfera apropriada para o seu “fantasma sombrio”, essa qualidade não bastava para compensar o caos de símbolos e a indistinção de formas que, para eles [os professores], revelavam a incoerência do pensamento por trás da pintura” (SCHORSKE, 1988, p. 224).

Dentro do grupo de críticos, no livro é apresentado o filósofo Friedrich Jodl. Descrevendo-o, Schorske (1988) deixa claro que ele era um progressista em várias questões do racionalismo liberal, contudo, não conseguia consentir uma “pintura de simbolismo sombrio e obscuro” (SCHORSKE, 1988, p. 225), já que para ele a filosofia deveria ser representada de maneira racional. Além disso, o ponto central da sua crítica se voltou para a estética, assim não se associava a crítica religiosa, com objeções em relação à nudez – uma espécie de inimigo para quem se dizia progressista –, contra Klimt. En-

tão, seu grupo propôs: “não é ‘contra a arte do nu, nem contra a arte livre que lutamos’, declarou à New Freire Presse, ‘mas contra a arte feia.’” (SCHORSKE, 1988, p. 225).

Desse modo, a defesa veio ao mesmo encontro: “O que é o feio?” foi a pergunta que rodeou os defensores. Franz Wickhoff, líder da defesa de Klimt, lutou por uma causa semelhante, contra o primado da estética clássica na esfera da história da arte. Sobre as críticas a Klimt, Wickhoff coloca:

“Em termos recentes, porém, estudos humanísticos e clássicos tinham imbuído o público de um sentido de primazia, se não superioridade, da arte clássica. Assim surgira uma antítese entre o público orientado para o passado e o artista em contínuo avanço. Nos tempos modernos, disse Wickhoff, as classes cultas, levadas pelos indivíduos de erudição – importantes, mas com “mentes de segunda categoria” –, tinham passado a identificar a beleza com a obra do passado (...). A época atual tem sua própria vida de sentimentos, que o gênio artístico expressa de forma poético-física. Os que julgam feia a arte moderna, insinuou ele ao seu público filosófico, são os que não conseguem encarar a verdade moderna (...). Destacou a figura de Wissen como alguém que irradiava uma luz consoladora, “como uma estrela no céu noturno”, do mundo siderado e opressivo de Klimt” (SCHORSKE, 1988, p. 227).

Aqui, as fontes contemporâneas da época transmitem o contexto social-histórico da disputa em torno da representação simbólica da Filosofia na tela. É, então, notável as estratégias de Gustav Klimt, ao se associar a certas ideias pessoais ligadas aos pressupostos da Secessão para compor suas imagens, desenhos, traços e cores da obra. O resultado são também questões externas, como o racionalismo filosófico, encobertos por questões internas à pintura, no caso, a “falsa” acusação de uma “estética feia”. É este o embate entre duas forças que caracteriza a questão ideológica envolta da tela de Klimt. Duas culturas, dois líderes, e a disputa entre velha ética e a nova estética entrelaçadas em disfarces.

As reações contrárias afetaram emocionalmente Klimt, um misto de raiva e retraindo incorporam a execução, em 1901, da “Jurispru-

dência” (Fig. VI). Schorske joga com as possibilidades do resultado da experiência frustrante em relação à autoridade acadêmica, política e burocrática:

“Conhecemos muito pouco de sua vida pessoal para conseguirmos acompanhar seu desenvolvimento psicológico com provas biográficas claras. O fato de estar nos quarenta anos, quando a crise eclodiu seriamente, pode ter acrescentado alguns ingredientes pessoais privados à sua desgraça pública. O que se pode dizer é somente o que sugere a sua pintura: Klimt passou por um “reembaralhamento do eu”. Isso porque ele criou uma arte de cólera e agressão alegorizada que dissolveu seu estilo orgânico anterior (...). Na terceira e última pintura de forro para a universidade, a “Jurisprudência”, Klimt deu a expressão mais veemente à sua cólera” (SCHORSKE, 1988, p. 236).

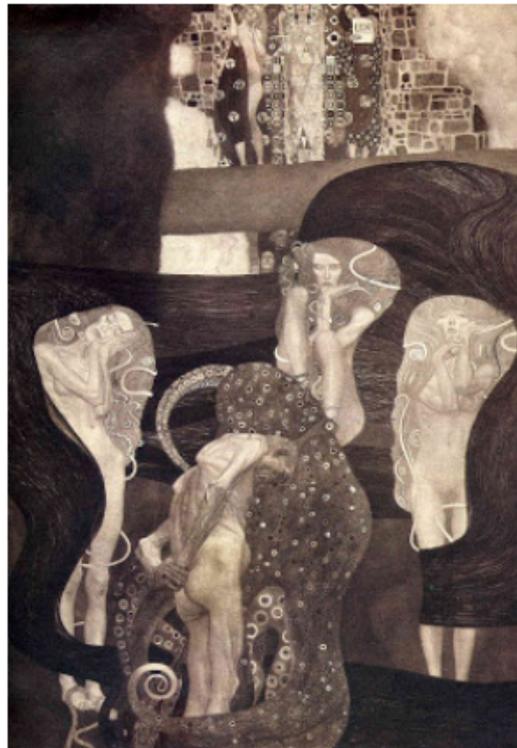


Figura VI. *Jurisprudência*. Disponível em: <<http://artemazeh.blogspot.com/search/label/Gustav%20Klimt>> Acesso em: 24 de Jun. 2018.

Em um primeiro momento, em seu estudo de composição¹⁰, Klimt imaginou os componentes de “Jurisprudência” (Fig. VI), opostos aos que estavam presentes nas outras duas telas da coleção. A figura da Justiça era “idealizada”, “viva”, “livre de ambiguidades”; o ambiente era “brilhante” e “usava um meio evanescente e im-

¹⁰ Não é possível encontrar imagens do estudo de composição da tela “Jurisprudência” na internet. Mas está presente no livro *Viena fin-de-siecle: Política e Cultura* (1988), página 238.

11 O Manifesto da Poesia Pau-Brasil (1924), Manifesto Nhegaçu Verde Amarelo (1929) e Manifesto Antropofágico (1928).

pressionista para retratar um ideal”. Depois das controvérsias, a Justiça virou uma vítima “indefesa da lei”; ele “inverteu a estrutura e radicalizou a iconografia”; o espaço toma um foco “infernal, subterrâneo”. (SCHORSKE, 1988). Além disso, a tela é a única das três que tem uma figura masculina central – “(...) a vítima envelhecida sofre um castigo particularmente apropriado ao crime edípico: a castração, a redução à impotência” (ibidem, p. 242) –, o que o autor entende como a expressão de um sentimento do ego frustrado, a culpa. Ou seja, Klimt internalizou a rejeição de sua missão artística como culpa pessoal, já que não liberou a vida instintiva da cultura da lei.

O peso da experiência pessoal do artista e os desdobramentos das opiniões dos seus contemporâneos – além de outras consequências políticas que não cabem no desenvolvimento do artigo – foi notório nas escolhas posteriores de Gustav Klimt quando o autor renuncia a pintura filosófica e alegórica e deixa de ser um importante artista público que exibia suas verdades a sociedade, para recolher-se à esfera privada com pinturas de retratos e arte decorativa. Em 1908 – depois de cinco anos sem expor em Viena –, na mostra denominada *Kunstschau*, Klimt fez um discurso, o qual se sugere, o pintor reclama pela arte “sem conteúdo”:

“Klimt deplorou pesarosamente que “a vida pública estava predominantemente preocupada com assuntos econômicos e políticos”. Assim, os artistas não poderiam alcançar as pessoas pela via preferível da “execução das tarefas artísticas públicas”, mas tinham de se resignar ao meio da exposição, “o único caminho que se mantém aberto para nós” (SCHORSKE, 1988, p. 257). Assim, o autor conclui: “Ele tinha passado irreversivelmente do reino da história, do tempo e da luta para o reino da abstração estética e resignação social.” (SCHORSKE, 1988, p. 262).

O fato de as críticas e disputas políticas promoverem mudanças na obra de Klimt, também sucedeu com Anita. A questão “velho/novo” em Gustav Klimt se assemelha – e transfigura-se para a questão “acadêmico/moderno” – ao contexto brasileiro onde encontravam-se Anita e os gostos estéticos entre os mecenas e os modernistas. Estes últimos – é possível observar através dos manifestos que

inauguraram o movimento¹¹ – tinham uma postura “anti-intelectulista” e “antirracionalista”, à medida que valorizavam a cultura do senso comum em oposição à vida erudita – convergindo para valorização do “primitivo”. Além disso, de modo geral, os modernistas valorizavam a cultura nacional contra a cultura importada. Contudo, considerando uma interpretação sucinta, o Modernismo tende para uma síntese entre Brasil e “civilização europeia”, pois, ao mesmo tempo em que criticam elementos inadequados que baseiam nossa realidade, buscam ajustar modelos europeus às especificidades brasileiras e exaltam o Brasil como modelo de exportação.

Vale pontuar que, no livro, Micelli (2003) já deixa claro em seu título que o “nacional” está interligado com o “estrangeiro”, sendo este um elemento fundamental na hora da análise. Anita, com várias bolsas de estudo em outros países e inserida em um movimento brasileiro na busca de um ideal nacionalista, não obstante, dispõe de um repertório adquirido na convivência com vanguardas europeias. Entretanto, tais referências foram mais evidentes, segundo o raciocínio de Micelli (2003), no final da carreira de Anita, no processo de retrocesso após a já citada crítica de Monteiro Lobato. Então, além da negociação do mercado, das referências europeias – dimensão externa –, a experiência pessoal de receber importantes críticas desencadearam uma transformação da artista, muito bem construída no livro e evidente através dos traços nas suas obras.

Em 1923, Anita foi a Paris contemplada pela bolsa de estudos do Pensionato Artístico do Estado de São Paulo. Em cinco anos de pensionato, Micelli (2003) registra um retrocesso na carreira da artista para um retraimento ao universo mais íntimo e de dificuldades existenciais. Anita passou a se concentrar em quadros de figuras femininas situadas no ambiente doméstico e, por vezes, se dedicando a padrões decorativos. Micelli (2003) nota nos quadros desse período e principalmente em *Interior de Mônaco* (Fig. VII) recursos semelhantes ao artista Matisse. Entretanto, o que mais chama atenção na mudança estética de Anita é o retrato de *Baby de Almeida* (Fig. VIII), o qual tem como referência Kissing Marie Laurencin e o retratista Kees Van Dongen. Tal fato confirma a ruptura com a “invenção arrebatadora” da primeira exposição de retratos da artista (Fig. I, II, III, IV), que concede lugar a “realces expressivos e o tratamento cromático às exigências de verossimilhança”

(MICELI, 2003, p. 123).

Portanto, Sérgio Miceli (2003, p. 123) termina o capítulo:

“A marca autoral de Anita tem a ver, sobretudo, com suas dificuldades de assumir sua plenitude afetiva como mulher, em parte por conta de suas constrações de imigrante, que a condenam ao celibato, em parte por força da postura defensiva que se viu impelida a adotar em virtude da mão defeituosa. Decerto assustada pela repercussão inesperada de seus trabalhos, o estágio final do treinamento europeu a ajuda a baixar a voltagem de suas ambições artísticas.”



Figura VII. *Interior de Mônaco.* In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1382/interior-de-monaco>>. Acesso em: 24 de Jun. 2018. Verbete da Enciclopédia.



Figura VIII. *Baby de Almeida.* In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2058/baby-de-almeida>>. Acesso em: 24 de Jun. 2018. Verbete da Enciclopédia.

CONCLUSÃO

Os modernistas se opunham a um suposto “atraso” da criatividade brasileira, ou seja, o “velho/acadêmico” em oposição ao “novo/moderno”, presente também na busca de identidade do movimento de Secessão liderado por Klimt. Em ambos, as preocupações da época, eram o esforço de superação de um passado e a adequação de padrões estéticos diferentes que provocam o estranhamento, expandindo, assim, a discussão para o espectro ideológico. Estes elementos contam fundamentalmente nas negociações do campo artístico e, portanto, nas interpretações das produções elaboradas.

Após os exemplos dados e esmiuçados, é possível perceber que ambos os autores utilizam alguns recursos semelhantes para construir a análise sociológica da arte, trazendo elementos como relações pessoais e de negociação dentro do campo da arte vinculado ao contexto da época. A demonstração desses recursos evidencia um tipo de metodologia usada para convergir o interno e o externo que engloba o necessário para uma boa interpretação do objeto “arte”. Nessa lógica, tal olhar sociológico sobre as obras de arte aqui expostas relaciona-se com o conceito de “campo” e a oposição entre análise interna e externa presente no livro de Bourdieu, “Os Usos sociais da Ciência: Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico” (2004).

O autor entende a arte – e as demais produções culturais, como Filosofia, História, Literatura, Ciência, etc. – como um objeto de análise com pretensão científica, demarcada pelo antagonismo entre as interpretações internas e externas. Entretanto, Bourdieu vai superar os dois polos ao indicar que não basta relacionar diretamente o conteúdo com o contexto social – o que denomina “erro do curto-circuito” – entre ambos existe um universo intermediário: o campo. Este é um espaço no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte. É um mundo social como os outros e palco de relações objetivas. É essa “racionalidade” do campo que foi analisada no trabalho, usando referências de historiadores e sociólogos da arte, mas também de jornalistas e fontes que relataram as dinâmicas do campo artístico das respectivas épocas.

Antônio Cândido, referência central na Sociologia da Literatura, trata da questão “obra”

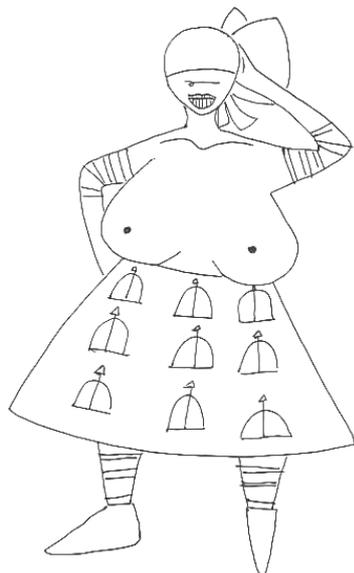
versus “condicionamento social” na primeira parte do seu livro “Literatura e Sociedade” (1995), quando reflete sobre a dimensão externa como aspecto importante para construção de uma estrutura interna de um produto cultural. Assim, o social não é causa, mas o que interessa é certificar-se que fatores externos atuam na organização e constituição do essencial na obra, ou seja, são agentes da estrutura. O resultado, segundo ele, é que a interpretação estética assimila a dimensão social como fator da arte: “(...) o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica.” (CÂNDIDO, 1995, p. 16).

Assim, é uma questão metodológica que o presente artigo intenta evidenciar e solucionar, não apenas trazendo e associando questão internas com externas (e vice-versa), mas mos-

trando como esta dualidade se coloca dentro do campo artístico, no interior das negociações, entrelaçamentos e relações que envolvem a arte e seus representantes (artistas e críticos). Desmistificando o incompreensível da obra e a excepcionalidade do artista, é possível conduzir a discussão para a dimensão do real, onde as coisas acontecem. A posição social, as condições sociais, o momento histórico dentro do campo, as referências acadêmicas preponderantes, cada elemento se intercala nas obras. Dentro da produção artística, a Ciências Sociais têm papel central no entendimento dos produtos, aos quais se tem acesso. Apoiado em Clark, Schorske e Micelli, o trabalho transcorreu o caminho para a construção de um olhar sociológico, para melhor ilustrar, aos interessados na área, as ferramentas existentes para análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (2003), *Os Usos sociais da Ciência: Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico*. São Paulo, Unesp.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. 4ª Edição, Campinas, Papyrus.
- CÂNDIDO, Antônio. (1995), *Literatura e sociedade*. Ed: Ouro sobre Azul.
- CHIARELLI, Tadeu. (1995), *Um jeca nos vernissages: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional no Brasil*. São Paulo, EDUSP.
- CLARK, Timothy James. (2004), *A Pintura da Vida Moderna: Paris na arte de Manet e de seus seguidores*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. (2012), *1922: A semana Que Não Terminou*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MICELI, Sérgio. (2003), *Nacional Estrangeiro: História Social e Cultural do Modernismo Artístico em São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- QUEMIN, Alain. (2017), “The Sociology of Art”. in K. O. Korgen (ed), *The Cambridge Handbook of Sociology*, v. 2, Cambridge University Press.
- SCHORSKE, Carl Emil. (1988), *Viena fin-de-siecle: Política e Cultura*. São Paulo, Companhia das Letras.



Recebido em 10 de novembro de 2018

Aprovado em 24 de abril de 2019

TEORIA DE HISTÓRIA: MEMÓRIA, ESCALA E PODER SIMBÓLICO

Theory of History: memory, scale and symbolic power

Resumo: O artigo trata do pensamento historiográfico quanto à memória, a escala e o poder simbólico. A teoria de história, e seus conceitos, fontes determinantes no estudo do homem, caracterizam não somente os fundamentos, mas também a complexidade da ciência história. A memória e a história são formadoras importantes para o entendimento social, tendo a escala como proporção e delimitadora da teoria, e o poder simbólico como relevância concreta da ciência para o estudo em meio à construção e transformação do indivíduo acerca da história e de uma possível identidade, aqui chamada social.

Abstract: *The article deals with historiographic idea about memory, scale and symbolic power. The history theory, and its concepts, determining sources in the study of human being, characterizes not only the fundamentals but also the complexity of science history. The memory and history are formative and important for social understanding, having scale as the proportion and boundary of theory, and symbolic power as the concrete relevance of science for study in the midst of the construction and transformation of the individual about history and of a possible identity, here called social.*

INTRODUÇÃO

Tratar de conceituar ciências, como a História, e tantas outras, passa por diversos arranjos em sua própria história. A ciência História, por muitas vezes entra em pauta quanto à veracidade do termo ciência para si, sendo muitas vezes precipitado tal julgo. É de suma importância pressupor para este trabalho, que história, tida em ciências humanas, é também uma ciência investigativa, tanto individual quanto coletiva, como tal, determina seu objeto de estudo em consecutivas linhas descritivas, originada do grego *historie* que significa “conhecimento através da investigação”¹.

Segundo Torres (1996, p. 55):

“A polissemia da palavra história será reduzida a duas variantes: história enquanto processo do acontecer humano no espaço-tempo, constituindo-se intelectualmente na utopia de uma possibilidade em nível de reconstituição; e história-acontecimento, isto é, os procedimentos intelectuais que constroem verdades relativas a partir da análise de materiais históricos (fontes)”.

Como quando Torres (1996, p. 54) revisita

reflexões quanto à historiografia brasileira e conceitos na prática historiográfica (TORRES, 1996, p. 54, *apud* LAPA, 1981, p. 18-19):

“O conhecimento é o registro inteligente que o historiador procura fazer para compreender a realidade. A historiografia é justamente o conhecimento crítico dessa representação e do processo que a determinou (...) Dessa maneira, o objeto do conhecimento histórico é o que chamamos de História para efeito de nossas proposições (...)”.

É comum no estudo das ciências humanas, notado no estudo de história e em história da historiografia, o contraponto, e a análise de fatos de forma objetiva, sem considerações subjetivas, individuais ou coletivas, em um nicho de um mesmo grupo. As representações, citada por LAPA (1981, *in* TORRES, 1996) é recorrente na nova história, e particular no *jogo de escalas*² de representações do mundo contemporâneo, em sua pós-modernidade. São inegáveis o poder da modernidade e a disseminação de um “saber” construído, momentâneo, sem fontes inclusive.

A sobreposição de conceitos, de épocas, é comumente fator ponderador nas Ciências Hu-

André Rodrigues de Freitas

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo – Universidade CEUMA (2015); Especialista em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano – Universidade Candido Mendes (2018); Aluno do Curso de Engenharia Civil – Instituto Federal do Maranhão (2016*).

Contato

<arquiteto.arfreitas@gmail.com>

Palavras-chave:

Antropologia; Escala; Historiografia; Memória; Teoria.

Keywords:

Anthropology; Scale; Historiography; Memory; Theory.

1 Conceito primário de ‘história’ como ciência.

2 Referência ao livro *Jogo de Escalas* (REVEL, 1998).

manas e Sociais, devido, basicamente, às suas “fontes”. O discurso do conceito de fontes, ou mesmo de todas as manifestações de verdade e representações sobre uma dita verdade, não serão debatidos neste texto, por estarem intrínsecas aos demais conceitos objetivados neste trabalho, a saber: memória, escala e poder simbólico. Talvez porque, as representações se alimentem de fontes próprias, bem como de fontes comuns, e produzam resultados distintos, não estando este trabalho apto a classificar uma ou outra como verdadeira, ou menos verdadeira que a outra.

No texto de LEVI (*in* BURKE, 1992), quando trata da micro-história e de suas vastas referências, fazendo dela um dito texto *eclético*. O Professor Giovanni Levi demarca o papel da prática historiográfica, demonstrado também no uso desproporcional das “*microdimensões* de seu objeto de estudo”, onde mostra a diferença entre história local e redução de escala (BURKE, 1992, p. 137):

“(...) a escala tem como um objeto de análise que serve para medir as dimensões no campo dos relacionamentos (...) Para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado”.

Onde “*o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados*” (BURKE, 1992, p. 139). A variante da escala, para o historiógrafo e para a nova história, possibilita estudos particulares e um dimensionamento do saber de campo antes não percebido.

Nos textos de Marieta de Moraes Ferreira (2002) e Jurandir Malerba (MALERBA, 2014), temos que a nova leitura quanto às transformações históricas e o debate historiográfico, levando a postura do historiador ao ápice do questionável valor histórico, e/ou científico.

MALERBA (2014) traz a depreciação do saber histórico diante das representações e publicações de ditos, e não ditos, históricos por não acadêmicos. A preocupação contemporânea não se baseia somente no não historiador, ou não historiógrafo, fazer história, no sentido de amenizar o fato, a fonte. Mas do indivíduo

leigo, sem precedentes ou o reportar das fontes à discursão de fatos históricos ou da própria história, como bem lembra FERREIRA (2002, p. 315), quando aponta a comum reportagem de fatos e *documentagens* históricas por acadêmicos do direito em suprir a falta, ou a localidade, do espaço-histórico, no uso de talvez uma micro-história daquele local, no expressar de suas representações.

A figura da memória é introduzida em larga relação ao “*historiador oral*” portador de uma voz representada, tida no texto de FERREIRA (2002, p. 315) como a pessoa que junto aos profissionais liberais do direito (advogados) mantinham o papel de historiadores, historiógrafos, no salvaguardo da memória. Onde, segundo a autora (FERREIRA, 2002, p. 315):

“Dois tipos de pessoas se destacavam como autores dos livros de história. Nas cidades, eram os profissionais liberais, notadamente os advogados, que faziam o papel de historiadores; no mundo rural, eram os quadros da sociedade tradicional, membros da Igreja e da nobreza, que dominavam os estudos históricos”.

Perceba que para o texto de FERREIRA (2002, p. 315) tal recorte nos mostra não somente o historiador acadêmico e o historiador leigo, mas também nos destaca esse último, principalmente em uma representação de um nicho daquela sociedade. A materialidade das fontes históricas, como no caso da ‘sociedade tradicional’ narrada por membros da igreja e da nobreza, pode ser notada como causador de uma representação oculta, já que a leitura e a escrita eram proventos nobres, uma vez supostos de narrativa, e “editados” por seus “historiógrafos”. A história levanta outros conceitos e tradições de fontes, bem como estruturas para a história e para o historiador, ou ainda para o historiógrafo, onde tal transformação “*operou no campo da história a partir da França, e que se difundiu para outros países, tampouco questionou a valorização das fontes escritas*” (FERREIRA, 2002, p. 319) e ainda se reafirmou (fortaleceu-as).

Apesar de a história oral ser de suma importância para o estudo no que tange à “*construção de identidade de grupos e de transformação social*”, o que Ferreira (2002, p. 322) remete à *história oral militante*, ainda demarcando o não aceite deste conceito entre acadêmicos, é o

poder incumbido à história em uma *função social*, politizada, em “*devolver a história do povo*” (2002, p. 323).

Sendo conotações particulares tanto do texto de Marieta Ferreira (2002), quanto de outros estudos analisados aqui, tais conceitos remetem a modificações nas Ciências Humanas e Sociais, principalmente em representações dos *tradicionais*, o que permite o alcance da história oral pela historiografia.

A apropriação da história por não acadêmicos, tida no texto do Professor Jurandir Malerba (2014, p. 28), em crítica ao conceito de *public history* não parece ser uma militância, ou demanda da dita função social, mesmo pós-guerras, o que se vê na contemporaneidade da personificação histórica da pessoa *comum*, como quando cita Robert Kelley, definindo a história pública como “emprego de historiadores e do método histórico fora da academia” (KELLY 1978 *apud* DAVISON 1991; HOLL 2008, p. 30).

Isso se visto pelo caráter não acadêmico e sem preceitos históricos, por conta do texto já mencionado de Ferreira (2002), onde o sujeito do profissional liberal toma a forma de historiador, diferente do indivíduo sem precedentes acadêmicos, das ciências (Humanas e Sociais, principalmente), debaterem, e muitas vezes, questionarem a argumentação dos fatos e fontes históricas, da história ou do historiógrafo.

O termo figura pública tido por Malerba (2014), é usual também para Ferreira (2011) em uma visão antropológica, típica do cinema e suas representações. A mídia é um fator amplificador do fenômeno da história pública, em que a produção do conhecimento histórico não se produz exclusivamente pelo profissional de história, o historiador. Tais proposições são importantes para adentrar na premissa da memória, da história oral, do poder simbólico, e do ponto de vista antropológico desses fenômenos na História e nas Ciências Sociais, principalmente na antropologia da construção da identidade social.

Diante disto, temos no texto *os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital* (MALERBA, 2017) uma conduta própria para a análise desse historiador, dito conceitual da história, Malerba citando Rose (1992, p. 48, *apud* MALERBA, 2017, p. 138) onde o contraponto da *falácia* e do texto produ-

zido traz concepções, como:

“Toda leitura é política, no sentido de que ela sempre influencia a consciência do leitor; a influência de um dado texto é diretamente proporcional à sua circulação; a ‘alta’ cultura tende a reforçar a aceitação da ordem política e social;”³.

Na citação acima, dentre outros fatores, fica claro a função social, que Ferreira (2002, p. 322 -323) demonstrava como dever da história, além de caracterizá-la como política e passível de remetê-la a grupos distintos. Mas onde a representação do tradicional poderia ser vista, se este era narrado e não narrador de sua história?

Dentre outras, esta introdução remete aos temas e conceitos citados, bem como referenciase no texto de Émile Durkheim (DURKHEIM, 1970, p. 13-14) no que tange à congruência de tais valores históricos para o pensamento filosófico e a vida social do indivíduo, e de suas representações, seja ela individual ou coletiva, como diz:

“A vida coletiva, como a vida mental do indivíduo, é feita de representações; é pois presumível que representações individuais e representações sociais sejam, de certa forma, comparáveis”.

Seria a memória um novo acontecimento, uma nova visualização do ocorrido, ou um relato vivenciado do passado? Para Durkheim (1970, p. 13), a vida, individual ou coletiva é feita de representações; para Woodward (2000, p. 12), a produção das representações partem de uma redescoberta do passado; o que, para Hall (2006, p. 56), seria o equilíbrio entre passado e futuro, em uma ambígua construção da identidade, ainda que na pós-modernidade, esta não esteja integralmente preservada.

Adiante, debater-se-á a teoria da história, a memória, a escala e o poder simbólico, num vislumbre das Ciências Humanas pelo olhar do *cientista social*⁴ cercado da sociologia do antropólogo Stuart Hall, principalmente no que tange aos estudos de representações e identidade social.

3 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n74/1806-9347-rbh-2017v37n74-06.pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2018.

4 A formação do autor é tida em ciências sociais aplicadas, utiliza-se a expressão ‘cientista social’ pela ênfase do projeto de pesquisa e o caráter de pesquisador, cientista.

A DISCIPLINA HISTÓRIA EM TEORIA

O que, portanto, seria a *teoria da história*? Não será uma discussão breve, o tentar conceituar “teoria da história”, como Barros (2012, p. 367–400) descreve ser um processo que se inicia ainda no século XVIII, na passagem para o século XIX e evidencia a cientificidade das Ciências Humanas e a “*emergência da teoria da história*”. Elencando o longo caminho que toma, ainda, com o verbete de Voltaire (BARROS, 2012, p. 368) que classifica a diferenciação entre história, “*essencialmente como um gênero literário*”⁵ e fábula por mero objeto de fontes.

Barros (2012, p. 365) aponta que nesses momentos as “condições epistemológicas” são trazidas para a discussão de questões teóricas e metodológicas no campo da historiografia, onde:

“Emerge neste momento um campo que já se pode pensar efetivamente como uma Teoria da História, e surgem também aquelas primeiras correntes de pensamento que já poderemos qualificar não mais no âmbito das “filosofias da história” – em geral realizações individuais empreendidas por filósofos – mas sim no âmbito das “teorias da história”.”

É importante destacar do texto de Barros (2012, p. 369–370) que o autor também remete ao conjunto, ou grupo de teóricos, suas teorias, não sendo a *teoria da história* um marco acadêmico literário de um único autor, ou ainda um pensamento filosófico individualizado desse autor, mas a disposição de uma particularidade seguida por tantos autores, de forma própria. Diferente da *filosofia da história*, sendo proposição (teoria) própria (individual) do autor.

No corpo do discurso somos apresentados ao espaço de reflexões, ora como entrave, ora com convergência de pensamentos, a teoria da história agora sendo posta ao questionamento de quanto existe de particular ou coletivo em seu “âmbito conceitual” como disciplina de história, como em Barros (2012, p. 370):

“Por fim, no interior desta efervescente discussão teórico-metodológica, começam a se formar paradigmas historiográficos, a principiar pelo Historicismo e pelo Positivismo,

logo seguidos pelo Materialismo Histórico. É neste novo contexto que se tornará legítimo se falar, mais propriamente, em uma ‘Teoria da História’.”

Por isso é importante destacar que dentro da “teoria da história” existem diversas outras “teorias da história” que, segundo Barros (2012, p. 373), envolvem várias etapas, procedimentos e mediações. Sendo a teoria, o *modo de pensar*, e a metodologia, o *modo de fazer*, demonstrando com ênfase a necessidade do discurso teórico-metodológico para o campo da história, ou mesmo para a atividade de historiador.

I – A MEMÓRIA COMO FONTE DA HISTÓRIA

Para o conceito de memória como fonte, tomamos dois aspectos essenciais para este artigo. Primeiro, ela é multidisciplinar, podendo representar não uma, mais diversas ciências, como a História, a Sociologia e tantas outras. Segundo, ela não se limita ao indivíduo em si, ainda que passível desta representação pontual.

No texto de Piscitelli (1993, p. 151)⁶, intitulado “*tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico*” remete-se à abordagem da história oral, no uso da memória (história vivida e próxima ao lembrado), como fonte histórica, não como *lembranças narradas*, mas como “*aprendidos oralmente*”. Percebe-se que a imersão no histórico toma a narração como fonte e nisto temos a representação da memória e tradição oral. Aprendidos oralmente, tem-se um reportar da narrativa como fonte do saber.

Quanto às tradições orais, quando “*incorporam a opinião da comunidade*”, Piscitelli (1993, p. 151) diz serem *resultado de opiniões e valores, não de fatos, sendo difícil isolar eventos*. Ou como reflete quanto a *história de vida* (1993, p. 152–153):

“Linhas de pensamento preocupadas com dados factuais confiáveis e representativos desprezaram as autobiografias porque, entre outros motivos, nestas é impossível escapar da ‘perversão da verdade produzida pelo jogo da memória com o passado’.”

Piscitelli (1993, p. 169) em sua pesquisa adentra o objeto antropológico em tradições e

⁵ A formação do autor é tida em ciências sociais aplicadas, utiliza-se a expressão ‘cientista social’ pela ênfase do projeto de pesquisa e o caráter de pesquisador, cientista.

⁶ Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpaga/article/view/1683/1666>>.

gênero, sendo um fator determinante na história das tradições e na construção da identidade cultural e da cultura, principalmente, na pós-modernidade e, portanto particular do estudo da autora. O termo *verdades produzidas* aqui fica demarcado como uma possível representação já que a narrativa era produção e não um relato próprio daquele indivíduo.

Buscamos em Merlo e Konrad (2015, p. 25)⁷ que “os documentos são a essência de uma organização, a memória de uma sociedade”, não negando a essência da evidência material para a memória ou a sociedade, mas trazendo a proporção, às vezes negada, da memória como fator confiável de verdade, ou ainda como fonte da história.

Diante do contexto para Merlo e Konrad (2015, p. 34):

“Desta forma, sendo o conceito de memória amplo e variável cabe destacar que neste estudo utiliza-se do seu conceito no sentido da representação de algo memorável; (...) A memória é voltada à representatividade de fatos passados aos quais são atribuídos significados pela sociedade”.

Tomamos a abordagem de Bôas (2015, p. 244)⁸, onde a “história possui uma memória”, no entendimento de que “memória e história como ‘regime de gestão do passado’” destacam-se publicamente como representação social do indivíduo, e possível de representar a sociedade. Memorável por ser funcional à sociedade, seu valor não pode ser negado ainda que existam mediações na narrativa. É importante demarcar também que o embate da memória como fonte se dá exatamente pela menor disposição de fontes do tradicional, e suas representações estarem incumbidas desse valor.

Apesar de, em primeira vista, parecer que a visão antropológica de memória tida aqui possa ser unicamente subjetiva ao indivíduo, o artigo de Bôas (2015) traz na apropriação da teoria da história, nas representações, principalmente sociais, o embasamento científico, teórico, usual para propor a memória como elemento essencial do saber histórico. A temporalidade e a *revisita* ao passado, segundo Bôas (2015, p. 246), pertence à análise desses fatores aqui impregnados, tornando esta análise particular da história, do historiador, como:

“A sensibilidade historiadora se ancora no tempo, na interpretação sempre mutante entre passado, presente e futuro. As mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história. Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um mirante ‘temporal’, um ponto de vista, em um presente – vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos”.

Neste ponto Bôas (2015) toma que a discussão do sentido de memória e história, forma-se num contexto não homogêneo, ao cerco que são analisadas de modo não opositivos, ora ancorados, ora modificando-se à contextos distintos. Isso ocorre em análise antropológica, onde história e psicologia social articulam-se em representações sociais, ora individuais, ora coletivas, principalmente na pós-modernidade.

Merlo e Konrad (2015) tornam mais simples o entendimento de memória, como fonte histórica, citando MOREIRA (2015, p. 1, *apud* MERLO e KONRAD, 2015, p. 35):

“A memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado (...) A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto”.

O contexto social e o sentido de memória são dois fatores marcantes da construção da identidade, fala-se de seletiva exatamente pelo presente apropriar-se do passado no uso da memória.

II – A ESCALA DO HISTÓRICO

A temática da escala para este artigo, parte do livro *jogo de escalas: a experiência da microanálise*⁹, particularmente a abordagem dimensional da análise na história. O texto de Alban Bensa (REVEL, 1998, p. 39–76), de título “da *micro-história* a uma antropologia crítica”, levando a crer que, o que se tem não é, unicamente, o que se delimita a um espaço físico, mas a análise particular do historiador quanto a um aspecto em redução daquilo que de outra forma passaria despercebido ao observador do fenômeno (objeto).

⁷ Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/18705/pdf_43>.

⁸ Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n156/1980-5314-cp-45-156-00244.pdf>>.

⁹ Jacques Revel (org., 1998).

O espaço, aqui dito histórico, remete ao fato, acontecimento analisado pelo historiador em sua microanálise e a escala sendo a delimitadora de um aspecto observado, analiticamente, pelo historiador.

Émile Durkheim ao afirmar, como cita Bensa (REVEL, 1998, p. 40), de que *o fato social escapa às limitações do tempo, não podendo ser confundido como fato histórico*, nos insere novos parâmetros para a antropologia, que traz consigo o discurso antagônico de *pluridade*, não podendo ser em sua análise, *minuciosa, similar e generalista*.

Marcando tais fatores, expressos por Bensa (REVEL, 1998, p. 41), temos que:

"(...) a micro-história, privada de qualquer experiência vivida dos fatos, procura por seu lado, com uma grande preocupação de 'realismo', restituir a contemporaneidade do passado em toda a singularidade, desenvolvendo um comparativismo controlado e, poder-se-ia dizer, concreto".

Os rituais como exemplo de um objeto microanalítico, esmiúça as características factuais e integra-as à forma analisada. Levando ao entendimento em: *a fusão de contextos de origens distintos dentro de uma prática única dá a esta última toda a sua força evocada* (REVEL, 1998, p. 46). Parece uma negação do histórico, apesar de reconhecer a essência deste no presente. O relato da experiência também é apresentado na figura do etnógrafo mais à frente no texto de Bensa (REVEL, 1998, p. 47), onde tais influências para ele constituem-se *informações*.

Bensa (REVEL, 1998, p. 62), em sua análise acerca das escalas, depara-se com o *"recurso ao 'símbolo"*, tema a ser discursado em seguida, levando-nos a propor micro-história, na visão de Alban Bensa, numa condição do não *renunciar a toda a generalidade*.

"Os estudos micro-históricos nos dão uma consciência aguda do tempo curto, aquele que os homens acionam efetivamente em suas vidas, em troca, é também o peso do tempo longo que é desvendado, porque muitas das formas que os atores integram ao seu próprio presente se encontram em outras épocas e mesmo em outros lugares".

O valor e o discurso da *micro-história*, da *microanálise*, das escalas, não fica demonstrado somente ao livro de Revel (1998), e no texto de Bensa utilizado neste trabalho, Giovanni Levi e Peter Burke, também expressam grande influência ao tema, principalmente no que tange às representações e culturas.

III- A VERDADE, O FATO E O PODER SIMBÓLICO

A verdade, o fato e o poder simbólico, para este trabalho, se resumem, se assim possível for, à *culminância* do relato *associado* ao indivíduo, que a antropologia toma para si, ainda que a representação deste não seja exatamente ou exclusivamente o representado isoladamente.

Para Bensa (REVEL, 1998, p. 63), a *situação social, definida, combina fenômenos* com particularidades (como a *escala temporal e espacial*), posição também citada por Giovanni Levi no texto – variações de escalas e recurso ao "símbolo" (REVEL, 1998, p. 63) – lembrando a evidência da escala na dimensão da análise. Em todo o texto de Bensa, temos o questionamento da totalidade, da parcialidade, do foco, da dimensão, trazendo sempre aos *jogos de escalas* para o método e teoria de análise, principalmente para as Ciências Humanas, em História, e Sociais, na Antropologia.

Os autores que particularizam o poder simbólico, como Pierre Bourdieu e Luiz Costa Lima, no uso do *dano* causado à *produção* cultural, do homem ou da sociedade, como *reflexo pulsante* do embate de ideias, e no *controle* interno a que si revela tal poder, também possível de representações e escalas micro-históricas são essenciais para o valor de verdade e poder simbólico tidos neste trabalho.

No texto de Coelho (2009), quando cita Lima (2009), o controle social do imaginário, tido como funcional, *utilizável*, toma a representação simbólica do real, tornando esta uma dimensão própria, tendo uma subordinação do imaginário à realidade. A aceitação dessa verdade é condicionada, dentre outros, ao aspecto ficcional dado à imaginação, ou seja, a verdade se reestabelece no reconhecimento da não realidade. Muito próximo do proposto por Roger Chartier quando fala do espírito francês¹⁰, do uso memorável da escrita sob a forma de con-

tos para tratar de assuntos sociais.

O porquê do ficcional constar no tópico reservado à verdade, ao fato? Pode-se citar ainda na apresentação do texto de Coelho (2009), à essência que fica tida ao símbolo, ou ainda, ao poder do símbolo, para a tênue marca que *a verdade, o fato, e esse poder* carregam, e às vezes, negam, ao próprio *imaginário*. O paralelo formador do embate entre real e ficto, partem de símbolos, estes se revelam de um poder de representações, distintas muitas vezes, mas também correlatos.

Bourdieu (1989, p. 7)¹¹, em seu livro *o poder simbólico*, tido no capítulo 1 – *Sobre o poder simbólico* – os aspectos do simbolismo e o que para o autor seria sem dúvidas uma prática *dolosa* ao valor real daquilo que é tido como símbolo, que em suas palavras seria:

“Se ‘a imigração das ideias’, como diz Marx, raramente se faz sem dano, é porque ela separa as produções culturais do sistema de referências teóricas em relação às quais as ideias se definiram, consciente ou inconscientemente, quer dizer, do campo de produção balizado por nomes próprios ou por conceitos em – ismo para cuja definição elas contribuem menos do que ele as define”.

O *poder invisível*, reputado pelo simbólico, pode ainda ser encontrado em uma *violência* simbólica, retratada na incumbência da representação, como quando o texto de Lima (COELHO, 2009, p. 1, *apud* LIMA, 2009, p. 33) introduz a ideia da censura:

“Bem sabemos que a censura é o controle explicitado, tão evidente que não apresenta problema teórico nenhum. Mas será preciso que a censura se escancare para compreender-se a existência do controle?”.

Em outras palavras, é necessária a apresentação visual do poder para que ele seja de fato uma verdade? Esse poder invisível, impregnado ao interior do indivíduo é demonstrado ao longo da história da humanidade em diversos *poderios* sociais. Desde uma simples referência paternal, aos ditos massacres de poder em suma das violências prescritas pela humanidade. O poder existe no entrave social, e ele toma a forma de verdade em representações dos indivíduos e símbolos.

Seria irrelevante destacar as formas múltiplas que esse poder, e essa violência, se manifestam no histórico da humanidade. O importante aqui é notar que ele tece no indivíduo uma consciência inconsciente de existência. Podendo ela se manifestar ou não *no, para e do* indivíduo, ou ainda por aquele que exerce tal domínio.

Para Bourdieu (1989, p. 8), quanto ao controle social:

“(...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Como síntese de seu estudo propõe que: 1) os sistemas simbólicos só podem exercer função estruturante porque são estruturados; 2) a dominação, estruturada ou estruturante, permite a legitimação de uma classe sobre a outra, em um processo aqui tido como violência simbólica¹².

Configurando ainda (Bourdieu, 1989, p. 15):

“O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: (...) a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”.

Tal característica, é ainda da sociedade de época retratada por Roger Chartier, onde o contexto e o extratos social são marcados por expressões simbólicas que remetem a este controle. Bourdieu demonstra a essência do processo que o poder simbólico se dá no indivíduo, estabelecendo um ordenamento. A verdade e o poder simbólico não são estranhos às representações do indivíduo, mas nem sempre estão impregnados à clareza de uma forma perceptível deste por ele ou por aqueles que o rodeiam.

A identidade social também remete ao controle, à subordinação social, por isso suas alternâncias pós-modernas se darem de forma não integral e não homogêneo, sendo doloso à pró-

¹¹ Livro na íntegra em: <http://lpeqi.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU__Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

¹² Suma das sínteses primeira e segunda de Bourdieu (1989).

pria identidade do indivíduo. Tendo a memória, a escala e o poder simbólico agindo na transformação desse entendimento funcional do social.

CONCLUSÃO

Este artigo debate acerca de elementos da ciência História relacionando-os com as Ciências Sociais, principalmente em relação à *antropologia social*. Em uma escrita pontual, indicativa, tentou-se elencar nos conceitos de teoria da história – memória, escala e poder simbólico; aqueles que estão mais à frente na antropologia discutida na construção da identidade social

pós-modernidade. Tendo na *memória*, uma fonte do saber social visto pelos olhos único de um *interlocutor*, aqui assessorado pelo historiador. A *escala*, como demandante de um cerco, tornando o objeto mais próximo para uma *microanálise* de seu conteúdo. O *poder simbólico*, visto como atenuante social, ora formador da *violência* ocultada ao indivíduo dominado e ignorada por seu dominante. Tais relações demonstram-se ativas à construção da identidade social do indivíduo, podendo ser representada por configurações e entraves do indivíduo pós-moderno, mas também em um indivíduo histórico com uma cronologia apontada tanto nas Ciências Humanas, como nas Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. (2012), "Teorias da história' e 'filosofias da história': considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico". *Anos 90*, 19, 36:367-400.
- BÔAS, Lúcia Villas. (2015), "História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar". *Cadernos de Pesquisa*, 45, 156: 244-258.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro.
- CHARTIER, Roger. (1996), "Textos, símbolos e o espírito francês". *História: Questões & Debates*, 13, 24: 5-27.
- COELHO, Victor de Oliveira Pinto. (2009), "O controle do imaginário & A afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flandres, Tristram Sahandy". *GRAGOATÁ*, 270, 27: 267-272.
- DURKHEIM, Émile. (1970), *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro- São Paulo, Ed. Forense, 1: 13-42.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. (2002), *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, p. 314-332.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. (2011), "Cinema, educação e história pública: dimensões do filme 'Xica da Silva'", in: Juniele Rabêlo de Almeida & Marta Gouveia de Oliveira Rovai (orgs.), *Introdução à história pública*, São Paulo: Letra e Voz.
- HALL, Stuart. (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed., DP&A Editora, Rio de Janeiro, p. 101.
- LEVI, Giovanni. (1992), "Sobre a micro-história", in P. Burkler (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, p. 133-161.
- MALERBA, Jurandir. (2014), *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*. Ouro Preto, p. 27-50.
- MERLO, Franciele & KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. (2015), "Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação". *Inf. Inf., Londrina*, 20, 1: 26-42.
- PISCITELLI, Adriana G. (1993), "Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico". *Cadernos PAGU*, Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos – PPEC, n.1, p. 150-200.
- REVEL, Jacques. (1998), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p. 39-76.
- TORRES, Luiz Henrique. (1996), "O conceito de história e historiografia". *BILBOS*, Rio Grande, 8: 53-59.
- WOODWARD, K. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". in T.T. Silva (org.), *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis Vozes, 2000.

Recebido em 26 de novembro de 2018

Aprovado em 26 de abril de 2019

ERA UMA VEZ:

OS CONTOS DE FADAS COMO OS PRIMEIROS TIJOLOS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO

Resumo: Durante anos, a caracterização do gênero foi dada estritamente pelo determinismo biológico e não pela sua construção social como vemos nos dias de hoje. Os contos de fadas, por estarem inseridos na formação do indivíduo desde seu aprendizado e assimilação de papéis sociais, constituem um fator importante para caracterizar e exemplificar o mundo a sua volta. O presente artigo propõe afirmar o papel de subjugação da mulher e o machismo da sociedade, através da manutenção dos papéis dos personagens dos contos de fadas que por sua vez, contribuem para a construção de significados desde a infância.

Abstract: *Gender is a social construction, for years, its characterization was given strictly by biological determinism. Fairy tales, since they are inserted in the formation of the individual from their learning and the assimilation of roles, are an important factor in characterizing and exemplifying the world around them. The present article proposes a role of subjugation of the woman and the machismo of the society, through the maintenance of the roles of the characters of the fairy tales, in its turn, contribute to a construction of meanings from a childhood.*

1. INTRODUÇÃO

O nascimento de um indivíduo caracteriza o início da vida, onde a imaginação é utilizada como um instrumento para facilitar o entendimento do mundo. A mente humana é criativa, elabora cenas, reconhece pessoas, assimila cores e sem perceber, acaba realizando tudo isto por indução. Por sua vez, a primeira semente da imaginação são os contos de fadas, inseridos na esfera infantil desde sua fase inicial. Não existe uma teoria certa de como as histórias têm sobrevivido ao longo dos séculos passando de geração a geração, mas com toda certeza, são um arquivo cultural comum a diversas culturas. Bruno Bettelheim (2002, p. 197), partindo deste princípio, defende em seu livro: *A psicanálise dos contos de fadas*, a seguinte premissa:

“O conto de fadas é a cartilha onde a criança aprende a ler sua mente na linguagem das imagens, a única linguagem que permite a compreensão antes de conseguirmos a maturidade intelectual. A criança precisa ser exposta a essa linguagem, e deve aprender a prestar atenção a ela, se deseja chegar a dominar sua alma”.

Os contos estimulam a maturidade na criança e sua percepção de mundo. A partir das

histórias que escutam, os indivíduos constroem o cenário no qual estão inseridos e, por consequência, edificam também seu papel social, interpretando-o de acordo com o comportamento que mais admiram, lhes chama atenção ou que se identificam nas histórias. Os personagens servem, portanto, como exemplos de perfis previamente selecionados para atuarem na sociedade através de um comportamento esperado. Desta forma, tanto o que é “masculino” quanto o que é “feminino” será traduzido nos contos, tipificando-os a partir de critérios previamente estabelecidos, inferiorizando a figura da mulher (frágil) face à imagem do homem (viril).

O proposto artigo consistirá em fazer uma análise de três critérios, sendo eles: (i) o gênero na sociedade; (ii) a participação das histórias na vida da criança e (iii) como a ideia da inferioridade da mulher face ao homem sobressai como resultado. Diante disso, serão apresentados aspectos temporais – para evitar anacronismos – ao se analisar algumas narrações, e assim, tentar-se-á corroborar a hipótese dos contos de fadas como os primeiros tijolos da construção social do gênero e o machismo proselitista como principal mantenedor da estratificação social dada por caracteres sexuais e a consequente subjugação da mulher.

Amanda Matos Valente

Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Contato

<amanda.matosvalente@gmail.com>

Thaissa de Oliveira Vasconcelos

Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Contato

<thaissavasconcelos2@gmail.com>

Palavras-chave:

Contos de fadas; gênero; machismo; papel social.

Keywords:

Fairy tales; gender; machismo; social role.

1 O Papel Social é um conceito da sociologia que, de maneira geral, determina a função dos indivíduos na sociedade. Ele é produzido pelas interações sociais (processos de socialização) desenvolvidas, as quais geram determinados comportamentos dos sujeitos de um grupo social.

2 Rompe com toda a série de binômios tradicionais que têm servido como fundamento da filosofia moderna e da própria reflexão feminista que vinha sendo debatida na década de 1990.

3 Crítica à cultura heterocentrada, na qual o corpo funciona decisiva e majoritariamente a serviço da reprodução sexual e da produção de prazer genital.

4 A espécie humana se diferencia anatômica e fisiologicamente através do dimorfismo sexual, mas é falso que as diferenças de comportamento existentes entre pessoas de sexos diferentes sejam determinadas biologicamente. A antropologia tem demonstrado que muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outras. (LARAIA, 1986, p. 19).

5 Sexo é o conjunto de características

2. A CRIAÇÃO DO GÊNERO

Como os modos de socialização são aprendidos e assimilados:

“O mundo sempre pertenceu aos machos. (...) quando duas categorias humanas se acham em presença, cada uma delas quer impor a outra sua soberania (...) se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se, pois que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher” (BEAUVOIR, 1949, p. 41).

De acordo com Louro (1997, p. 82), o gênero pode ser definido pelo suposto modo e como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto. Em outras palavras, a maneira de pensar e agir delimita o gênero adquirido pela pessoa, não obstante, é importante destacar a incongruência da própria sociedade que, erroneamente pré-estabelece e define qualidades e características ao depender tanto das variações físicas quando do nascimento do indivíduo. Pressupõe-se, desta forma, que os órgãos genitais são dotados de poder para definir o comportamento e o papel social¹ do indivíduo dentro de uma comunidade.

“Na gramática, o termo gênero é compreendido como: um meio para classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados” (SCOTT, 1995, p. 3). Neste sentido, o termo define o papel social que o indivíduo terá no grupo a partir de suas preferências, ao contrário do que a sociedade tradicionalista defende, sendo o gênero uma ferramenta para estabelecer um comportamento pré-definido para o indivíduo de acordo com sua aparência e distinções físicas.

De acordo com Scott (1989, p. 3), a sociedade normativa acredita que as características sexuais possuem o poder de moldar o comportamento do indivíduo e seu suposto modo de agir, assim iniciando um processo de segregação, de forma a atribuir para cada grupo específico “funções diferentes”. Adiante, a questão da mulher será abordada como exemplo desta situação. Induzida a pensar na família, trabalhos domésticos e habilidades que exigem me-

nos força física, a mulher é colocada em uma posição de subjugação face ao homem que, em contrapartida, desempenha papéis de grande esforço mental, liderança de grupos ou mesmo exercício da força física.

A contrassexualidade² apresenta como objetivo estabelecer uma relação entre gênero e sexo, ou melhor dizendo, estabelecer uma diferenciação entre os dois termos. Dessa forma, há um rompimento com as ideias que normalizam o corpo como, por exemplo, o modelo heterocentrado³. O contrato com a natureza, seria substituído pelo contrato contrassexual, O que é então, posto em evidência é a desnaturalização das práticas sexuais, buscando formas alternativas de prazer através da construção de novas tecnologias. A excitação sexual seria, por sua vez, produtor das novas tecnologias introduzidas no mundo contemporâneo, rompendo com as ideias heteronormativas e estabelecendo novas contraposições, acabando por traduzir a sexualidade como tecnologia.

Portanto, há uma lógica construtivista que engloba a teoria da contrassexualidade, mudando de perspectiva a forma como atribuímos significados para gênero e sexo. Vale lembrar que a prática sexual é fruto da própria socialização, em outras palavras, o modo como o sistema dita o certo ou o errado no modo de realizar relações sexuais, é o modo como a sociedade entende e reproduz. O modelo heterocentrado o qual somos extremamente sensíveis a ele, na realidade, é um modelo falso, causado pelo deslocamento de eixos performáticos.

Scott (1989, p. 3) salienta que o termo gênero foi primeiramente utilizado pelas feministas americanas, como forma de rejeitar o determinismo biológico⁴ e insistir nas distinções, principalmente, baseadas no sexo. Para a autora, a definição de gênero, ou mesmo do sexo⁵, não poderia ser separada sem antes segregá-las em estudos distintos. Dessa forma, a autora cita Davis (1975, p. 72, 90) com uma compreensão *sine qua non* da existência dos termos a partir do estudo separado:

“Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos

sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-las”.

Scott (1989, p. 3) presume que o conceito de gênero, como já dito anteriormente, foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, conferindo-lhe um caráter fundamentalmente social. Um grande exemplo do empoderamento da mulher fruto de uma sociedade mais responsável quanto aos seus direitos, e menos tradicionalista, pode ser observado na Noruega, onde, descrito por Guimarães (2016, p. 33), a suposta dona de casa morreu. O autor discorre acerca do índice analisado pelo Serviço Nacional de Estatística Norueguês, durante o ano de 2015, o qual evidencia que somente 2% das mulheres casadas ou em união estável ainda desempenhavam trabalhos domésticos sem nenhuma atividade laboral remunerada.

É interessante destacar, que de acordo com Guimarães (2016, p. 33), os escandinavos também foram pioneiros ao conferir licença paternidade para os homens. Na Suécia, quase todos os partidos – independentemente de sua diretriz política – concordam com a licença pós-parto (18 meses) dividida obrigatoriamente entre pais e mães, podendo o reflexo disto, ser enxergado no recrudescimento da responsabilidade familiar, compartilhada entre ambos os progenitores. Neste sentido, mensura-se que há uma inversão dos papéis esperados tanto do homem quanto da mulher, os quais atribuem também ao homem, o desempenho em tarefas relacionadas ao cuidado parental e com as demandas domésticas. Decorrente disto, a mulher também passa a usufruir de liberdade e tempo para se dedicar a construção de sua carreira e trabalho, igualando-se – na maioria das vezes – ao marido.

“O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade. Este aspecto relacional vem da preocupação de alguns de que os estudos femininos se centravam sobre as mulheres de maneira demasiado estreita, assim a noção de gênero daria conta de que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e

não poderiam ser entendidos separadamente” (TORRÃO FILHO, 2004, p. 129).

Há também uma inversão, ou melhor dizendo, uma nova interpretação do gênero, desassociando estruturas estéticas face a características pessoais como feminilidade e masculinidade. Em outras palavras, essa nova ótica faz com que enxerguemos a construção do ser humano enquanto indivíduo do que peça necessária para perpetuar a espécie. O conceito de ser indivíduo e humano vai além das necessidades de se associar prazer, sexo e reprodução.

A mudança/escolha do sexo para bebês intersexuais, ressaltando as cirurgias que serão realizadas a partir dos seus cromossomos, acontecem sem mesmo podendo apresentar as suas preferências de gênero e sexualidade. Já no nascimento e conforme a sua definição cromossômica, os bebês são involuntariamente submetidos a cirurgias para modificação corporal dos seus órgãos sexuais, confirmando mais uma vez a pressão e influência desde o nascimento de uma sociedade hetero-normativa. Ou seja, o sexo terá a função de definir o padrão de comportamento que a sociedade espera de cada indivíduo.

Sendo assim, o presente artigo, coloca em evidência a preocupação dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, isoladamente, levando em consideração o ortodoxo determinismo biológico face à identificação do indivíduo por quaisquer gêneros. Paralelamente, os contos de fadas atuarão como instrumento para corroborar a hipótese de que o sistema tradicional de divisão das tarefas é institucionalizado nas crianças desde o início de suas vidas, durante sua fase de aprendizado e em sua construção e assimilação de valores.

3. O PROSELITISMO MORAL DOS CONTOS DE FADAS: O EU E O GÊNERO

“A verdadeira magia dos contos de fadas reside em sua capacidade de extrair prazer da dor” (TATAR, 2002, p. 10). A origem dos contos de fadas remete a uma época em que, diferente do que acontece hoje, as histórias eram

estruturais e funcionais segundo os quais um ser vivo é classificado como macho ou fêmea.

contadas entre adultos. “Elas eram a televisão e a pornografia de seu tempo; a subliteratura iluminava a vida de povos pré-literários” (TATAR, 2002, p. 9). De acordo com Tatar (2002, p. 9), a função dos contos era criar uma realidade paralela aos afazeres domésticos, contadas ao pé da lareira por camponeses. “Eles sobrevivem à agressão e à opressão política, à ascensão e à queda de civilizações, aos massacres de gerações e a vastas migrações por terra e mar” (ESTÉS, 2002, p. 11).

Para Estés (1999, p. 15), existe uma facilidade de se encontrar sabedoria nas histórias, onde as ideias mais persistentes e sábias estão reunidas nas teias de prata a que chamamos contos. Na mesma direção, Tatar (2002, p. 9) salienta a existência de uma intimidade e pessoalidade nos contos, os quais se espelham na própria história e experiência humana. Os personagens sempre estão em busca de riquezas, romances, privilégio, poder e sobretudo, um suposto caminho para sair da floresta e voltar à proteção e segurança de casa. Desta forma, é clara a percepção que os contos de fadas se assemelham a histórias da própria imaginação coletiva, levando a um caráter mais familiar.

Embora exista uma preocupação da psicanálise quanto à reprodução dos contos de fadas ao levar valores e moralidade para a sociedade, existe também a possibilidade dos contos serem transmitidos somente por diversão, o que de certa forma, traz preocupação quanto à imagem positiva ou negativa que irão passar agregando-os ao seu papel como exemplos alegóricos. “Algumas histórias são narradas porque são simplesmente divertidas. São narradas para que as pessoas riam juntas [...] assim, determinados contos de fadas servem de protótipos para os comediantes circenses na mídia e na política” (ESTÉS, 1999, p. 14).

Bennet (1996, p. 70), por outro lado, estabelece uma lista de virtudes que devem ser encontradas nos contos, e que são aceitas na sociedade como boas e reproduzíveis qualidades, sendo elas: “autodisciplina, compaixão, responsabilidade, amizade, trabalho, coragem, perseverança, honradez, lealdade e fé”. Faz-se necessário lembrar que muitas vezes, as crianças são atraídas por fatos narrados que possuem um impacto maior e mais emocional na história, do que a própria mensagem moral que

se encontra por trás dela. Segundo Tatar (2002, p. 17), a angústia, medo, desejo, romance, amor e paixão, são os elementos que fazem a manutenção da existência dos contos de fadas ainda com tanta vitalidade na sociedade contemporânea, seja ela contada ou televisiva.

“A interpretação moral dos contos de fadas e das fábulas é boa. Mas as interpretações simplistas e humilhantes que contêm ameaças ao ouvinte, em vez de convidar a alma a ver mais profundamente, e que envergonham em vez de ensinar, não são um bom uso dessas histórias antigas que sobreviveram através dos séculos a tantos contratemplos. [...] desde tempos imemoriais, alguns contos têm sido usados para fazer proselitismo de certas maneiras de ser, agir e pensar. São os contos morais. Em geral as fábulas de Esopo⁶ são assim entendidas. [...] o conto indica que, se alguém tenta se apoderar de tudo que vê ou imagina, talvez não chegue a tirar proveito de nada” (ESTÉS, 1999, p. 14-15).

Há também uma compilação de preconceitos que fazem parte dos contos, estes por sua vez, obedecem a regra do seu tempo e de sua época, colocando em evidência a discriminação da sociedade de origem. “Com frequência, transmitiam e incluíam em seu trabalho preconceitos, principalmente raciais e classistas, que, em alguns casos eram chocantes e absurdamente grosseiros na melhor das hipóteses” (TATAR, 2002, p. 11). De acordo com Tatar (2002, p. 9-10), as histórias não devem ser retiradas de circulação, e nem mesmo censuradas, porém devem ser respondidas com “consciência e misericórdia” ao serem além de analisadas, lidas⁷.

Neste sentido, os contos, ao serem transmitidos para as crianças, devem ter singular preocupação, uma vez que representam exemplos que fixar-se-ão em seu subconsciente de forma involuntária. Nas histórias para crianças, passamos a desejar e esperar uma orientação moral clara, positiva, junto com mensagens de fácil compreensão. De acordo com Tatar (2002), os contos de fadas transportam as crianças para uma realidade na qual a natureza humana não é naturalmente boa, onde existem conflitos assim como na vida real, ou então, nas palavras da autora: “a vida é severa antes de ser feliz”.

6 As Fábulas de Esopo são uma coleção de fábulas creditadas a Esopo (620–560 a.C.), um escravo e contador de histórias que viveu Grécia Antiga.

7 De acordo com Estés (1999), os contos de fadas possuem importância a partir de qualquer modalidade de transmissão, sejam eles contados – por via oral – sejam eles, escritos, encenados, televisivos, etc.

Dessa forma, as histórias propõem um cenário onde as crianças utilizam seu próprio senso de individualidade a partir do que foi aprendido com os contos, tranquilizando-os em relação aos seus próprios medos.

Até cerca de cinco anos de idade, garotos e garotas são estimulados da mesma maneira. É nessa fase que as crianças ouvem as mais diversas histórias contadas pelos pais e professores. As primeiras histórias vão, de maneira inconsciente, implantar ideias de comportamento durante a fase inicial da infância. Com os contos de fadas, eles aprendem que teoricamente garotas devem ser recatadas e garotos devem lutar com dragões para conquistar a princesa, antes de se darem conta, estão reproduzindo o que aprenderam em contos de outra época e realidade social.

4. A DEMARCAÇÃO SEGREGACIONISTA DO COMPORTAMENTO SOCIAL A PARTIR DOS CONTOS DE FADAS: MENINOS SÃO PRÍNCIPES (BRAVIOS) E MENINAS SÃO PRINCESAS (INDEFESAS)

[...] esses contos emocionalmente perturbadores... Engrandeciam em mim uma ânsia de ser arrebatada pela paixão romântica e levaram-me, na adolescência em meus vinte e poucos anos, a tentar imitar essas heroínas abnegadas. Que Bloom⁸ representou a heroína trágica, recatada, não só no palco como na vida real, fica claro a partir do penoso relato que fez de seus muitos romances e casamentos fracassados (TATAR, 2002, p. 12).

Em virtude desse antagonismo no trato do aparente feminino e masculino, a relação entre contos de fadas e gênero é conflituosa e pode ser determinante na formação de estereótipos do tornar-se princesa/príncipe". "Inconscientemente, estes padrões podem ser referência para o feminino, interferindo no modo como se dão as relações sociais, em especial entre as crianças" (JUNGES, 2011, p. 22). De acordo com Tatar (2002, p.12), embora os contos de fadas possuam um caráter de justiça e ingenuidade, nas palavras da própria autora, "seu materialismo obstinado e seu espectro imaginativo por vezes estreito" enviam, na maior parte das vezes, mensagens ambíguas.

"Os contos de fadas modelaram códigos, comportamento e trajetórias de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que nos forneceram termos com que pensar sobre o que acontece em nosso mundo" (TATAR, 2002, p.4). Tatar (2002, p. 17) acrescenta que os primeiros críticos dos contos de fadas perceberam que a moralidade dos contos nem sempre coincide com a da sociedade vivida e experienciada, ou mesmo, pelo mundo didático planejado pelos pais. "O aprendizado e a percepção são responsáveis pela aquisição de uma consciência de significados. Que as histórias possam evocar tudo isso na mente dos ouvintes já é razão bastante para compreendê-las como forças renovadoras" (ESTÉS, 1999, p. 17).

"Os estereótipos reproduzem relações de poder, desigualdade e exploração, dificultando qualquer flexibilidade de pensamento na avaliação e comunicação de uma determinada realidade" (FREIRE FILHO, 2005, p. 05). "Talvez, por isso, seja preciso um olhar mais criterioso em relação ao discurso empregado acerca das formas e concepções do que é "ser mulher e ser homem" na sociedade e, em consequência, se estabelecem as relações sociais entre os sujeitos" (JUNGES, 2011, p. 14). "A princesa loira nos contos de fadas representa certa beleza de alma e espírito que, metaforicamente, é de ouro e não pode ser adulterada. A princesa de cabelos loiros não é uma pessoa do cotidiano, antes representa a essência da alma que tudo eleva através de sua beleza e sua honra" (ESTÉS, 1999, p. 23).

"As qualidades que um determinado período considera belas nas mulheres são apenas símbolos do comportamento feminino que aquele período julga ser desejável" (WOLF, 1992, p. 13). "Neste contexto, o conceito de feminilidade estaria atrelado à vontade insuperável de atingir um ideal impossível de beleza, impondo à mulher um pesado ônus ao buscar o inatingível, causando uma obsessão pelos padrões de beleza considerados socialmente aceitos em um determinado período" (AGUIAR; BARROS, 2015, p. 04). "A noção de feminilidade da mídia ensina que a mulher deve ser dócil, sorridente, bela e sempre jovem; nas propagandas, é a mulher que abraça todos os papéis: trabalha, cuida dos filhos, cuida de si e nunca está estressada por lidar com tantas responsabilidades" (AGUIAR; BARROS, 2015, p. 5).

8 Atriz inglesa, Claire Bloom, citada por Tatar (2002).

"Qual é o tipo de beleza que se valoriza?"

Verá nos filmes, nas revistas, na televisão. Verá que se valoriza a pele branca. Perceberá que o tipo que cabelo que se valoriza é o liso ou o ondulado, e é um cabelo que cai, ao invés de ficar armado. Ela vai deparar com tudo isso, quer você queira ou não. (...) faça perceber que, para muitas pessoas e muitas culturas, a definição limitada de beleza não é bonita. É você quem conhece mais sua filha. E assim é o você quem sabe melhor como afirmar o tipo de beleza dela, como protegê-la para que não se sinta insatisfeita ao olhar no espelho". (CHIMAMANDA, 2017, p. 59).

"Ensinamos as meninas a sentirem vergonha. 'Fecha as pernas, olha o decote', nós a fazemos sentir vergonha da condição feminina; elas já nascem culpadas. Elas crescem e se tornam mulheres que não podem externar seus desejos. Elas se calam, não podem dizer o que pensam. Fazem do fingimento uma arte" (CHIMAMANDA, 2014, p. 36). "A Literatura infantil só foi possibilidade com este novo sentimento que durante tanto tempo não existiu, e que fez com que os contos da tradição oral fossem transmitidos sem qualquer cuidado com o teor do que se era contado" (LUCÍFORA, 2017, p. 69).

"Quando penso sobre todos os aspectos da feminilidade que me tolheram de medo desde os treze anos, tudo se resume de verdade às princesas. Eu não achava que precisasse me esforçar para ser mulher (...). Eu achava que, de algum jeito, por mágica, por meio de um esforço psíquico sobre-humano, eu precisasse me transformar em uma princesa. Era assim que alguém se apaixonaria por mim. Era assim que eu seguiria em frente. É assim que o mundo me acolheria". (MORAN, 2012, p. 224)

"A submissão feminina como sendo estimulado no contexto das histórias e o quanto isso é desigual nas relações entre homens e mulheres; a realização social para as mulheres conquistada por um casamento também foi criticada" (LUCÍFORA, 2017, p. 138). Lucífora (2017, p. 138) salienta que existe uma essência excludente nos contos de fadas que levam a uma neutralização das ideias na sociedade cerceando as questões de gênero, étnicas, sexuais e etc. A autora realizou uma pesquisa

entre professores de educação infantil, na qual os próprios professores salientaram a possibilidade/necessidade de se instruir os alunos com os recontos, ou em outras palavras, em contar a história novamente, corrigindo suas desigualdades de gênero, submissão da mulher e estereótipos inacessíveis.

A dialética arbitrária representada nos contos de fadas pelo papel social entre homem e mulher e seu respectivo comportamento na sociedade, pode ser observada a partir de uma análise de Aguiar e Barros (2015, p. 12), acerca das características esperadas pelos príncipes de cada época. Tais histórias posteriormente alcançaram grande público e se tornaram animações televisivas através do recrudescimento da aceitação dos contos e seus respectivos papéis sociais.

"Branca de Neve (1930): O alvo, neste período, era a busca por um homem que representasse o papel pré-definido à época de provedor do lar e protetor da família, um príncipe encantado que a leve para viver num castelo, onde, certamente, continuará a desempenhar as funções domésticas. **Cinderela (1950):** Durante a Segunda Guerra Mundial, em virtude da grande quantidade de homens recrutados para o exército, o mercado de trabalho se abriu para as mulheres. [...] Com o fim da guerra, os Estados Unidos despontaram como potência mundial e o mundo viveu a "era de ouro" do capitalismo. Esta conjuntura elevou o custo de vida, contudo, encontrar o príncipe encantado que pudesse assumir o papel de mantenedor da família não era tarefa fácil, embora fosse um desejo de grande parte das mulheres da época. **A Bela Adormecida (1959):** Aurora e o príncipe Felipe se apaixonam, porém não sabiam que já estavam prometidos um ao outro, o que os conduz à indignação ao descobrir que já possuem um pretendente indicado por seus familiares. Entretanto, Aurora se resigna, revelando a submissão feminina e demonstrando o valor vigente à época, de que o casamento era escolhido pela família" (AGUIAR; BARROS, 2015, p. 6-7).

Os príncipes destacados são alguns exemplos do papel do homem em sua época e, res-

pectivamente, do papel inferiorizado da mulher, que hoje são apresentados para as crianças a partir dos contos de fadas recontados e filmados pela televisão. Torna-se perceptível a incompatibilidade de valorização dos dois sexos apresentados pelos contos de fadas, ainda que o conto tente ser o meio para introduzir no subconsciente da criança o bom comportamento esperado pela sociedade, é necessário muitas vezes desassociá-los de preconceitos e discriminações, assim talvez, a partir da recontagem dos contos, o papel da mulher possa ser menos desmerecido e visto pelas crianças como forma de equidade entre o comportamento esperado de meninos e meninas. É importante observar que, apesar de a protagonista ser a menina/mulher nos contos de fadas clássicos, ou nos filmes interpretados pela Barbie⁹, os príncipes ocupam um duplo lugar, ora como coadjuvantes das tramas (sem ao menos terem um nome próprio), ora no papel principal, especialmente no final das histórias, transformando-se naqueles que virão salvar a princesa e desposá-la, completando-a e atribuindo um final feliz à história.

5. O MANIFESTO DAS PRINCESAS: UMA ANÁLISE CONTRASSEXUAL DAS PERSONAGENS

Havia um tempo em que as histórias eram contadas e recontadas, de ouvido a ouvido. Porém, com a interferência da tecnologia, as histórias, ou melhor, os contos de fadas, ganharam outro âmbito e outro meio para se propagar. A Disney chegou como pioneira, seguida da Pixel, Cartoon Network, etc. As aclamadas princesas-Disney, por várias décadas, fizeram com que as mulheres desempenhassem seus comportamentos esperados ao: serem silenciosas e organizadas, amáveis e fiéis, aguardando o príncipe encantado que supostamente irá solucionar seus problemas. O príncipe, neste caso, a resgataria de sua vida apática ao lutar pelo seu direito ao matrimônio - isto é, pedindo-a em casamento e desfrutando de sua virtude. O príncipe proporciona, a partir de então, a vida que toda mulher espera e a faz sentir completa: casa, marido e filhos. Nesse contexto, o homem assume o seu papel social de provedor, pouco se revela o sentimento de paternidade ou fidelidade masculina, por outro lado, é exigida a fidelidade feminina, delegando liberdade à mulher somente até onde o homem a permitir¹⁰.

O homem, avidamente, torna-se valente, lidera seu núcleo familiar, assume uma postura proativa e luta contra todos os dragões e monstros para salvar a donzela, declarando sua honra. O que é explicado pelo denominado Culto da Agressividade: como o homem se reconhece socialmente, através da demonstração de força, habilidade desafiadora e maestria de domínio. A mulher, portanto, no âmbito social concebe-se ao lado do homem, casando-se com o provedor honroso¹¹.

Entretanto, com o passar dos anos, algumas princesas que não seguiam este padrão foram surgindo nas redes televisivas. Mulan (1998), princesa chinesa e guerreira, foi o rompimento do padrão-princesa. Nesta história, é notável a oposição da afirmação de Beauvoir (1949, p. 41): "Não se nasce mulher, torna-se mulher". Neste caso, torna-se homem. Para que uma mulher possa estar no mesmo nível de um homem, ela não pode competir usando, como artifício, traços femininos, mas deve-se masculinizar ao máximo, tal como Mulan (1998).

A princesa chinesa que lutava em nome de sua família e pátria foi proibida de defender o seu povo, por ser considerada delicada e indefesa. Sendo assim, alistar-se para lutar na guerra não era um dever do sexo frágil. Não satisfeita com essa resposta, Mulan (1998) transfigura-se em homem, assumindo o comportamento e aspectos físicos masculinos para se infiltrar no exército. Para que isto possa se tornar realidade, ela mata em si, qualquer traço que remeta às características de construção social femininas, iniciado, por exemplo, pelo corte de seu longo cabelo. A partir de então, não usufrui da vaidade, a princesa prende o cabelo já curto, muda a postura e sua forma de se comunicar. Evidenciando, mais uma vez, como a sociedade enxergava/enxerga a definição sexual através dos caracteres físicos.

Outro exemplo deste rompimento da suposta princesa-passiva-aguardando-seu-príncipe é Pocahontas (1995), que não obstante, recusa o formoso John Smith, como também, impõe-se para lutar por seu povo e sua liberdade. Filha do líder de uma aldeia indígena e governada por seu espírito livre, a índia não aceita ceder sua liberdade e autonomia, nem mesmo por atrativos físicos. Dona de sua própria vontade, luta, mesmo com dificuldade, por seus ideais. Contudo, diferente de Mulan, sem remeter-se à troca de característica físicas generificadas.

9 Muitas vezes a boneca Barbie em seus filmes interpreta uma princesa dos contos de fadas, atendendo a demarcação do tipo perfeito de beleza sugerido pelas histórias: alta, loira, magra, olhos claros e comportamento essencialmente recatado.

10 Notas da aula e slide: Masculinidade e Violência, desenvolvido pela professora do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas, Karina Junqueira.

11 Notas da aula e slide: Masculinidade e Violência, desenvolvido pela professora do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas, Karina Junqueira.

O casamento, cerimônia de grande aspiração entre as princesas, — lembrando que de forma polêmica nos contos de fadas: para tornar-se princesa é necessário um príncipe — assumiu um caráter contraditório para esta nova geração de infantas, uma vez que reconhecem a completude a partir de si mesmas, podendo desempenhar qualquer atividade que lhes forem convenientes sem o aval de um consorte. Como exemplo, Mérida (Valente, 2012), a desbravada ruiva que ao ver-se predestinada ao casamento arranjado, se rebela contra sua família. Sua mãe a obriga a escolher um marido no torneio onde os homens de vários clãs escoceses devem lutar por sua mão. Relutante, Mérida sugere o arco-e-flecha, seu esporte preferido no qual sempre se destacava, como a prova da competição que daria ao vencedor, a honra de se casar com ela e ser o novo rei.

No dia marcado, os homens competem pelo matrimônio com a princesa, tentando acertar o alvo central. A maioria deles falha até que um dos candidatos finalmente atinge o alvo retirando um sorriso da mãe da garota. A princesa então, decide que nenhum homem lutará por ela, ela lutará por si mesma e por sua liberdade, e então atira uma flecha em direção à flecha daquele que, teoricamente, a ganhou, partindo-a ao meio e fazendo um lançamento melhor do que qualquer homem ali presente.

Há também, a história das irmãs Anna e Elsa (Frozen, 2012) que coloca em evidência, de maneira inédita, o principal sentimento retratado nos contos: o amor. Desta vez, não é o beijo de amor verdadeiro do príncipe que pode salvar Anna, mas sim o amor de sua irmã. Em certa cena, a caçula da família real salienta que gostaria de se casar com um príncipe que conheceu há pouco, julgando-se apaixonada para tanto. Elsa discorda do casamento e diz para sua irmã: “você não pode casar com alguém que acabou de conhecer”. A fala decisiva de Elsa quebra com toda a perspectiva que as princesas carregavam, como Aurora (A Bela Adormecida, 1959) e Branca de Neve (Branca de Neve e os Sete Anões, 1938) que, adormecidas por uma maldição, casam com o príncipe que as despertaram com um beijo, mesmo tendo acabado de se conhecerem.

Desta forma, é compreensível ver que o amor pode ser exibido de várias formas, seja por sua ambição, por sua autonomia, por seu próprio povo, ou pelo amor fraternal. Ambos

são parte de algo maior do que o amor romântico que em demasia é descrito nas histórias infantis como a grande motivação dos personagens.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante notar, como, de maneira despreziosa, histórias supostamente inocentes, constroem a mentalidade, o modo de agir, o papel social e o comportamento esperado dos indivíduos na sociedade. O gênero, além de ser definido pelos exemplos e perfis previamente delineados nos contos, durante muitos anos fizeram parte do controle de um grupo conservador, tradicionalista e ortodoxo, o qual estabelecia limites para a fuga de padrões de comportamentos. Dessa forma, as pessoas são levadas a acreditar que os comportamentos quando desestabilizados, isto é, quando descumpridos, admitem como um valor negativo e imoral para os indivíduos.

A intenção da elaboração do artigo era afirmar o papel dos contos de fadas na perpetuação da sociedade machista. A hipótese, por sua vez, foi corroborada, valendo-se de fatos e significados, para levar a uma análise lógica da submissão feminina ao sexo masculino. Não obstante, é necessário pontuar os contos de fadas como o primeiro instrumento para a construção e institucionalização das crianças a uma sociedade que sujeita a mulher a desempenhar funções unicamente domésticas, de assistência familiar e manutenção do patriarcalismo. Além do estabelecimento de comportamentos, os papéis sociais modificam o modo como a sociedade enxerga o gênero e as funções de cada pessoa dentro desta sociedade, a partir de seu sexo. Em outras palavras, os contos de fadas agem como instrumento de manutenção da ordem social e da sociedade normativa.

Embora o surgimento dos contos de fadas tenha se dado durante uma época, quando não era valorizado o empoderamento feminino, coligado com uma elevada importância do determinismo biológico, a sociedade passou a se reinventar, novas necessidades foram criadas, situações diferentes foram colocadas em evidência e o avanço do mundo tecnológico como um todo, levou à própria vanguarda e modernização das formas de pensar e agir dos agrupamentos sociais. Os adultos que narram e introduzem os contos de fadas na vida das

crianças começaram um processo de reconto, delegando pontual atenção para discriminação e preconceitos contidos nas histórias.

O gênero e a função da mulher na sociedade também foram reinventados e rediscutidos, adicionando novos papéis e funções sociais para suas personagens femininas. As personagens por sua vez, adquiriram aspectos e características aparentemente masculinas e masculinizadas, como a liderança de grupos, audácia e

intrepidez, lógica, desempenho intelectual, entre outros perfis que *a priori* eram atribuídos apenas ao mundo dos homens. O termo *Era uma vez* ficou no passado, agora os contos que antes eram de fadas, paulatinamente, se tornam contos de pessoas e, em algum momento da humanidade: homens e mulheres irão conviver em igualdade, sem serem subjugados tornando-se agentes que cooperam entre si, vivendo, quem sabe, felizes para sempre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES. Direção: David Hand, William Cottrell, Wilfred Jackson, Larry Morey, Perce Pearce e Ben Sharpsteen. Produção: Walt Disney, 1937, 83 min, cor.

A PRINCESA E O SAPO (The Princess and the Frog). Direção: Ron Clements e John Musker. Produção: Peter Del Vecho e John Lasseter. 2009, 97 min, cor.

AGUIAR, Eveline Lima de Castro & BARROS, Marina Kataoka. (2015), "A Representação Feminina nos Contos de Fadas das animações de Walt Disney: A resignificação do papel social da mulher." Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/norde>

ste2015/resumos/R47-1959-1.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

BEAUVOIR, Simone de. (1949), *O Segundo Sexo*. Tradução de Sérgio Millet. 4ª edição, São Paulo, Editora Nova Fronteira.

BELA ADORMECIDA (Sleeping Beauty). Direção: Clyde Geronimi, Les Clark, Eric Larson e Wolfgang Reitherman. Produção: Walt Disney, 1959, 75 min, cor.

BENNET, Willian J. (1996), *O Livro das Virtudes: O compasso moral*. Londres, Editora Nova Fronteira.

BETTLEHEIM, Bruno. (2002), *A psicanálise dos contos de fada*. 34ª edição, São Paulo, Editora Paz e Terra.

DAVIS, Natalie Zamon. (1976), *Women's history in transition: the Europeans case. Feminist Studies*, n.1, p.90.

ESTÉS, Dra. Clarissa Pinkola. (2002), *Contos dos Irmãos Grimm*. Lia Wyler. Rio de Janeiro, Rocco.

FILHO, Torrão. (2004), Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam.". p. 129.

FREIRE FILHO, João. (2005), "Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias." *FAMECOS*, 28,.

FROZEN. Direção: Chris Buck, Jennifer Michelle Lee. Produção: John Lasseter e Peter Del Vecho. Walt Disney Pictures, 2013, 108 min, cor.

GUIMARÃES, Paulo. (2016), *Os Escandinavos*. 1ª edição, São Paulo, Editora Contexto.

JUNGES, S. H. M. "Tiana, uma princesa às avessas?: a representação da personagem feminina no filme de animação "A princesa e o sapo" de Walt Disney". Pelotas, UCPEL, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. (1986), *CULTURA: um conceito antropológico*. 27ª edição, Rio de Janeiro, Zahar.

LOURO, Guacira Lopes. (1997), *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Vozes.

LUCIFORA, Cristiane de Assis. (2017), "A reprodução das desigualdades de gênero nos contos de fadas/maravilhosos como marcas circunscritas na educação infantil." Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150338>>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

MORAN, Caitlin. (2012), *Como ser mulher – Um divertido manifesto feminino*. São Paulo, Editora Paralela.

MULAN. (1998), Direção: Tony Bancroft e Barry Cook. Produção: PamCoats. Walt Disney Pictures, 1998, 87 min, cor.

JUNQUEIRA, K. *Temas em Relações Internacionais*. Gênero e Relações Internacionais, data. Notas de aula.

PINHEIRO, Manu. (2015), *Cale-se: A MPB e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro, Livros

Ilimitados.

POCAHONTAS. Direção: Mike Gabriel e Eric Goldberg. Produção: James Pentecost. Walt Disney Pictures, 1995, 81 min, cor.

SCOTT, Joan Wallach. (1995), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica." *Educação & Realidade*, 20.

JUNQUEIRA, K. *Relações Internacionais: Gênero e Relações Internacionais*, ano.

TATAR, Maria. (2002), *Contos de Fadas*. Nova Iorque, Clássicos Zahar.

VALENTE (Brave). Direção: Mark Andrews e Brenda Chapman. Produção: Katherine Sarafian, Pixar Animation Studios, 2012., 93 min, cor.

WOLF, Naomi. (2010 [1992]), *O Mito da Beleza*. Tradução de María Lugones. Rio de Janeiro, Editora Rocco. Copyright c 2014 by Revista Estudos Feministas. Traduzido ao português com o consentimento da autora, María Lugones.

Recebido em 27 de fevereiro de 2018

Aprovado em 14 de abril de 2019



"A (RE)EXISTÊNCIA ATRAVÉS DA ESCRITA" – A CONTRANARRATIVA MOBILIZADA PELAS OBRAS DE AUTORAS NEGRAS BRASILEIRAS

Resumo: Este artigo visa refletir acerca das experiências raciais vivenciadas por negros no Brasil e sua expressão na produção literária de autores negros. Em diálogo com Fanon (2008) e Nascimento (2016 [1978]), o trabalho analisa os conflitos acerca da narrativa racial construída no país, com ênfase no movimento de "contranarrativa" organizado por autoras negras. Em articulação com Conceição Evaristo (2005) localiza a literatura negra feminina como ferramenta de disputa política e renovação da análise sociológica. Visa, por fim, compreender a realidade racial brasileira, seu papel na literatura e como este aspecto permeia as obras de autoras negras brasileiras ao longo dos últimos anos.

Abstract: *This article aims to reflect about the racial experiences lived by black people in Brazil and their expression in the literary production of black authors. In dialogue with Fanon (2008) and Nascimento (2016 [1978]), the work analyzes the conflicts about the racial narrative built in the country, with emphasis on the "counter-narrative" movement organized by female black authors. In articulation with Conceição Evaristo (2005) situates the black female literature as a tool of political dispute and renewal of sociological analysis. Finally, it aims, to understand the Brazilian racial reality, its role in literature and how this aspect permeates the works of Brazilian black authors over the last years.*

"Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um "corpo-mulher-negra em vivência" e que por ser esse "o meu corpo, e não outro", vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta." (EVARISTO, 2009, p. 18).

Conceição Evaristo

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como intuito expor aspectos relevantes da experiência colonial brasileira e suas facetas raciais, apontando estratégias utilizadas pelos colonizadores para construir uma sociedade escravocrata e a confluência dessas práticas nos processos de dominação da escrita e da narrativa sobre esta sociedade. Diante das análises histórico-sociológicas aqui realizadas, o objeto central desta pesquisa será a expressão desta construção social na literatura brasileira.

Por meio da interdisciplinaridade, este estudo articula as Ciências Sociais, a História e a Literatura com o intuito de investigar a experiência racial brasileira mediante a escravidão e suas políticas de consolidação do racismo. Des-

se modo, propõe-se aqui destacar a atuação racista que a branquitude¹ utilizou para consolidar um estereótipo do "ser negro" que se expressa na literatura brasileira. A força e organização para tal feito está diretamente ligada ao acesso aos espaços de poder, de modo que a recorrente exclusão dos negros nesses espaços os impede de disputarem o delineamento de uma gramática antirracista. É neste argumento que se debruça este trabalho: a possibilidade do sujeito negro enquanto pesquisador, literato, produtor de conhecimento e não mais objeto.

Dessa forma, expõe as resistências alternativas criadas por autoras negras ao longo dos anos, ao utilizarem suas obras como um espaço de disputa narrativa, rompendo, de forma diversa, com a continuidade das representações distorcidas e racistas da população negra. O fenômeno aqui observado, consiste na disputa pela narrativa, construída por autoras negras contemporâneas. Através de iniciativas coletivas e auto-organizadas, rebatem percepções homogêneas acerca das personagens negras na literatura, seja em contos, diários ou cordéis; de modo a repensar as trajetórias dos negros e os dilemas raciais no Brasil.

A exposição desta questão faz-se essencial tanto em um sentido estratégico, com intuito de ressignificar e recriar a literatura brasileira

Gabriela da Cpsta Silva

Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - UnB.

Contato

<gabrielaconstasilva19@gmail.com>

Palavras-chave:

Literatura negra; Colonialidade; Mulheres negras.

Keywords:

Black literature; Coloniality; Black women.

¹ Entende-se aqui *branquitude* a partir das reflexões da pesquisadora Maria Aparecida Bento (2002), ao compreender essa categoria enquanto conjunto de ações, práticas e privilégios de uma parcela *racializada* da sociedade que se articula para se beneficiar e manter seu status de poder.

abrangendo novas histórias, contextos e trajetórias, tanto no aspecto epistemológico, ao disputar o discurso hegemônico, como em um campo prático e ideológico. Reflexiona, por fim, sobre um projeto de sociedade antirracista e anticolonial. Logo, este trabalho visa enxergar a literatura como espaço de agência discursiva da população negra, que teve forçadamente suas identidades alteradas no processo colonial.

O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA RACIAL

As histórias das nações colonizadas são fruto da indesejada e violenta presença estrangeira diante de seu espaço territorial alicerçada em ideologias evolucionistas de caráter civilizatório, como a noção de superioridade racial, o regime escravocrata e, posteriormente, a noção de democracia racial. A violência do processo colonial construiu legados significativos de opressão, logo que toda a fragmentação étnica, política, social e psicológica, promovida propositalmente desconfigurou e reordenou as relações de poder, trazendo à tona um ambiente de coerção e violações à população negra e indígena.

Mediante esse cenário, a dimensão racial ganha centralidade e torna-se um eixo de completa exploração e violação da cidadania negra. A estratégia adotada pelos colonizados é complexificada, no sentido de afetar física e subjetivamente esses sujeitos. De acordo com Lélia Gonzalez (1988, p. 73), nota-se que "o racismo latino americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento".

Com o uso dessa artimanha os colonizados ibero-americanos puderam usufruir de concepções hegemônicas para desenvolver um sistema de "racismo por denegação" – ou racismo disfarçado – em que as explorações sob estes são realizadas disfarçadamente, sem qualquer legalidade, mas sim por meio dos aspectos culturais diários, de exclusão e da suposta noção de superioridade racial, em contraposição a demais regimes que se pautaram na violência explícita e contextos de segregação racial. (GONZALEZ, 1988). Logo, os sujeitos dessa sociedade criam-se e constroem-se em contextos vexatórios e discriminatórios que o impõem diariamente à condição de subalternidade.

A dinâmica social permite compreender, desde sua primeira socialização, que lhe cabem somente alguns espaços, pré-designados e aparentemente inalteráveis, influenciando diretamente na trajetória dos sujeitos. Além de um projeto de dominação coletivo, a colonização se dá principalmente no subjetivo, sendo uma colonização interior, que tem por principal objetivo desumanizar o negro.

Sobre este aspecto Abdias do Nascimento (2016 [1978], p. 11) dissertou

"A palavra senha-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes".

Em diálogo com Abdias, Fanon (2008) afirma que o aspecto cultural ao qual a linguagem está relacionada não pode ser dimensionado. Sua lógica perpassa a estrutura de poder mediante os processos de colonização, visto que a mudança de idioma e suas significações dialogam com a imposição e o apagamento das tradições aos quais pertenciam. De fato, a dominação portuguesa sobre os negros de origem africana no Brasil, obteve êxito por meio da dominação através da língua, o apagamento histórico e a violência simbólica.

Diante dos processos culturais racistas aos quais a população não branca brasileira está submetida, esta resgata o debate referente à origem africana brasileira e suas especificidades. O movimento destes sujeitos permite um paralelo direto com Fanon e seus debates sobre a questão da língua, pois "falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização." (FANON, 2008, p. 33). Deste modo, a linguagem está intrinsecamente relacionada aos processos sociais e culturais de cada país, no Brasil não poderia ser destoante.

Apesar de frágil e primária em seus primórdios, a autoridade cultural dotou-se de mecanismos próprios para se assegurar do seu alcance e de sua efetividade. Logo, permitiram-se ser cuidadosos e sagazes no recorrente processo de silenciamento, sendo um dos mais significativos deles, a tentativa de anulação do

poder performativo e agência do discurso na formação de representações coletivas e identitárias negras. Nesse sentido, atribui-se aos negros características comportamentais e identitárias que estigmatizam e invalidam a memória cultural destes povos, sendo perpetuadas até os dias atuais.

A lógica colonial aqui exposta se consolidou efetivamente através do domínio da narrativa construída nos planos econômico, político, cultural, social e psicológico, dando margem para o surgimento de uma estrutura material e cultural ligada ao sistema de dominação colonial, gerando então, total controle na construção da nação colonizadora (CÉSAIRE, 2010). Nascimento (2016, p. 112) ainda destaca,

"Além dos órgãos de poder – o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a polícia – as classes dominantes brancas tem a sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária"

Logo, é através da análise literária, que este trabalho visa identificar e questionar os aspectos intrínsecos à realidade social deste período, apontando a idealização de um sujeito subalternizado, à deriva de um processo civilizatório e cristianizador que legitima toda a violência sofrida. De acordo com Aimé Césaire (2010), um projeto formulado sob um discurso colonizador de superioridade científica, religiosa e moral diante da vasta diversidade negra e indígena encontrada na América Latina e Caribe.

Segundo a escritora mineira Conceição Evaristo (2005), as obras brasileiras de alguma maneira dialogam com o que chamamos de identidade nacional. Simultaneamente, se vincula a construção da figura literária do sujeito negro amparado em estereótipos diversos, subordinados ao apagamento linguístico ou a distorção da expressão da personagem através da linguagem. O sujeito negro é retratado enquanto figura caricata, desumanizada e desprovida de coerência. Logo, tais estereótipos de fato fizeram parte, e ainda fazem, do imaginário coletivo nacional e contribuem para a edificação da identidade brasileira, reafirmam a presença dos arquétipos identitários, massivamente perpetuados pela empresa colonial e colonialista.

Nesta perspectiva, o negro permanece su-

jeito a dois papéis, pautados no entendimento de sua diferença: a repulsa e o exotismo. A exotização está direcionada à subjetividade, ao ignorar a profundidade que nela reside e a construção distinta entre os sujeitos femininos e masculinos; sendo o processo de exotização do indivíduo o ápice da desumanização deste e a marginalização de sua cultura pelo colonizador. O emprego do negro como exótico, relaciona-se intimamente ao juízo estético do colonizador, não necessariamente aqui ligado com o que compreendemos por beleza, mas sim um processo de afirmação identitária muitas vezes negada a este.

Ao buscar, ao longo de sua trajetória, os devidos mecanismos de representação e utilizá-los como uma ferramenta de subversão dessa lógica, a população negra se empenha em usufruir dos recursos literários para que suas reais histórias sejam contadas, de diversas maneiras e em fontes distintas. Será essa dinâmica que irá compor a centralidade deste trabalho, para analisar as estratégias e proposições utilizadas por negros e negras para subverter a lógica de dominação, mais especificamente através da linguagem, por meio da literatura.

A ESTRATÉGIA LITERÁRIA NEGRA

Nas afirmações de Evaristo (2009, p. 18) podemos iniciar nossas observações, ressaltando que

"Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interditado em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira".

Diante dessa realidade, aqui será destacado o recorrente agenciamento dos sujeitos negros em sua proposição prática de resgate à sua ancestralidade, para reafirmar coletivamente sua identidade. Nesse sentido, pode-se enxergar este movimento como construção de uma *contranarrativa* à narrativa racista estabelecida historicamente. A presença de intelectuais negros nos espaços acadêmicos, como a antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) e o sociólogo

Guerreiro Ramos (1915-1982), as denúncias de negros abolicionistas, como José do Patrocínio (1853-1905) e Luiz Gama (1830-1882) e as figuras marcantes na literatura negra como Luis Silva, mais conhecido por seu pseudônimo Cuti (1951) e Maria Firmina dos Reis (1822-1917), permitem refletir sobre este movimento de *contranarrativa* negra à violência racial a qual recorrentemente foram submetidos ao longos dos anos.

Diante do racismo e do apagamento histórico de suas trajetórias, cabe aos sujeitos negros disputar os espaços políticos, acadêmicos e literários, para propor uma nova visão dos acontecimentos histórico e sociais. Será então, a presença feminina negra na literatura contemporânea, seu importante papel na busca pela escrita e as disputas por espaços de poder que atuará como protagonista e sujeitos centrais nas análises deste trabalho.

Diante dos conflitos pela narrativa, a literatura apresenta-se como um espaço a ser disputado e que possibilita novas compreensões referente à questão racial brasileira. Um estudo organizado pela pesquisadora Regina Dalcastgnè (2008) visou avaliar o perfil dos autores e das personagens da literatura brasileira contemporânea e, não surpreendentemente, se deparou com um ambiente literário composto quase única e exclusivamente por autores e personagens brancos, ao constatar que dos 256 livros analisados cerca de 80% das personagens, eram brancas. Este fato permitiu instigar uma nova reflexão a respeito da dinâmica de opressão direcionada aos negros e negras, através da representação destes sujeitos, ou mais especificamente, sua não representação.

A realidade excludente segue explícita nas análises da pesquisadora, ao afirmar que 93,9%, das 256 obras analisadas, possuíam autores que se autodeclararam brancos, sendo ínfimos 2,4% a existência de autores identificados como não-brancos (DALCASTAGNÈ, 2008). A ausência dos negros nesses espaços e, consequentemente, seu impedimento em construir uma concisa narrativa referente a suas trajetórias são enfatizados nesses dados. Dado o processo de exclusão e retirada de direitos, anteriormente exposto, é nesse contexto que há construção de uma real narrativa coletiva pela população negra.

Autoras e intelectuais negras desafiam as estruturas de opressão e tornam-se agentes

de seus próprios discursos e histórias, dentre elas, temos figuras reconhecidas como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Miriam Alves, Cidinha da Silva e Geni Guimarães, ambas com uma marcante trajetória, ligada ao seu comprometimento em reconfigurar a imagem do negro na literatura contemporânea brasileira. Nesse sentido Evaristo (2005, p. 7) afirma, "que os textos femininos negros, para além de um sentido estético, buscam "semantizar" um outro movimento, aquele que abriga toda as suas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida".

Será ao longo do século XX que a insurgência de autoras negras, enquanto um movimento em si, atuará no processo de ressignificação da representação negra nos livros. Nesse sentido, Evaristo (2005) postula a ideia de "escre(vivência)", conceituando como a condição de escrever sobre sua realidade, dialogar e expor sua trajetória feminina negra através da literatura. Para apontar a estratégia destas autoras em articular sua "dupla condição", enquanto mulher e negra, à sua escrita narrativa, ao alinhar - consequentemente - o resgate da trajetória afro-brasileira. Esta perspectiva conceitual resgatada pela autora nos permite abordar os aspectos raciais e de gênero das obras brasileiras, tanto das personagens como das autoras, dando destaque ao seu papel na disputa política e de gramática social.

Estas figuras entendem que sua escrita perpassa a dimensão política e social da vida do negro brasileiro, suas obras são carregadas da complexidade subjetiva desses sujeitos, incluindo muitas vezes, sua própria trajetória pessoal. A tarefa tomada por elas é justamente reconstruir politicamente o imaginário social do negro brasileiro, através da literatura, mas com objetivos claramente maiores do que a própria narrativa literária.

Desse modo, a escre(vivência) das obras de escritoras negras brasileiras pode ser analisada de maneiras distintas, dentre elas, i) através da herança colonial escravista, as quais a população negra, mesmo livre, continuou submetida, como a criminalização de suas práticas, exploração e ausência de trabalhos e segregação urbana, por exemplo. A obra clássica de Carolina Maria de Jesus "Quarto de despejo - diário de uma favelada" (1960), expressa da forma mais dura possível a realidade a qual a mesma estava presa, as misérias e pobreza que fizeram

de sua trajetória uma difícil realidade, expondo a toda sociedade o racismo estrutural vivenciado por moradores das comunidades de periferia, o abandono e a batalha por sustentar seus filhos. O trecho abaixo exprime suas preocupações,

"Cheguei em casa, fiz almoço. Enquanto a panela fervia eu escrevi um pouco. Dei almoço as crianças e fui no Kablin catar papel. Deixei as crianças brincando no quintal. Trabalhei depressa pensando que aquelas bestas humanas são capás de invadir meu barracão e maltratar meus filhos. Trabalhei apreensiva e agitada. A minha cabeça começou a doer. Elas costumam esperar eu sair pra vir no barracão espancar meus filhos. Justamente quando eu não estou em casa. Quando as crianças estão sozinhas e não podem defender-se".

Outra possibilidade de análise está diante da evidente presença dos paradigmas de gênero, de classe, de sexualidade, de local geopolítico em seu enredo, muitas vezes exposta como um processo subjetivo da personagem, articulados criticamente, logo ii) objetivando a criação de inúmeras identidades tão diversas e curiosas a estas; não somente por meio da personagem, mas por meio de paradigmas presentes nos contextos sociais e culturais aos quais as histórias se passam, dando destaque ao sentimento subjetivo que poderia, ou não, contemplar grupos, de modo a realizar uma crítica à própria sociedade racializada.

O paralelo entre o passado de resiliência dos negros brasileiros e a literatura contemporânea, são tidos como uma importante ferramenta de ressignificação da representação e identificação negra, pois ao retratar a trajetória de negras e negros, através de diário, contos, cordéis ou prosa, autoras negras a utilizam com a pretensão de possibilitar reflexões, análises críticas e romper com os arquétipos racistas empregues aos negros. Escrever, neste sentido, está diretamente relacionado à realidade social, as trajetórias as quais retratam, ao subjetivo, dialogando diretamente com a representação dos acontecimentos. Deste modo, escrever é reescrever a história dos negros no país.

Este exemplo pode ser evidenciado na obra "Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis" a autora Jarid Arraes (2017), esta utiliza da ferramenta literária para ressignificar a trajetória de mulheres negras historicamente reconhecidas

por suas conquistas e movimentações contra o racismo. No anseio em visibilizar essas figuras, Arraes usufrui do duplo papel a qual ambas, autoras e escritora, estão submetidas e através dos cordéis escreve e vivencia sua narrativa.

Diante do processo colonial escravista inúmeros nomes se destacaram fazendo uso da literatura como ferramenta política de disseminação de novas proposições de sociedade, dentre elas, Luís Gama, abolicionista e filho de uma das maiores figuras históricas na luta contra escravidão, Luiza Mahin. Sobre ele e sua mãe, Arraes (2017, p. 90) escreve uma bela passagem em seu cordel

"Importante informar que foi mãe de Luiz Gama poeta e abolicionista de imensurável chama e por ele foi citada respeitando sua fama / Luís Gama que escreveu, sobre ela registrou: era magra e muito bela e retinta sua cor, dentes alvos brilhantes de um gênio vingador".

As autoras negras brasileiras visam reconstruir trajetórias historicamente invisibilizadas e escrever sob uma nova ótica a história destes sujeitos, retratando-os enquanto heróis, enquanto figuras positivas a serem reconhecidas. O eixo norteador da questão racial brasileira alinha suas obras a um interessante discursivo comum: à memória deste processo escravista e como ressignificá-la. Esse aspecto pode ser explicitado na obra colaborativa "Olhos de Azeviche" (2017), que conta com nomes diversos em sua organização, como Geni Guimarães, Cidinha da Silva, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro e Conceição Evaristo, e com contos que abordam desde a relação de amizade e amor entre as mulheres negras, os dilemas com autoestima e suas inseguranças, até o desenvolvimento da paternidade por parte dos homens negros. A obra visa apresentar um caráter heterogêneo de experiências atribuídas aos sujeitos negros e desmistificar ao máximo a concepção da figura negra na literatura.

Os contos apresentam-se como grande possibilidade de abertura as escritas das autoras negras, obras como "O tapete voador" de Cristiane Sobral, "Um defeito de cor" de Ana Maria Gonçalves e "Olhos d'água" de Conceição Evaristo, traduzida para inúmeros idiomas, escritas originalmente por mulheres negras, tem em sua essência o aspecto revolucionário da contranarrativa e o objetivo de retratar e dialogar acerca das escre(vivências) negras. Por fim,

a escrita destas autoras está intrinsecamente ligada às suas experiências raciais, possuem estrategicamente cunho político e de denúncia acerca dos múltiplos estereótipos adotados por autores nacionais, com o objetivo de romper com o racismo estrutural, para finalmente dissertar acerca de suas próprias trajetórias indissociáveis de mulheres e negras.

CONCLUSÃO

O desafio em configurar-se agente de mudanças referente à representação e identidade de população negra, foi tomado por estas mulheres, desenvolvido e protagonizado por suas trajetórias complexas, acerca da verdadeira experiência do negro no Brasil. Suas obras resgatam diversos aspectos históricos, desde a herança escravocrata, rompendo arquétipos e visibilizando histórias. Sua atuação pode ser expandida até seu alinhamento a novas tendências narrativas da literatura negra e o afro-futurismo, ficção, produção de quadrinhos e literatura infantil. É nesta ampla atuação que este movimento feminino negro de contranarrativa visa refletir sobre a dominação colonial e sua influência na dinâmica institucional da sociedade, remetendo à resignificação desta gramática acerca da exposição da realidade brasileira.

Diante das afirmações feitas anteriormente, pode-se apontar que a exploração colonial distorceu a imagem do negro brasileiro, o excluiu dos espaços e construiu barreiras com intuito de impedir sua efetiva presença na produção do discurso acerca de si mesmo. No entanto, a auto-organização negra possibilitou que estes se autorrepresentem por meio da literatura a utilizando como ferramenta de discurso. Logo, cria-se um campo amplo a ser explorado pelas Ciências Sociais, a literatura negra produzida por estas autoras mantém-se crítica neste aspecto e embasa suas reflexões narrativas em diálogo constante com esta área do conhecimento.

Este trabalho conclui-se propositivo no que tange às saídas para o discurso racista, apre-

senta uma das estratégias construídas por negros que tem na literatura um papel fundamental para sua atuação (HOOKS, 2019). Além disso, tem por objetivo destacar as protagonistas dessa mudança e fortalecer o movimento de conflito pela narrativa atual. Enquanto estas mulheres permanecerem tão desafiadoras aos resquícios da violência colonial a qual os negros foram submetidos; suas dores e angústias ao longo deste processo, o apagamento e o epistemicídio de suas culturas serão denunciados e transformados em mudança institucional e discurso literário.

Portanto, a resignificação que essas figuras desenvolveram para os sentidos literários brasileiros possibilitou a criação de um autêntico espaço de existência através dela ao construir sua própria agência literária. O sujeito negro, aqui mais especificamente, a mulher negra, agora fala por si e por um grupo com as experiências divididas coletivamente. Pode-se, então, pensar na experiência da produção literária como um exercício de construção de alteridade, que organiza e, mais que isso, expõe arduamente a realidade em que esses sujeitos estão inseridos, permitindo que haja um reconhecimento entre os leitores e personagens, e uma reflexão acerca dos aspectos sócio-políticos e históricos do que está sendo narrado.

Em outras palavras, pode-se pensar a narrativa destas autoras como uma forma de afirmar-se enfaticamente: escrevo porque sou, porque existo e resisto.

FIZ-ME POETA

LIA VIEIRA

"Fiz-me poeta por exigência da vida, das emoções, dos ideais, da raça. Fiz-me poeta sabendo que nem só 'se finge a dor que deveras sente' e crendo que através da poesia posso exprimir a arte do cotidiano, vivida em cada poema marginal." (EVARISTO, 2009, p. 12 *apud* DAVIS e Ogundipe-Leslie, 1995, p. 209).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Miriam et al. (2017), *Olhos de azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Malê.
- ARRAES, Jarid. (2017), *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*. São Paulo, Pólen.

BENTO, Maria Aparecida Silva. (2002), "Branqueamento e branquitude no Brasil, in I. Carone & M.A.S. Bento (orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, Petrópolis: Vozes, p. 5-58.

CÉSAIRE, Aimé. (2010), *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Anísio Garcez Homem. Florianópolis, Editora Letras Contemporâneas.

DALCASTAGNÈ, Regina. (2008). "Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea". *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, 31:87-110.

DE JESUS, Carolina Maria. (2006), *Quarto de Despejo-diário de uma favelada*. São Paulo, Editora Ática.

EVARISTO, Conceição. (2005), "Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face", in N. M. B. Moreira & L. Schneider, *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*, João Pessoa, Idéia.

_____ (2009), "Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade". *Scripta*, 13, 25:17-31.

FANON, Frantz; DA SILVEIRA, Renato. (2008), *Pele negra, máscaras brancas*. Scielo - Edufba.

GONZALEZ, Lélia. (1988), "A categoria político-cultural de amefricanidade". *Tempo Brasileiro*, 92, 93:69-82.

HOOKS, Bell. (2019), *Olhares negros*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo, Elefante.

NASCIMENTO, Abdias. (2016), *O genocídio do negro brasileiro*. 2 ed. São Paulo, Perspectiva.

REIS, Maria Firmina dos. (1988), *Úrsula*. Florianópolis, Mulheres.

SOBRAL, Cristiane. (2016), *O tapete voador*. Rio de Janeiro, Malé.

WERNECK, J. s/d. (2009), "Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo", in J. Werneck & F. Lopes (orgs.) *Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*, Rio de Janeiro, Criola.

Recebido em 26 de julho de 2019

Aprovado em 08 de outubro de 2019



QUAIS SÃO AS PERCEPÇÕES DOS LICENCIANDOS DA UNILAB¹ SOBRE COMO SUA FORMAÇÃO E A DISCIPLINA DE LIBRAS OS CAPACITAM PARA A FUTURA ATUAÇÃO NO ENSINO DE SURDOS²?

Bianca Dos Santos Marques

Discente do Curso de Bacharelado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Contato

<marquesb735@gmail.com>

Vanessa Teixeira De Freitas Nogueira

Docente de Libras - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB; Coordenadora dos projetos Laboratório de Libras e Conversação em Libras.

Contato

<vanessa.teixeira-fn@unilab.edu.br>

Palavras-chave:

Ensino/aprendizagem; Exclusão; Formação; Surdo.

Keywords: Teaching/learning; Exclusion; Training; Deaf.

Resumo: A maioria dos jovens surdos sofre com a realidade excludente das escolas brasileiras, a má formação do professor para atender a públicos específicos é uma das causas desse problema e será abordada neste trabalho. Este estudo objetiva compreender, a partir das percepções dos discentes dos cursos de licenciatura, o processo de preparação/formação que a Unilab oferta destinada à educação inclusiva em específico, ao público surdo. Espera-se, com esse trabalho, chamar atenção da comunidade acadêmica para essa questão, a fim de fazê-la indagar sobre seu papel como futuros profissionais que atenderão a uma grande diversidade de pessoas.

Abstract: Most deaf young people suffer from the exclusionary reality of Brazilian schools, the teacher malformation to serve specific audiences is one of the causes of this problem and will be addressed in this paper. This study aims to understand, from the perceptions of undergraduate students, the process of preparation/training that Unilab offers aimed at inclusive education specifically for the deaf public. It is hoped, with this work, to draw the academic community's attention to this issue, in order to make it inquire about its role as future professionals who will serve a great diversity of people.

INTRODUÇÃO

Nos anos 90, ocorreu uma explosão de políticas voltadas para inclusão da pessoa com deficiência ou com características não normativas, visando equiparar os direitos desses indivíduos com o restante da sociedade. Embora seja uma boa proposta, não foram disponibilizados meios para que essa prática se concretize, ou seja, foram expandidas políticas objetivando a inclusão, mas não foram dados os meios para que a mesma seja efetivada. No ano de 2003, o Ministério da Educação, criou o programa Direito à Diversidade, com o intuito de compartilhar conceitos, informações e metodologias no campo da educação especial. O documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns na Rede Regular* (2004) foi um passo importantíssimo, mas que também é um exemplo de política que cria projetos e leis, mas que não dá os instrumentos necessários para sua efetivação.

Essas políticas voltadas para a inclusão do indivíduo surdo que não são efetivadas reafirmam e tornam ainda mais explícito o quanto difícil é um jovem surdo conseguir se manter em um sistema educacional que não se encontra devidamente preparado para prestar total assistência à comunidade surda e que, por ser mi-

norria em relação à comunidade ouvinte, enfrentam grandes adversidades para se manterem no ensino básico, sofrem com as desigualdades no processo ensino/aprendizagem, o que pode ser evidenciado ao comparar duas crianças, uma surda e outra ouvinte, que ingressam na pré-escola com desenvolvimento cognitivo semelhante e que ao final dessa etapa se distanciam no que diz respeito ao aprendizado. Além disso, é importante ressaltar que os surdos se distanciam dos ouvintes também no desenvolvimento linguístico, uma vez que os surdos, em sua maioria, são filhos de pais ouvintes e só terão contato com a língua de sinais quando chegarem à escola. Logo, a falta de informação desses pais torna ainda mais difícil o processo de ensino/aprendizagem desses alunos. Essa realidade excludente dificulta que os estudantes surdos consigam concluir o nível básico da educação e que, por sua vez, não conseguem ingressar na universidade, bem como no mercado de trabalho, acabam tornando-se mais uma parcela da sociedade que não tem seus direitos respeitados e não consegue uma ascensão econômica relevante, pois a deficiência, seja ela qual for, gera preconceito e exclusão.

Como visto, as políticas públicas que incluem são as mesmas que excluem e que tornam os surdos os únicos responsáveis pelo seu sucesso

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) nasce baseada nos princípios de cooperação solidária. Voltada para a cooperação internacional e compromissada

ou fracasso. A cobrança pelo alto desempenho, que objetiva apenas a assimilação de conteúdo pedagógico e que exige por parte do aluno alto rendimento, forma um cenário com obstáculos muitas vezes intransponíveis para a inclusão. A escola, como uma das responsáveis por construir cidadãos, tem papel fundamental na formação e desenvolvimento dessas pessoas. A criança ouvinte inicia o processo de aprendizagem, desde o seu nascimento através de relacionamentos interpessoais, da própria escola e pela linguagem; já a criança surda adquire tais valores e aprendizados na escola (MOURA, 2013) Visto que a criança surda precisa de um sistema educacional que atenda as suas necessidades, a instituição a qual ela está vinculada deve prestar total assistência, com boa estrutura física, material adequado e professor bem preparado para lidar com alunos especiais e, geralmente em escolas da rede pública, não é assim que acontece.

Embora o decreto de n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e lei 13.146 (BRASIL, 2005) em suas disposições afirme que as escolas devem ser providas de algum destes profissionais: professor de Libras, instrutor de Libras, tradutor ou intérprete de Libras, algumas escolas não os possuem, por diversos fatores, como por exemplo, a falta de pessoas capacitadas em Libras na região onde a escola se localiza, falta de recursos financeiros para a contratação do profissional, falta de estrutura na própria escola, dentre tantos outros problemas que limitam as instituições. O que foi mencionado acima torna o professor, mesmo que de forma inadequada, o responsável por formar, ensinar, incluir e dar a devida atenção para os alunos surdos, bem como para os demais alunos. Embora estes professores possuam em sua grade curricular, ainda durante sua formação, uma disciplina de Libras, não é suficiente para que se aprenda a Língua Brasileira de Sinais e consigam absorver apenas noções muito básicas que uma criança consegue aprender rapidamente e que não os capacitam para incluí-la em sala de aula, muito menos lhe repassar conhecimento. Essa falta de especialização dos professores na língua de sinais acarreta vários problemas que seriam minimizados se eles a possuíssem, como a exclusão do aluno em sala de aula, o não acesso a uma educação igualitária para ouvintes e não ouvintes e até mesmo torna-se um dos vários motivos que explicam os baixíssimos índices de alunos surdos nas universidades públicas. Logo, percebe-se que existe uma deficiência na for-

mação dos professores que tem um impacto direto no processo de ensino dos alunos surdos.

O artigo 59, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 diz que os sistemas de ensino têm que assegurar aos discentes com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. O papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que ele é o mediador do processo ensino/ aprendizagem (SAVIANI, 2008). Sendo assim, o professor deve estar bem preparado para conseguir suprir as necessidades e/ou limitações que dificulte o processo de aprendizagem dos alunos surdos.

Partindo desse pressuposto, vê-se o quão importante é a formação de um profissional que, além da sua especialidade, tenha uma boa qualificação em Libras. Acreditando que o trabalho do professor além de ensinar é de também incluir, foi desenvolvido o presente artigo cujo tema é “Formação de professores ouvintes pela UNILAB no processo de ensino/ aprendizagem de alunos surdos”. O artigo traz como objetivo geral analisar se os futuros professores sentem-se capacitados para lidar com a surdez em sua área de atuação, tal como, os objetivos específicos: compreender qual é a visão dos futuros docentes quanto ao seu papel no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo; observar quais são as percepções dos discentes com relação a sua possível atuação com alunos surdos na sala de aula; averiguar se, a partir da visão dos alunos, a disciplina de Libras ofertada pela Unilab de fato os prepara para atuar com o público surdo.

O presente artigo trará assuntos que facilitarão a compreensão do tema que aqui é abordado como: surdez e deficiência auditiva; metodologias educacionais para alunos surdos; libras; Libras nos cursos de licenciatura da Unilab; seguido pela metodologia utilizada, análises dos resultados e considerações finais.

1 DISCUSSÃO TEÓRICA E REVISÃO DA LITERATURA

1.1 Surdez e deficiência auditiva

com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, a Unilab fundamenta suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

2 Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

É importante, antes de tudo, compreender a diferença entre surdo e deficiente auditivo. Segundo Sales (2010), o indivíduo com incapacidade auditiva é aquele cuja percepção de sons não é funcional na vida comum. Já aquele cuja percepção de sons ainda que comprometida, seja funcional com ou sem prótese auditiva, é chamado de pessoa com deficiência auditiva, ou seja, essa nomenclatura é atribuída a partir de uma análise clínica.

Já para Campos (2013, p. 48) o surdo é “[...] aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social.”

Dessa forma, entende-se que deficiência auditiva é uma limitação, impedimento ou incapacidade que um indivíduo possui ou adquira no decorrer de sua vida, já a surdez considera o indivíduo com diferença linguística e, por conseguinte, cultural. Segundo o decreto de n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005 artigo 2º (BRASIL, 2005), é considerada uma pessoa surda aquela que “[...] por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.” Deste modo, entende-se que o surdo possui capacidade suficiente de se desenvolver e aprender, assim como os ouvintes, logo se deve respeitar suas particularidades linguísticas e culturais.

A adoção do termo que seja apropriado, surdo ou deficiente auditivo, é mais uma questão que surge nesse debate. Para afirmar qual é a melhor terminologia é importante ressaltar que o que pode incomodar de alguma forma a um indivíduo, não necessariamente irá incomodar ao outro. A expressão deficiente auditivo é um termo médico, por isso pode remeter o sentido de doença para alguns, gerando desconforto. O termo surdo retrata um indivíduo que compartilha e se inclui a um grupo que utiliza a língua de sinais e não se vê como doente marcado pela perda da audição. Segundo Cardoso (2016, p. 5), o termo *surdo* é largamente utilizado pelos pesquisadores e membros do corpo social surdo pois, como observamos, alguns estudiosos os colocam como sendo parte dos signos e ideais defendidos por eles (surdos). Então, julgamos que o termo que momentaneamente seja mais apropriado para se dirigir à comunidade surda,

é *surdo*.

1.2 Metodologias educacionais para alunos surdos

Foram usadas diversas metodologias para a inclusão do indivíduo surdo no sistema educacional e são elas: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo.

O oralismo vê a surdez como uma doença, por isso visa à reabilitação da criança surda (GOLDFELD, 2002). Neste aspecto, a estimulação auditiva é necessária no aprendizado da língua portuguesa. Com isto, a criança surda se integraria à comunidade ouvinte compartilhando da mesma identidade.

A comunicação total é o método que utiliza todas as formas de comunicação possíveis, com o intuito de oportunizar o direito à escolha da modalidade preferida de expressar-se. (SE-TWART, 1993). Esse tipo de comunicação torna o processo de comunicar mais livre, fazendo uso de todas as formas possíveis de expressão, seja nas linguagens verbais, gestuais ou ambas ao mesmo tempo, leituras faciais, escrita, alfabeto manual, fala, língua de sinais. Além disso, essa metodologia não utiliza a Libras como forma plena.

O bilinguismo para os surdos promove o ensino de duas línguas: a língua de sinais por ser sua língua natural e a língua oficial do país (Brasil), a Língua Brasileira de Sinais e o Português (LACERDA, 1998). Dessa forma, ao adquirir conhecimento sobre a língua de sinais a criança poderá desenvolver suas competências e capacidades linguísticas para auxiliar no aprendizado de uma segunda língua, tornando-se bilíngue. O propósito de ser ofertada uma educação bilíngue é possibilitar ao aluno surdo acesso as duas línguas, Libras e a língua Portuguesa, para que a pessoa surda possa sentir-se incluída nos dois grupos de praticantes.

Os surdos conseguem adquirir com mais facilidade e rapidez a língua de sinais, permitindo o acesso a uma linguagem eficiente e completa como a desenvolvida pelos indivíduos ouvintes, além de possibilitar ao surdo o desenvolvimento social e cognitivo mais adequado e mais compatível com a sua faixa etária.

“O modelo de educação bilíngue contra-

põe-se ao modelo oralista porque considera o canal visogestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se ‘misture’ uma com a outra.” (LACERDA, 1998, p. 10).

Segundo Goldfeld (2002, p. 42):

“Os autores ligados ao bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez.”

1.3 Libras

A Língua Brasileira de Sinais é uma forma de comunicação gestual utilizada pela comunidade surda. A Lei 10.436/02 dispõe:

“Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico [sic] de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico [sic] de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”

A Libras não se trata, como muitos pensam, de mímicas ou gestos aleatórios, como meio de comunicação para com pessoas surdas, trata-se, porém, de uma língua estruturada com gramática própria. Os sinais são construídos combinando a movimentação e a forma das mãos com o ponto do corpo e/ ou espaço onde esses sinais são feitos. A Língua Brasileira de Sinais se originou a partir da Língua de Sinais Francesa. As línguas de sinais são singulares, cada país dispõe da sua própria língua, embora

seja uma língua considerada nova por muitos, detém de um vasto vocabulário. Por meio da Libras pode-se debater política, economia, matemática, física, psicologia entre outros (QUADROS; KARNOPP, 2004). Além disso, como qualquer outra língua, possui dialetos ou regionalismos, ou seja, algumas expressões diferem de região para região, legitimando a língua de sinais como língua afim de qualquer outra falada.

Quadros e Karnopp (2004, p. 35) alertam que: “A alegação de empobrecimento lexical nas línguas de sinais surgiu a partir de uma situação de intolerância em relação aos sinais na sociedade, em especial na educação.” Por conseguinte, é necessário romper com toda e qualquer espécie de pensamento que advenha de estigmas e estereótipos, já que não são justos e desenrolam máculas sociais, cada língua tem suas regras e elementos de construção, que devem ser respeitados e assegurados. A Libras deve ocupar o espaço que lhe foi dado, sendo por sua vez, respeitada e praticada como a língua portuguesa. No processo de educação, a Libras deve ocupar lugar de destaque não só para alunos surdos, mas também para alunos ouvintes, já que um dos maiores objetivos do sistema educacional brasileiro é incluir e formar cidadãos e a linguagem seja ela verbal ou não, é a melhor forma de socialização entre pessoas.

2 LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNILAB

Na Unilab, dos oito cursos de licenciatura ofertados, todos possuem em sua grade curricular a disciplina de Libras. Para os cursos de sociologia e química, a disciplina é disponibilizada no sexto semestre e nos demais cursos são disponibilizadas no oitavo semestre, todas com carga horária de 60 horas/ aula. É possível deduzir que a disciplina não consegue capacitar esses futuros professores por possuírem uma carga horária mínima.

“No decreto nº 5.626/05, não há menções sobre o formato que a disciplina LIBRAS deve assumir nos cursos de formação de professores no que se refere a quem poderá lecionar tal disciplina, a carga horária que em alguns casos é muito curta ficando aos alunos a busca por mais conhecimentos acerca da Libras;

aos objetivos já que se trata de uma língua visuo-espacial prioriza-se os conhecimentos teóricos ou práticos.” (ROSSI, 2010, p. 82-83).

Mesmo que a disciplina de Libras seja obrigatória nos cursos de formação de professores de acordo com o artigo 3º do decreto de n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), não há especificações a respeito da carga horária a ser adotada, por este motivo a disciplina de Libras é comprimida ao máximo nos cursos de graduação.

A promulgação de leis e a obrigatoriedade de matrícula em instituições de ensino regular bem como a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores, sem dúvida são medidas essenciais. Porém, ainda não são suficientes para que a inclusão, integração e formação de qualidade se efetivem para alunos surdos. Infelizmente, as escolas ainda não conseguem resgatar a dignidade e possibilitar novas perspectivas, abrir novos horizontes para alunos com surdez.

Para que a inclusão do surdo seja efetiva, não basta apenas ter um intérprete em sala de aula, é mais que isso, é necessário adequar o currículo de forma didática e metodológica, onde o professor, que se torna o principal ator nesse processo, esteja bem preparado com especializações em Libras: deve conhecer os tipos de surdez, deve saber agir a favor da inclusão para que ouvintes e surdos não sejam prejudicados, bem como estar totalmente capacitado para atender as necessidades de seus alunos e guiá-los no processo de aprendizado.

Junto ao processo de inclusão, a dificuldade que os professores têm para trabalhar com alunos com necessidades especiais é crescente (OLIVEIRA, 2012), sendo assim vem à tona outro ator que tem papel importantíssimo para a inclusão dos alunos surdos em sala de aula: seus colegas, ouvintes. Nesse processo, a empatia dos demais colegas para com o aluno surdo não só deve ser algo presente, como é algo necessário para que a inclusão e a integração de fato se estabeleçam. Pela proximidade que existem entre colegas de turma, há uma maior facilidade de contribuição para o processo de aprendizagem de ambos e, portanto os alunos ouvintes se tornam os principais aliados do professor em sala de aula. Além disso, seria

muito importante que a Libras passasse a ser uma disciplina curricular como as demais, a fim de promover a inclusão e possibilitar a comunicação mais efetiva entre os colegas ouvintes para com os colegas surdos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização do estudo foi utilizado o método de pesquisa qualitativo que se atenta para a subjetividade, a fim de compreender e analisar o objeto analisado. As entrevistas realizadas tiveram o roteiro estruturado com dez perguntas abertas que foram aplicadas aos discentes da UNILAB a fim de coletar as informações necessárias acerca da preparação que os mesmos têm para lidar com alunos surdos quando estiverem atuando em escolas de nível básico.

A pesquisa foi desenvolvida nos dois campi da Unilab, na Unidade Acadêmica dos Palmares localizada na Rodovia CE 060, km 51, Acarape - CE e no Campus da Liberdade, localizado na Avenida da Abolição, n. 3 - Centro, Redenção - CE. Os colaboradores da pesquisa foram discentes dos cursos de licenciatura da Unilab (Ciências Biológicas, Matemática, Química, Física, Sociologia, História, Pedagogia e Letras), totalizando oito participantes. A escolha das amostras para a pesquisa levou em consideração os discentes que estão próximos à conclusão de seu curso, conseqüentemente mais próximos do mercado de trabalho e os discentes que já cursaram a componente curricular de Libras.

Após a coleta de dados e obtenção das informações necessárias, foi analisado, com base nas falas dos discentes de licenciatura, se os mesmos se sentem ou não aptos a trabalhar com deficientes auditivos severos quando formados, bem como se os mesmos detêm do conhecimento básico/intermediário na Libras. Além disso, foi averiguado como eles se sentem ao serem questionados sobre tal assunto.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida e aplicada através de um roteiro de entrevista estruturado com dez perguntas de caráter sub-

jetivo, para uma amostra de alunos dos cursos de licenciatura, (Biologia, Química, Física, Matemática, Sociologia, Pedagogia, Letras e História), os participantes não foram identificados, mas são representados pelo curso que estão vinculados. Foram obtidas as seguintes informações, e serão adicionados os dados considerados mais relevantes para a pesquisa:

4.1 A disciplina LIBRAS na UNILAB e a capacitação do futuro professor

- Você tem domínio da Libras?

O discente da Letras, entrevistado em 2018, pontua: *"Não. Embora eu já tenha cursado a disciplina de Libras, bem como já tenha feito cursos online e o curso de noções básicas, oferecido pela Unilab, não tenho domínio."* O colaborador da Sociologia complementa: *"Pela preparação que tenho não me sinto preparado para lecionar"*.

- Em sua opinião, a universidade te capacitou como deveria para atuar com o público surdo?

O discente da Letras alega que: *"Nossa licenciatura dispõe de apenas uma disciplina de 60 horas em Libras. É impossível se capacitar em 60 horas, apenas aprendemos noções básicas, quebramos mitos sobre a referida língua e aprendemos um pouco da história dos sujeitos surdos"*. Esse aprendizado sobre a Libras tem sido de grande valia para a desconstrução de mitos ainda presentes na sociedade, o entrevistado da Sociologia afirma essas desconstruções quando relata: *"(...) foi a primeira vez que tenho contato com esse mundo, e hoje não consigo ver surdos como pessoas doentes como via antes"*, o colaborador da Biologia afirma que: *"Não. As licenciaturas ainda estão presas a doutrinar os futuros professores como meras máquinas de repasse de conteúdo, e dão pouco aporte para a prática em diversas metodologias"*, o participante da Matemática afirma que: *"Com certeza, não!"*

- Você considera a disciplina de Libras suficiente para te preparar para o mercado de trabalho?

O colaborador da História alega que: *"De forma nenhuma, uma disciplina que você cos-*

tuma ver nas universidades de no máximo 90h não é suficiente pra quase nada e se torna totalmente insuficiente". Além disso, o discente da Química diz que: *"Não, é um sistema muito complexo para uma carga horária de curso muito pequena"*, o colaborador de Letras completa: *"Não. Apenas nos fornece subsídios introdutórios"*.

4.2 A preparação do futuro professor para a inclusão do aluno surdo

- Como você enxerga o papel do professor ouvinte para o processo de ensino/ aprendizagem de alunos surdos?

Percebe-se a partir das respostas, que o professor é peça fundamental para esse processo, o discente de Química relata *"Ele é essencial por ser o responsável pela mediação dos conhecimentos para com esses alunos"*. O participante da Letras afirma que o professor: *"Deve assumir um compromisso de buscar meios de incluir esses alunos na sala com os outros alunos ouvintes, de modo que haja uma integração, o professor enquanto mediador do conhecimento deve buscar formas de fazer uma transposição didática, na qual, o aluno surdo possa compreender e participar ativamente das aulas, como forma de inclusão e de o aluno se apropriar dos conhecimentos ensinados, formando-se então pessoas capazes de se comunicar e de se integrar a sociedade"*.

O entrevistado da História complementa que *"A grande maioria dos professores ouvintes não tem sequer o domínio básico de Libras o que dificulta imensamente a transmissão do conhecimento para o surdo o que acaba de fato gerando exclusão"*. O papel do professor, além de ensinar, é de também estimular as potencialidades de seus alunos, dentro dos aspectos socioculturais e existências.

- Você se sente preparado para ensinar para alunos com deficiência?

O participante do curso de Sociologia diz: *"Acredito que não, porque estudar Libras apenas num semestre e sem prática não tem como ter domínio"*. A resposta dada por ele mostra que é necessário rever a carga horária desta disciplina, tendo em vista a importância

que a mesma possui para formar um bom profissional, que preze pela educação inclusiva, que faça diferença no meio em que vive podendo, desse modo, tornar o ensino da rede pública menos excludente. Ainda sobre essa questão, o discente da Física afirma: *“No momento atual, não”,* o colaborador da Biologia relata que: *“Não. Pois não possuo formação necessária para atender alunos com esse tipo de deficiência.”*

- Qual seria sua reação ao conseguir seu primeiro emprego e já se deparar com um aluno surdo em sala de aula?

A partir dessa projeção do futuro, os discentes da Química e da Física, tiveram respostas parecidas, respectivamente: *“Me sentiria incapaz de me comunicar adequadamente com ele, mas tentaria buscar uma forma de poder instruí-lo”*; *“Acredito que eu iria fracassar. Espero que com o contato com a Libras isso mude”*. O que foi percebido considerando-se as respostas foi que, embora não possuíssem propriedade sobre a Libras, todos têm a noção de que ter o domínio sobre essa língua é muito importante para tal situação. Todos mostraram interesse em, de algum modo, buscar meios para incluir o aluno em sala de aula, *“Não tenho domínio nem formação em Libras, mas buscaria formas de não prejudicar o aluno, buscaria dá a mesma atenção dos demais ao aluno portador da necessidade especial”*, como relata o aluno do curso de Biologia. *“Buscar soluções que não prejudique ambas as partes, meios de ensinar, aprendendo. Buscar ajuda de outros profissionais, a colaboração da escola e da família. O mais importante é não excluir o aluno, não fingir que ele não está presente como é a realidade de muitas escolas”*. (aluno do curso de Letras).

4.3 Para além da sala de aula, inclusão é um movimento

- É sabido que a Unilab dá ênfase a questões de aceitação e luta pela integração e pela inclusão para com a comunidade Lgbt, quilombola, indígena, negra, mas e para com o surdo? Você já participou de algum movimento de luta pelos direitos dos surdos?

“Uma única vez participei e em um evento no ano de 2017 o evento chamado “setembro azul”, o mês de setembro é destinado a pessoas com deficiência auditivas, a comunidade de forma

geral só se preocupa com esta causa quando vivência na pele, caso contrário não generalizando, mas a grande maioria não dão importância e a tão sonhada inclusão não acontece”. (aluna do curso de História)

“Ainda não, como eu falei antes ainda falta muito que fazer, penso que a universidade ainda não está preparada.” (aluna do curso de Pedagogia). *“Nunca participei e, acredito que com relação a minorias, deve haver igualdade de oportunidades para que ocorra essa inclusão e não somente com demagogias políticas para fortalecer ideologias filosóficas progressistas.”* (aluno do curso de Matemática).

“Não, até o momento não presenciei nenhum movimento de luta pelos direitos das pessoas surdas.” (aluno do curso de Química); *“Não tive”* (aluno do curso de Física); *“Movimento” não. Mas a universidade de vez enquanto tem buscado criar eventos que viabilizem essa questão, embora, em minha opinião ainda haja um apagamento do setor responsável. Muitos estudantes não sabem que existe um Setor de Acessibilidade – SEACE, acredito deveria haver uma sistematização maior de divulgação e ações que pudessem trazer a questão da educação dos surdos com mais frequência dentro e fora.”* (aluno do curso de Letras).

Os dados parecem confirmar as informações apresentadas durante o estudo. É válido salientar que este trabalho não visa de forma alguma inferir ao professor a total responsabilidade de lecionar, promover a inclusão do aluno, dentre outras que podem ter ficado subentendidas no decorrer deste artigo, afinal, a escola e a família também têm papel importantíssimo. Além disso, ressaltamos que é perceptível o avanço que a Universidade conseguiu no decorrer dos últimos anos com relação à inclusão e luta pelos direitos dos surdos, também pontuamos que o problema abordado neste trabalho é comum a todas as universidades brasileiras, porém, pretendemos chamar atenção dos discentes, dos professores e da comunidade para essa questão que tem sido há muito tempo esquecida e que necessita de maior visibilidade e de possíveis soluções que possam surgir tendo como base a presente pesquisa.

O material coletado confirma a tendência que muitos dos futuros profissionais possuem de pertencer a uma parcela de professores que não conseguem promover a integração, bem como a inclusão dos alunos surdos com os

demais, conseqüentemente o aluno surdo não consegue desenvolver-se em equivalência aos ouvintes, o que pode resultar em inúmeros problemas, como a evasão escolar, o não ingresso à Universidade, a continuidade e perpetuação de preconceitos, dentre tantos outros.

Felizmente, os entrevistados apresentam motivações para buscar, utilizando outros meios, o aprendizado da Libras como forma de possibilitar uma boa educação para o surdo. É visível a partir das respostas concedidas pela amostra de alunos, que a universidade ainda não está preparada para lidar com essa questão; o que pode ser explicado por ser considerada uma instituição nova e por não ter uma grande demanda de ingressantes surdos. Dessa forma não busca promover ações mais eficazes para o ensino da língua de sinais na mesma.

Infelizmente, quando se fala de ensino para surdos, a universidade não forma um profissional capacitado para motivar, incluir e lecionar de forma qualificada, o que por sua vez, passa a ser um dos motivos da evasão escolar, bem como não gerar interesse para estudar em uma universidade. Assim, a inclusão e equidade de direitos vão se distanciando ainda mais.

Para concluir, pode-se evidenciar que os discentes que estão finalizando seus respectivos cursos ainda não possuem o domínio da língua de sinais, os mesmos também entendem que o componente Libras não é suficiente para atender a demanda de discentes e promover um conhecimento mais aprofundado. Além disso, nenhum deles se sente capacitado para atuar com alunos surdos quando estiverem inseridos no mercado trabalho. É importante ressaltar o quão importante tem sido o trabalho da professora Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira, professora de Libras, citada por um dos entrevistados, assim como as pessoas que contribuem de algum modo para essa questão, uma vez que a mesma através do seu trabalho tem sido responsável por desconstruir preconceitos e estigmas sobre a surdez, além de ter despertado o olhar de seus discentes para essa questão.

De modo sumarizado pode-se dizer que, de acordo com as percepções dos oito entrevistados, a universidade não os prepara para o mercado de trabalho quando se refere à inclusão, em específico, aos surdos. Dados que são compartilhados por todos os envolvidos na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses resultados evidenciam o quanto é necessário que se amplie não só a carga horária da disciplina e o quadro de professores da mesma, mas também que haja a expansão de movimentos, programas e projetos que olhem para a comunidade surda, que vá para além das barreiras da universidade, que sejam criados projetos de extensão que dê oportunidade de atuação nas escolas de ensino básico, tal como no âmbito da Unilab, promovendo palestras, encontros, oficinas, rodas de conversas e minicursos para que, mesmo de forma minimizada, seja proporcionado esse aprendizado que é tão importante para educação e inclusão de todos.

Observa-se que na grande maioria das vezes o conhecimento dessa língua só é ofertado para os surdos, e a partir dessa afirmação surge uma indagação pertinente, como objetiva-se a inclusão e integração dos surdos a sociedade se a sociedade não possui domínio da língua de sinais que permitiria a comunicação com o surdo? A Libras não deve ser ensinada apenas à comunidade surda, mas à população como um todo.

Esse estudo é muito significativo uma vez que apresenta à sociedade o que é oculto, chama atenção e possibilita aos envolvidos na pesquisa, bem como aos que serão atingidos por ela, uma reflexão, *como eu estou me formando para lecionar para as mais diversas pessoas e não possuo capacitação para ensinar para essa diversidade? Ou como eu nunca parei pra pensar sobre essa questão se é algo que pode fazer parte da minha realidade quando eu começar a trabalhar, e não só, já que a comunidade surda não é composta por duas, três pessoas, mas por milhares delas?* Além disso, a presente pesquisa servirá de pontapé para outras que virão, de modo a chamar atenção daqueles que buscam fazer a diferença, para aqueles que acreditam na equidade dos direitos. Essa pesquisa será de grande valia para todos os cursos da universidade, uma vez que se pretende desnaturalizar e causar questionamentos sobre o surdo dentro e fora da universidade, numa dimensão subjetiva dos fenômenos sociais do surdo, recolocando a surdez como pauta a ser debatida na Unilab. Dessa forma, teremos um movimento de luta e garantia de direitos dos surdos de maneira eficaz e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIOLOGIA. *Entrevista III*. [set. 2018]. Entrevista transcrita em documento Word no computador da entrevistadora. Entrevista concedida a Bianca dos Santos Marques.

BOUVET, Danielle. (1990), *The path to language: bilingual education for children*. Filadélfia, Multilingual Matters.

BRASIL. Lei nº 10436, de 22 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm Acesso em: 19/06/2018.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626

.htm Acesso em: 07 de agosto de 2019.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. (2013), "Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes", in C.B.F. de Lacerda; L.F dos Santos, (Org.), *Tenho um aluno surdo, e agora?*. Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos, EdUFCSCar, cap. 3, p. 37-61.

CARDOSO, Israel Gonçalves. "Surdo-Mudo ou Mudo, Deficiente Auditivo ou Surdo: qual dessas terminologias pode-se adotar". (2016), *Revista Virtual de Cultura Surda*, 7: 1-6. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/user>

files/files/2%C2%BA%20Artigo%20REVISTA%2017%20Israel%20Gon%C3%A7alves%20Cardoso.pdf>. Acesso em: 15/10/2018.

FÍSICA. *Entrevista VII*. [set. 2018]. Entrevista transcrita em documento. Word no computador da entrevistadora. Entrevista concedida a Bianca dos Santos Marques.

GOLDFELD, Marcia. (2002), *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista*. 5ª Edição. São Paulo, Plexus Editora.

HISTÓRIA. *Entrevista V*. [set. 2018] Entrevista transcrita em documento. Word no computador da entrevistadora. Entrevista concedida a Bianca dos Santos Marques.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. (1998), "Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos". *Cadernos CEDES*, 19, 46: 68-80. FapUNIFESP. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 14/10/2018.

JUSBRASIL. *Art. 59, inc. III da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11686882/artigo-59-da-lei-n-9394-de-20-e-dezemb>

ro-de-1996. Acesso em: 10/06/2018.

LETRAS. *Entrevista I*. [set. 2018]. Entrevistador: Bianca dos Santos Marques. Redenção, 2018. Entrevista transcrita em documento. Word no computador da entrevistadora: Bianca dos Santos Marques.

MATEMÁTICA. *Entrevista IV*. [set. 2018]. Entrevista transcrita em documento. Word no computador da entrevistadora. Entrevista concedida a Bianca dos Santos Marques.

MOURA, Maria Cecília de. Surdez e linguagem, in C.B.F de Lacerda; L. F. dos Santos (Org.). *Tenho Um Aluno Surdo, e agora? Introdução à libras e educação de surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2013. Cap. 1, p. 13-26.

OLIVEIRA, Tatiana Novaes de. *A empatia, a sensibilização e a formação de professores do ensino público para uma inclusão efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais*. Trabalho de conclusão de curso. Rio Claro: Licenciatura em Ciências Biológicas/Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/120326>>. Acesso em: 16/10/2018.

PEDAGOGIA. *Entrevista VIII*. [set. 2018]. Entrevista transcrita em documento. Word no computador da entrevistadora. Entrevista concedida a Bianca dos Santos Marques.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. (2004), *Língua brasileira de sinais, estudos*

linguísticos. Porto Alegre, Artmed.

QUÍMICA. *Entrevista VI*. [set. 2018]. Entrevista transcrita em documento. Word no computador da entrevistadora. Entrevista concedida a Bianca dos Santos Marques.

ROSSI, Renata Aparecida. (2015), A Libras como disciplina no ensino superior. *Revista de Educação*, 13, 15: 82-83.

SALES, A. M. et al. *Deficiência auditiva e surdez: visão clínica e educacional*. São Paulo, UFSCar, 2010.

SAVIANI, Demerval. (2008), *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 34ª ed. Campinas, Autores Associados.

SOCIOLOGIA. *Entrevista II*. [set. 2018]. Entrevista transcrita em documento. Word no computador da entrevistadora. Entrevista concedida a Bianca dos Santos Marques.

STEWART, D. A. (1993), "Pesquisa sobre o uso de língua de sinais na educação de crianças surdas", in M. C. Moura et al., *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo, Tec Art.

Recebido em 30 de outubro de 2018

Aprovado em 08 de outubro de 2019



DESEMPREGO E SAÚDE PÚBLICA:

ARTICULAÇÕES ENTRE PSICOLOGIA E SAÚDE DO TRABALHADOR

**Júlia Arruda da
Fonseca Palmiere**

Graduada em
Psicologia pela
Universidade Católica Dom Bosco
– Campo Grande/MS.

Contato

<juliapalmiere@hotmail.com>

Palavras-chave:

Desemprego; Saúde pública; Brasil; Psicologia.

Keywords:

Unemployment; Public health; Brazil; Psychology.

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir sobre o campo da saúde do trabalhador, focalizando na consolidação do campo e das possibilidades de atuação das políticas públicas de saúde frente ao aumento significativo do desemprego no Brasil nos últimos anos, a partir de 2015 com a intensificação de uma crise político-econômica. A partir de discussões a respeito de políticas públicas e de um percurso bibliográfico de pesquisa, o texto traz reflexões sobre o compromisso ético-político ao atuar com a população em situação de desemprego, e focaliza-se na Psicologia enquanto área de saber convocada a atuar de modo micropolítico com as coletividades. As discussões se configuram como multidisciplinares e tiveram início a partir da experiência de estágio básico na graduação de psicologia em uma unidade básica de saúde da família em Campo Grande – MS, no ano de 2017.

Abstract: *This article aims to discuss the field of worker health, focusing on the consolidation of this area and the possibilities of action of public health policies in the face of the significant increase in unemployment in Brazil considering recent years. It has started in 2015 with the intensification of a political and economic crises. This paper is based on discussions of public policies and in a bibliographic research, bringing reflections on the ethical-political commitment of the working with the population in unemployment situation, focusing on the psychology area of knowledge called to act with the collectivities, in a micropolitical way. The discussions are multidisciplinary and began from the experience of basic internship of Psychology graduation in a basic family health unit at Campo Grande – MS, in the year of 2017.*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir questões pertinentes ao campo da Saúde do Trabalhador, tendo em vista o aumento significativo do desemprego nos últimos anos e o modo como esse fenômeno afeta a vida da população no Brasil, exigindo das políticas públicas de saúde intervenções conectadas às necessidades dos coletivos. As discussões empreendidas abordam também o compromisso ético-político da Psicologia enquanto área de saber que atua nas políticas públicas de saúde, focalizando seu papel ante as questões políticas, sociais e econômicas que afetam a vida da população, como o desemprego.

A experiência de estágio básico, do curso de Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco, que se deu na Unidade Básica de Saúde da Família – São Francisco, em 2017, no qual atividades voltadas à Saúde do Trabalhador começaram a ser desenvolvidas. Por meio desta foi possível identificar uma questão latente em termos de saúde pública: o desemprego, que ascende nos últimos anos, atingindo níveis alarmantes e vulnerabilizando a população, sobre-

tudo a população de baixa renda e marcada pela pobreza. Isso mobilizou o grupo de estagiários a pensar sobre a questão do desemprego e o modo como essa condição afeta a comunidade ao entorno da UBSF. Portanto, é deste contexto que emergem as discussões tecidas no presente artigo, sobretudo no que se refere ao compromisso ético-político de uma práxis social capaz de romper com paradigmas individualistas ao olhar o humano, possibilitando desestabilizar desigualdades sociais e pensar intervenções conectadas às necessidades dos coletivos.

Parte-se do referencial teórico oferecido pela Psicologia Social e da Saúde, que se engaja com os processos de subjetivação das coletividades, considerando o modo como os fenômenos sociais afetam a vida dos grupos e se embasa nas análises de políticas públicas de saúde. Como método para as apreensões, utilizou-se da revisão bibliográfica (MINAYO, 2001), através da qual se percorreu políticas públicas voltadas à atenção básica em Saúde e à saúde do trabalhador, o que possibilitou discutir e pensar sobre estas políticas. Deste modo, o texto apresenta reflexões sobre o desempre-

go no contexto das sociedades capitalistas das últimas décadas e o modo como essa condição pode afetar os coletivos, considerando os atravessamentos de classe social, território e condições sociopolíticas. Também se discute a emergência do campo da Saúde do Trabalhador e seus atravessamentos. Pensar o momento de crise política que o Brasil vem passando a partir de 2015 se tornou central para discutir o crescente desemprego e seus efeitos subjetivos nos indivíduos e coletividades.

Ainda que as discussões sobre o impacto do desemprego em uma dimensão micropolítica da existência se aproxime da Psicologia enquanto área de saber, entende-se que a discussão seja ampla e concerna à multidisciplinariedade na medida em que pensar questões relacionadas ao humano em suas relações sociais e ao mundo do trabalho exigem articular outras disciplinas. Romper com o fatiamento das áreas de saber que, ao longo da trajetória das ciências modernas, operou na fragmentação do conhecimento, é fundamental em termos de produção de análises e intervenções conectadas às necessidades da população, possibilitando romper com desigualdades sociais e instituir modos potentes de vida nos territórios. Sobre isto, Canguilhem (1999) discute a respeito do afastamento da Psicologia de áreas como Filosofia, Sociologia e Antropologia, para se aproximar de ciências objetivas e mecanicistas, que ofereceram bases para pensar o homem no horizonte de processos biológicos, de forma individualizada. Com isto, a Psicologia no decorrer de sua trajetória de constituição enquanto ciência se afastou do *social* para se ocupar do *individual*, na esteira do que as ciências modernas positivistas propunham, como aponta o autor em uma análise epistemológica da ciência psicológica.

Nessa esteira, Benevides (2005) pensa a atuação da Psicologia nas políticas públicas e entende que é urgente romper com a dicotomia social/individual que marca a ciência psicológica, para embarcar em uma dimensão ética da Psicologia, de comprometimento com os processos de vida no campo social. Além disso, considera-se importante pensar o papel da Psicologia nas políticas públicas, focalizando as direcionadas aos trabalhadores, como tem sido apontado por pesquisadores da área (LACAZ, 2013; KLEPPER; YAMAMOTO, 2016). Por isto, neste texto, será abordada a construção do campo da Saúde do Trabalhador, focalizando o

modo como a Psicologia passa a compô-lo.

1 MUNDO DO TRABALHO E BRASIL

A sociedade contemporânea em suas profundas transformações experimenta crises no mundo do trabalho. As transformações globais nas últimas décadas do século XX criaram condições para que o desemprego adquirisse posição significativa no mundo do trabalho, se configurando como um desemprego estrutural, como discute Antunes (1999), que também aborda a precarização das condições de trabalho como efeito da crise do capital.

Em nossa sociedade salarial do emprego, em que prevalece a divisão social que subsume o trabalho ao capital, o desemprego é considerado um fenômeno temporário, originado de um desequilíbrio momentâneo no mercado ou como escolha voluntária do indivíduo, mas também como uma necessidade do próprio sistema capitalista em manter um grupo de reserva. Em sua obra Marx desenvolve o conceito de exército industrial de reserva, considerando que aqueles que estão em situação de desemprego desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras do mercado: estabilizadores e necessários para a manutenção do sistema econômico capitalista. Esta concepção é retomada por Singer (1999) que discute os modos através dos quais as políticas fiscais e monetárias visam impedir que a economia aqueça, e isso implica em haver uma *sobreoferta* de força de trabalho. Desse modo, o desemprego adquire sua função na política: a de estabilização.

O autor também acrescenta ao interior desse exército de reserva a população pobre e socialmente excluída, que sofre com maior intensidade os efeitos dos jogos do sistema econômico no qual vive, sustentando-se através de condições precárias de trabalho. O desemprego atrelado à exclusão social se agrava, colocando a população sob uma série de riscos psicossociais.

A partir da divisão internacional do trabalho, sobretudo na década de 70, e com o avanço tecnológico teve início um processo de desmantelamento da estrutura homogênea do mundo do trabalho, dando lugar a uma estrutura transitória e instável, suscetível a mudanças constantes. Nesse cenário também se tem o

aumento do desemprego estrutural, como produto da fase do capitalismo na qual nos encontramos, em que elementos destrutivos se intensificam, como a relação entre homem, tecnologia e natureza, que passa a ser voltada aos processos de valorização do capital em detrimento da força humana que trabalha e do meio ambiente. Sobre isso, Antunes (1999, p. 34) aponta como efeitos desse contexto político-econômico:

“Desemprego em sua dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada se tornaram traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital”.

A isto também se acrescenta a emergência do subemprego enquanto opção de inserção ao mundo do trabalho (RIBEIRO, 2009), o que produz impactos macrossociais, com o enfraquecimento das coletividades e do Estado; impactos organizacionais, com a precarização do trabalho; e psicossociais com efeitos sobre os coletivos e os indivíduos, constituindo uma enormidade de trabalhadores sujeitos à exclusão social.

Assim, é possível esboçar um cenário no qual a relação do humano com o emprego se dá, ou seja, um território situado em que jogos de forças coexistem e tornam possível modalidades de relação com o trabalho e com a vida. O contexto de tensões no mundo do trabalho demanda de diversas áreas de saber, como a Psicologia, análises e intervenções psicossociais, a fim de contribuir com a população em situação de desemprego, que como aponta Goffman (1975 *apud* RIBEIRO, 2009), se vê sujeita a impactos heterogêneos em sua vida, como isolamento social, transtornos identitários, rupturas de vínculos e desconstrução de projetos de vida. Aqui se utiliza a denominação trabalhadores em situação de desemprego, apoiando-se na concepção de que todos, independentemente de sua forma de inserção no mercado de trabalho são trabalhadores (BRASIL, 2004).

O campo da Saúde do Trabalhador, enquanto política pública considera que todos os trabalhadores, independentemente de sua forma de inserção no mercado de trabalho ou em situação de desemprego estão sujeitos às ações das políticas e merecem atenção à saúde. (BRASIL, 2013; CFP, 2010). Assim como as práticas da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), que considera, den-

tre suas prioridades de maior vulnerabilidade, a condição de desemprego de chefe de família (BRASIL, 2012).

É importante trazer para o debate a cena político-social do país, que produz condições de possibilidade para a emergência de empregos informais, exclusão social e a fragilização da Saúde Pública em suas possibilidades de intervenção com essa população. A partir de 2016, as políticas públicas de saúde sofreram desinvestimentos, com cortes orçamentários ao SUS e com medidas de austeridade fiscal, expressas pela Emenda Constitucional n.º 95/2016, que também afeta o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), peça importa de proteção e garantia de direitos à população em situação de desemprego. Conforme aponta Rossi e Dweck (2016), esta medida desconsidera o crescimento econômico e demográfico pelas próximas duas décadas, o que significa a redução de gasto público per capita e também em relação ao PIB.

O teto fixado para 2017 e anos seguintes corresponde ao mesmo orçamento disponível para 2016, acrescido apenas da inflação do ano em questão. Com isto, a expansão de serviços está vedada, a menos que haja corte em outras áreas das políticas sociais. O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), fez uma projeção do teto de gastos, caso tivesse sido aplicado de 2002 a 2015. Esta projeção permitiu visualizar o corte de gastos que teria havido, pois, a redução de despesas na Saúde teria sido de 27% em relação ao valor gasto sem a vigência da PEC do teto dos gastos. Com isso, a Saúde teria perdido R\$295,9 bilhões nos últimos anos. O regime fiscal que entra em vigor com a Emenda Constitucional n.º 95/2016, permite o congelamento real de gastos, que não acompanharão a expansão de demandas por serviços públicos. Ainda de acordo com o órgão, a população brasileira sentirá a redução de quantidade e qualidade do acesso aos serviços públicos, sobretudo de Saúde e Educação.

Em nota técnica, o DIEESE (2017) também afirma que este cenário indica uma redução do papel do Estado nas políticas sociais, na medida em que limita funções dos serviços públicos, e com isso, caminha-se para o sucateamento das políticas sociais. Compõem esse cenário também alterações na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), com a chamada Reforma Trabalhista, expressa pela lei n.º 13.467, de julho

de 2017. Este conjunto normativo que rege o modo como se dão as relações contratuais de trabalho em território nacional altera mais de cem pontos da CLT, alterando aspectos relacionados à flexibilização da jornada de trabalho, possibilidade de acordos coletivos entre patrão e empregado, no modo de desligamento dos trabalhadores, entre outros.

A Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2017), em nota técnica, apontam esse contexto como agravante das condições de saúde dos trabalhadores. Isto porque ele fragiliza possíveis reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e também reduz a força das políticas sociais em intervir em situações de vulnerabilidade social, bem como dos sindicatos. Isto implica em complicações nos processos de saúde e adoecimento relacionados ao trabalho, com ênfase na população em situação de desemprego. De acordo com os dados do IBGE, referente ao primeiro trimestre de 2017 a taxa de desemprego corresponde a 13,82%, sendo a maior nos últimos 12 anos.

Tal cena social é tributária de uma crise política e econômica que marca o momento histórico do país e se intensificou em 2015, produzindo uma série de efeitos, sobretudo no que se refere aos desinvestimentos nas Políticas Públicas. Além do cenário em nível de Brasil, entende-se tais efeitos como gestados pela fase do capitalismo na qual nos encontramos, tal qual discutem Ribeiro (2009), Antunes (1999) e Singer (1999), em que um sistema emprego-subemprego-desemprego emerge, fragilizando os trabalhadores, que se encontram em posição assimétrica de poder na sociedade e, conseqüentemente, ampliando a exclusão social.

Tem-se, então, um contexto que cria condições de possibilidade tanto para o aumento do desemprego no país quanto para a fragilização de respostas a essa condição. Sob o risco de cronificação do desemprego e vulnerabilidade de um contingente significativo da população, estratégias intervenção se fazem necessárias. Ainda que se entenda o problema do desemprego enquanto estruturante, se tornam necessárias intervenções psicossociais em nível micropolítico com essa população, considerando seu sofrimento, exclusão social e fragilização nas condições de acesso a recursos materiais e simbólicos.

Os efeitos do desemprego podem debilitar possibilidades e capacidade de resposta a essa situação, por parte da população. Ele fragiliza o trabalhador no que se refere ao poder de pleito a uma maior qualidade de vida, relegando a ele a submissão a condições precárias de trabalho, como os subempregos (RIBEIRO, 2009; CALDEIRAS, 2004) ou aceitação de condições adversas para manter o trabalho sob o medo da iminência do desemprego (ANTUNES, 1999).

A noção de poder com a qual se opera ao se referir a fragilização das possibilidades de reivindicação é foucaultiana (FOUCAULT, 1979; FOUCAULT, 2013). Portanto, se entende o poder não como algo determinante, que advém apenas de uma estrutura centralizadora, como o Estado ou um poder que através de condições econômicas carimba um modo de vida nos indivíduos, sem possibilidade de reação a ele; mas um poder que se dá nas relações, de forma ascendente e rizomática, um poder que se esparrama pelo tecido social e produz modalidades de existência. Os trabalhadores nesse contexto desfavorável às suas necessidades e de fragilização das políticas sociais se encontram em posição assimétrica com outros setores da sociedade. Portanto, com possibilidades de resistência às adversidades e com a busca por condições mais dignas de trabalho, fragilizadas.

2 SAÚDE DO TRABALHADOR: COMPOSIÇÃO REARTICULAÇÕES TEÓRICAS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é fruto de lutas políticas e sociais que se deram na esteira da Reforma Sanitária, na década de 70 no Brasil e trazendo noções garantidas pela Constituição de 1988 como a concepção de saúde enquanto direito universal a ser garantido pelo Estado. Assim, transformações epistemológicas e práticas no que se refere à assistência à saúde passam a compor os modos através dos quais os sujeitos passam a se relacionar com os processos de saúde e adoecimento.

Pela lei n.º 8.080, que implementa o SUS em 1990, tem-se como princípios integralidade, equidade e universalidade. A universalização da atenção, como um de seus princípios reguladores busca ampliar o acesso à saúde, garantindo que os indivíduos adquiram status de cidadão de direito. Anteriormente, a política social no Brasil era caracterizada pela cidadania regulada, subordinando o acesso à carteira de trabalho,

já que apenas aqueles que contribuíam para a Previdência Social recebiam assistência médica das políticas de saúde. Somente a partir da metade da década de 60 o acesso começa a se ampliar à outras categorias (GIOVANELLA; FLEURY; 1996).

A construção desse sistema impactou o conceito de saúde, inscrevendo nos serviços a ideia de cidadania e nos indivíduos novos processos de subjetivação na medida em que propicia uma outra relação com os serviços de saúde. Uma das reformulações teóricas que impactam na assistência à população se refere ao conceito de saúde, que se amplia. Fala-se então em um conceito *ampliado* de saúde que passa a articular políticas sociais e econômicas, marcando um reordenamento ideológico e institucional. Têm-se como condicionantes e determinantes da saúde aspectos relacionados ao lazer, qualidade de vida, processos discriminatórios e trabalho (BRASIL, 1990).

A partir dessa contextualização, é possível pensar que a relação que o humano estabelece com o trabalho se insere no rol das questões de Saúde Pública. Posteriormente, o investimento na vida da população enquanto corpo trabalhador se dará pela Política de Saúde do Trabalhador, considerando a centralidade do trabalho para vida em sociedade e constituição das relações humanas.

O trabalho é constituidor da natureza humana e também é constituído pela sociedade e cultura na qual o humano se encontra (MERHY; FRANCO, 2011). Trabalhar implica em modificar a natureza e a nós mesmos, transformando o modo como pensamos e agimos no mundo. O trabalho possui uma dimensão existencial, socioeconômica e psicossocial, como afirma Ribeiro (2009). Diversas disciplinas e áreas do saber se debruçam sobre a questão do que seria o trabalho, produzindo concepções diversas a seu respeito. Ele pode ser apreendido de várias maneiras: uma relação social, como a produtiva pela sociedade salarial em que ele adquire *status* de emprego; como uma atividade de produção social; como essência da humanidade tal como considerava Karl Marx; ou como constituidor da cultura como entendia Paulo Freire.

Considerar a centralidade do trabalho na vida humana implica em um posicionamento das Ciências Humanas para pensar como se dá o interfluxo entre subjetividade e objetivi-

dade. Dejours (2004) entende o trabalho como atividade subjetivante. Assim, o trabalho implicaria em um engajamento do corpo através de um conjunto de mobilizações e invenções que o corpo passa para trabalhar. Logo, o trabalho não poderia ser avaliado através do que pertence ao mundo visível, pois ultrapassa os limites associados ao tempo de trabalho e atividades normativas, mas mobiliza a personalidade por completo. Isto permite considerar aspectos micropolíticos da relação cotidiana com o trabalho e o modo como a relação com o trabalho produz sujeitos.

Nessa esteira, Mendes (2004) entende que o homem enquanto sujeito pensante, é capaz de refletir suas relações de trabalho e oferecer sentido a elas. Isto se daria além dos processos psíquicos, mas considerando as condições socioeconômicas oferecidas pelo contexto histórico e social na qual a relação do homem com o trabalho se estabelece. Assim, as situações de trabalho podem funcionar como desencadeadoras de perturbações psicossomáticas e psíquicas, podendo gerar sofrimentos permanentes que restringiriam as possibilidades do sujeito em enfrentar e criar a realidade. Isto implica em considerar os aspectos macropolíticos em termos de fenômenos sociais para pensar a subjetividade do humano e sua relação consigo e com o mundo.

Assim, pensar a relação dos sujeitos com o trabalho exige uma articulação interdisciplinar, intersetorial, transversal e sobretudo que fuja de lógicas individualistas que marcam a trajetória das ciências modernas, tornando possível se atentar aos aspectos coletivos e institucionais da relação do humano com o trabalho. O campo da Saúde do Trabalhador é constituído por práticas e conhecimentos que objetivam análises e intervenções que focalizem as relações entre trabalho e os processos de saúde e adoecimento (LACAZ, 1996). As ações nesse campo se desdobram sobre o terreno teórico da Saúde Coletiva, configurando-se como uma Política Pública que investe na vida da população a partir de estratégias multidisciplinares e intersetoriais. A compreensão dos processos de trabalho se torna uma questão para áreas como Epidemiologia e Sociologia, entre outras.

Esse campo tem origem em um contexto de abertura política ao final da década de 70, em que a cena pública do Brasil passa a ser composta pelo retorno da pressão dos movimentos

sociais e tensionamentos políticos. Transformações em relação à saúde dos trabalhadores se intensificaram nesse período com mudanças e crises no sistema de produção capitalista e nas relações de trabalho. Reivindicações das lutas dos trabalhadores culminaram em algumas conquistas no que se refere à saúde do trabalhador, como o reconhecimento das doenças relacionadas ao trabalho e o estabelecimento do nexo-causal em cada segmento ocupacional.

O Ministério da Saúde (2001), em material que lista as doenças relacionadas ao trabalho, considera a Saúde do Trabalhador como uma área de Saúde Pública que objetiva o estudo e intervenção nas relações entre trabalho e saúde. Em 2006, através da Lei nº 11.430 foi instituído o nexo causal entre o contexto de trabalho e o adoecimento psíquico, o que se configurou como importante em termos de assistência aos trabalhadores que têm sua saúde afetada pelo trabalho e movimentou o campo de tensionamentos em relação ao estabelecimento de uma relação de causa e efeito entre trabalho e adoecimento.

3 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-SUBJETIVAS DA SAÚDE DO TRABALHADOR

O campo da Saúde do Trabalhador se compôs em um mundo marcado pelo fenômeno conhecido como globalização neoliberal, que traz consigo um conjunto heterogêneo de transformações econômicas, políticas e sociais. Com isso, tem-se transformações subjetivas no modo como os humanos se relacionam com o mundo do trabalho e com a existência que afetam sua relação com o trabalhar. Percepções de mal-estar, estresse e vulnerabilidade aumentam, estando relacionadas a contratos de trabalho precarizados, jornada longas, subcontratações, metas elevadas, competitividade, menor número de trabalhadores para rotinas complexas, entre outras questões que amplificam os riscos psicossociais, colocando os trabalhadores em constante tensão psicológica e sujeitos ao estresse no trabalho (FERNANDES; ZANELLI, 2006). Podemos entender que estas percepções subjetivas e ampliação dos riscos psicossociais, estão relacionadas ao modo como as relações de trabalho foram flexibilizadas no atual momento do capitalismo. Sobre isto, Sennet (1999) afirma que o capitalismo experimenta um momento de flexibilização das relações de trabalho, atacando burocratizações

e trazendo consequências aos sentidos e significados do trabalho, que intensifica sua competitividade, mudanças constantes, incertezas e flexibilidade. A acumulação flexível e o fim de postos de trabalho em grandes escalas reforçaram subcontratações e formas não assalariadas de inserção no mundo do trabalho. Tem-se jornadas flexíveis, terceirizações e ampliação da informalidade e desemprego.

No capitalismo pesado, conforme explica Bauman (2001), o trabalho era vinculado ao capital e, portanto, haviam garantias e perspectivas sólidas da relação do trabalhador com o trabalho. Já com as transformações contemporâneas das sociedades de consumo (BAUMAN, 2001), as relações de trabalho se tornam fugazes e flexibilidades, na medida em que o trabalho se desvincula do capital, levando-o a instabilidade. Há um enfraquecimento dos laços entre capital e trabalho, o que exige trabalhadores flexíveis, ágeis, abertos às mudanças em curto prazo e adaptabilidade às incertezas.

Tanto Bauman (2001), quanto Sennet (1999) apontam que as relações flexibilizadas de trabalho têm gerado precarizações da relação do sujeito com o trabalho, sobretudo devido às constantes incertezas que os trabalhadores se encontram submetidos. Com foco na capacidade imediata, o trabalhador perde sua identidade, torna-se facilmente substituível e recebe novas atribuições frequentemente. Exige-se um trabalhador polivalente e adaptável (SENNET, 1999). Deste modo, o sentimento de ansiedade se torna um risco psicossocial aos trabalhadores, pois, nas últimas décadas, associado a este novo perfil de trabalhador, pesquisas têm apontado um aumento crescente de estresse no trabalho, conforme explica Tamayo et al (2004), sobre as graves consequências deste cenário à saúde dos trabalhadores e às organizações de trabalho.

Para Fernandes e Zanelli (2006), teóricos da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), que pensam sobre os efeitos das mudanças do mundo do trabalho na subjetividade dos trabalhadores, uma das características de nosso século seria a perda do sentido de comunidade, redução no comprometimento, dificuldade no estabelecimento de vínculos com as organizações, aceitação das diversidades e a atuação comprometida com valores que, ainda que sejam repetidos constantemente, não correspondem à realidade. Nesse contexto, se faz neces-

sário o desenvolvimento de políticas e práticas coerentes e conectadas às necessidades de produtividade e responsabilidade social. Essa necessidade se configura como um desafio da atualidade, que exige reflexões acerca dos processos de saúde e adoecimento no ambiente de trabalho e sobre o modo como as relações contratuais e mercadológicas tornam possível que se estabeleça uma relação dos indivíduos com o trabalho.

A identificação das situações de risco à saúde dos trabalhadores e suas necessidades está entre os objetivos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador (PNAST), instituída em 2012, através da Portaria nº 1.823, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O Ministério da Saúde reconhece que o trabalho pode ser causa para o adoecimento, através de fatores como exposição a substâncias tóxicas, comprometendo funções cognitivas e levando a transtornos orgânicos de personalidade; esgotamento profissional, possível em contextos de estresse laboral prolongado, ritmo intenso de trabalho, podendo considerar o trabalho como fator de risco à etiologia da doença; distúrbios psíquicos latentes ou agravador para doenças (BRASIL, 2013).

Isto implica na adoção do conceito de sustentabilidade socioambiental, como integrador de políticas públicas, incorporando nas políticas de desenvolvimento social e econômico o entendimento de que a qualidade de vida e a saúde envolvem o direito de trabalhar e viver em ambientes saudáveis e com dignidade, e ao mesmo tempo, evitando o aprofundamento das iniquidades e das injustiças sociais (BRASIL, 2012, p. 29). Desse modo, se tem um comprometimento social com a realidade dos grupos ocupacionais, de caráter político, na medida em que se entende que atuar em Saúde do Trabalhador demanda considerar os processos de desigualdade social e se comprometer com as transformações sociais, de modo a promover ambientes saudáveis e dignos aos trabalhadores. Determinados grupos ocupacionais se encontram mais suscetíveis aos riscos ocupacionais, portanto, mais vulneráveis que outros, já que em cada contexto ocupacional há diferentes modalidades e intensidades de riscos (ZANELLI; SILVA, 2014).

O CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CFP, 2008) define que a atenção à saúde dos trabalha-

dores se insere no campo da Saúde Coletiva. Nesse contexto, a Psicologia quando vem atuar em Saúde Ocupacional também deve se comprometer com o novo campo da Saúde, considerando a prevenção e a promoção de saúde como fundamentais no exercício de suas práticas. Deve-se romper com uma atuação curativa, pautada na resolução de problemas e sintomas já agravantes, resultantes de um longo processo de queixas sem investigação profunda (BORGES et al, 2013). O psicólogo deve assumir uma postura preventiva e de promoção de saúde, considerando a multideterminação dos sintomas, exercendo seu trabalho a partir de um viés político e comprometido com os impactos nos processos de saúde e doença.

Ressalta-se que a Psicologia, ao atuar em ações em Saúde do Trabalhador, deve romper com ações curativas e individualistas, de modo a agirem direção a práticas de prevenção do adoecimento e promoção de saúde, considerando o contexto social, político e econômico no qual as intervenções irão se desdobrar. Isso implica em refletir acerca das condições de vida da população, dos jogos econômicos e políticos que se desdobram produzindo subjetividades nos indivíduos e nas coletividades, ou seja, implica em pensar quais são as condições de possibilidade para que modalidades de existência emergam.

4 DISCUTINDO O COMPROMISSO POLÍTICO DAS INTERVENÇÕES

A UBSF São Francisco, estabelecimento da Atenção Básica à Saúde, se localiza em uma região periférica da cidade de Campo Grande, sendo desfavorecida em termos de condições socioeconômicas e, portanto, vulnerável aos agravos da situação do desemprego. De acordo com um Agente Comunitário de Saúde (ACS), com quem os estagiários de Psicologia conversaram, é comum encontrar homens em idade produtiva em situação de desemprego atuando no narcotráfico, frequentando bocas de fumo da região e recorrendo a subempregos. Os ACS, sob a lógica da territorialização, se encontram em contato com o cotidiano dos coletivos, realizando dentre suas atividades, visitas domiciliares e buscando, através da resolutividade, identificar as necessidades de saúde da população (BRASIL, 2011).

Esse trabalho capilarizado no território per-

mite que esse grupo ocupacional esteja em contato com os efeitos cotidianos do desemprego, identificando esta demanda. Assim, uma articulação multiprofissional na Atenção Básica pressupõe ações integradas e compostas por diversos profissionais, de diferentes áreas. Para intervir com a população em situação de desemprego de um território situado como o da UBSF, a Psicologia precisa considerar questões territoriais, atravessamentos de classe social, o momento político do país e também as características singulares daquela coletividade, a fim de delinear estratégias de intervenção conectadas às suas necessidades.

Entende-se, aqui, que os indivíduos e coletivos têm a possibilidade de negociar com as normas, ou seja, se relacionam com os movimentos da vida no campo social. Assim, podem encontrar estratégias ativas para lidar com a situação de desemprego, ainda que por um viés micropolítico dessas transformações. O importante desse olhar para as relações humanas é a aposta na criação de estratégias ativas para negociar e reagir ao que está posto.

A busca por estratégias de negociação com a realidade social através da violação das leis para se incluir em atividades que produzam renda se configura como uma das estratégias descritas por Ribeiro (2009): a fatalista com violência. Em comunidades periféricas, a população se encontraria mais suscetível a buscar tais estratégias. Outras estratégias para lidar com o desemprego são descritas pelo autor, como a de submissão a atividades irregulares de forma descontínua e sem compromisso, apenas para estar incluso em alguma forma de trabalho; tentativas de busca por emprego e centros de apoio ao trabalho e busca de alternativas para geração de rendas; como programas oferecidos por Políticas Públicas ou outros auxílios.

Todas as estratégias de busca por possibilidades de vida frente às adversidades são precárias e geradoras de sofrimento, já que os trabalhadores estariam excluídos da lógica salarial de nossa sociedade e, portanto, mais vulneráveis socialmente. Isso não significa naturalizar a relação do humano com o trabalho, mas afirmar que em nosso tempo histórico, essa relação perpassa sua existência de modo fundamental e exige que os indivíduos se liguem à vida produtiva para ter acesso às condições de vida, direitos e saúde. Nesse sentido, ações em Saúde do Trabalhador que visem o delineamento de

estratégias sustentáveis e produtivas se fazem ímpar, sobretudo quando pretendem possibilitar o regresso ao mundo do trabalho formal.

Debilidades estruturais no sistema de proteção as condições de trabalho, escassez da oferta de emprego e iminência do desemprego produz um cenário precário aos trabalhadores e exige intervenções multidisciplinares e integradas que possam servir de suporte à essa população e auxiliar a modificar sua realidade. Ribeiro (2009) aponta que a construção de um projeto de vida com pessoas em situação de desemprego se faz importante na medida em que oferece a possibilidade de analisar o mundo do trabalho, refletir sobre suas oportunidades, construir referências para se guiar pelo mundo do trabalho, sistematizar o repertório de conhecimentos e estratégias para essa transição no trabalho e possibilitaria a formação de redes de apoio coletivas, capazes de auxiliar a conquista de inclusão no mundo do trabalho.

Por outro viés, Singer (1999) apresenta como opção ao desemprego a construção de processos de economia solidária, a qual o autor acredita que poderá oferecer aos que esperam um novo emprego a oportunidade de se reintegrar à lógica de produção, coletiva ou individual. Para o autor, ainda que o modelo capitalista apresente um claro viés favorável ao grande capital, ele possibilita um espaço livre para experimentações organizacionais, como a economia solidária. A economia solidária estimula outros modos de experimentação da vida, marcados pela cooperação, relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores, possibilidade de um projeto de vida aos que estão em situação de desemprego, oferecendo outros modos de organizar a vida econômica e social dos coletivos.

Esta estratégia demandaria ações interseccionais, com a integração de projetos e redes de apoio social, se configurando como um dispositivo de atenção integral à população, com o fortalecimento de sua autonomia e autogestão, tal como deve ser características dos processos de trabalho das equipes de Atenção Básica (BRASIL, 2011). Um exemplo possível dos efeitos que uma intervenção nesse sentido poderia resultar seria o envolvimento dessa população em um Hortifrúti que existe próximo da UBSF, o qual os trabalhadores poderiam se envolver em grupo, desenvolver novas habilidades e gerar renda. O que também fortaleceria os vínculos

em comunidade, desenvolvendo solidariedade e sustentabilidade.

Outro exemplo seria uma prática que tem sido desenvolvida em algumas unidades de Atenção Básica no Brasil (COSTA et al, 2015; RIBEIRO, 2013): as hortas comunitárias, que possibilitam a interação da comunidade, o engajamento dos indivíduos em atividades que promovam a saúde, a sustentabilidade e se configura como uma alternativa sustentável para coletivos de baixa renda. Projetos voltados às necessidades do coletivo, sustentáveis e solidários adquirem possibilidade enquanto proposta de intervenção futura, quando o grupo de trabalhadores em situação de desemprego já estiver em fase de coesão e a equipe interdisciplinar possa direcioná-los nesse caminho.

Vale ressaltar que possibilidades de intervenção com as comunidades são passíveis de adquirir consistência apenas mediante a relação da comunidade com estas propostas, já que depende do grupo enquanto coletivo a vontade de se engajar no que foi proposto. Por isto que as intervenções com grupos e comunidades devem se encontrar sempre em um processo de composição contínua, pois depende das articulações micropolíticas do coletivo, bem como sua autogestão, como propõem autores da Análise Institucional como Barembliitt(2002). Portanto, a intervenção deve se encontrar aberta a maiores obtenções de dados sobre a população daquele território, considerando que o itinerário interventivo se desdobra de modo mais coerente a partir do contato com o grupo ao qual estará voltado. Além de considerar que as intervenções, com ênfase no campo da Saúde, devem ser pensadas em conjunto ao coletivo de trabalhadores e usuários (MERHY, 2011b).

Alguns objetivos podem guiar uma proposta de intervenção, criando consistência para a mesma, como os seguintes objetivos: buscar o fortalecimento das condições de acesso à qualidade de vida pela população em situação de desemprego, oferecer condições de possibilidade para a emergência de respostas ativas à situação do desemprego, e oferecer suporte e apoio à essa população submetida à diversos riscos psicossociais. Também vale ressaltar que propostas de mudança junto aos coletivos adquire papel político (MERHY, 2011b), já que se caracteriza como uma aposta política em determinado modelo de atenção.

Apoia-se na lógica de cuidado da Atenção

Básica (BRASIL, 2011), em desenvolver ações que produzam impacto nos condicionantes e determinantes de saúde das coletividades que constituem determinado território. Assim, entende-se que é necessária uma atuação a partir da "escuta" das necessidades territoriais de saúde da população. Também se apoia na função de resolutividade da Atenção Básica, em responder as necessidades de saúde utilizando tecnologias heterogêneas de cuidado, através de uma Clínica Ampliada, capaz de potencializar a autonomia dos indivíduos e dos grupos sociais, com ações interdisciplinares e interseoriais.

Sugere-se intervenções psicossociais que tenham como princípios troca de experiências, formação de redes de apoio, informações sobre o mundo do trabalho, retomada da construção de projetos de vida, discussões acerca de estratégias de enfrentamento ao desemprego, e o incentivo à autogestão e auto-organização desse coletivo; de modo que um processo seja implantado, possibilitando a emergência de estratégias individuais e coletivas para geração de renda e trabalho, inclusão social e acesso a recursos materiais e simbólicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Saúde do Trabalhador se configura como um campo heterogêneo que, através de saberes e práticas, focalizam as relações entre trabalho e processos de saúde e adoecimento. Isto implica, em termos de atuação prática, em considerar fenômenos sociais e coletivos, articulando com áreas diversas de modo interdisciplinar. Este texto possibilitou pensar em estratégias micropolíticas em um território situado, o da UBSF São Francisco, considerando aspectos macropolíticos das condições políticas e econômicas do país.

Entende-se que esse exercício é fundamental para pensar a atuação dos profissionais nas Políticas Públicas. O momento histórico de nosso país exige da Psicologia e outras áreas do saber competências em atuar de modo multidisciplinar, político e estratégico, visando a redução das iniquidades sociais e ampliação de acesso à direitos e condições de vida. Sobretudo no que se refere ao trabalho, dado o aumento do desemprego e a fragilidade das condições de acesso ao trabalho digno por parte da população.

As ações em Saúde do Trabalhador nas últimas décadas passaram, e ainda passam, por processos de reformulação na medida em que consideram a necessidade de uma preocupação com a prevenção do adoecimento no ambiente de trabalho, isto na contramão de ações curativas e individualistas. Para isto, é fundamental considerar os aspectos históricos, econômicos e sociais que tornam possível a emergência de problemáticas atuais, para direcionar intervenções à vida da população que sejam capazes de ampliar o acesso às condições de possibilidades de vida.

A Psicologia em sua herança histórica se encarregou dos processos intrapsíquicos e individuais, aliada às ciências positivistas e filosofias subjetivistas. Nessa esteira, os discursos teóricos sobre os indivíduos acompanharam processos de despolitização das práticas psicológicas, como discute Benevides (2005) ao apontar que esse campo científico operacionalizava suas práticas pautando-se na dicotomização entre sujeito e social, mundo interno e mundo externo. Assim, as discussões aqui tecidas buscaram colocar em reflexão qual o papel ético e social da Psicologia, uma vez que seu histórico de estruturação enquanto ciência implicou no desenvolvimento e operacionalização de práticas com sujeitos abstratos e *a priori* em relação ao seu contexto social, histórico e político.

Assim, considera-se que a formação profissional para atuar nas Políticas Públicas, seja de psicólogos, gestores, médicos, cientistas sociais, entre outros; deve ser investida pelo contato com materiais e situações práticas que possibilitem a apreensão de modos de atuar enquanto

profissionais estratégicos, éticos e preparados técnica e teoricamente; ou seja, profissionais que considerem a multideterminação dos sintomas, que atuem de modo preventivo, reconheçam a amplitude dos fenômenos organizacionais e psíquicos, reconheçam o que as Políticas Públicas propõem como diretrizes de atuação e, sejam capazes de identificar condicionantes macroambientais que impactam na relação do humano com o trabalho.

Essas competências são parte de uma atuação política, estratégica e ética, na medida em que se compromete com as transformações nos processos de saúde e adoecimento dos grupos ocupacionais. Enfatiza-se o momento político-econômico atual, em que grandes mudanças emergem, como desequilíbrio dos mercados, desvalorização monetária, aumento do tributo, mudanças nas leis trabalhistas, fragilização das Políticas Sociais, tanto na saúde quanto na assistência, enfraquecimento dos sistemas de proteção social e recrudescimento do desemprego. Esse cenário contemporâneo impacta na vida da população e exige intervenções conectadas a essas necessidades emergentes.

Portanto, discutir o papel micropolítico das Políticas Públicas voltadas à saúde do trabalhador é fundamental em termos de desenvolver estratégias para lidar com o intempestivo, com os desafios constantemente propiciados por dinâmicas sociais heterogêneas, sobretudo uma vez que isso exige uma postura acadêmica e profissional que seja política, estratégica e ética, se comprometendo com as condições de vida da população e a marginalização de coletivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (1999), *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial.

BAUMAN, Zygmunt. (2001), *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BENEVIDES, Regina. (2005), Psicologia e o sistema único de saúde: Quais as interfaces? *Revista Psicologia & Sociedade*, 17, 2: 145-160.

BORGES, Livia et al. (2013), "Diagnóstico e promoção da saúde psíquica no trabalho", in L.deO.Borges e L.Mourão. (Org.), *O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia*. Porto Alegre, Artmed, p. 26-52.

BRASIL. (1994), Ministério do Trabalho e Emprego. *Norma Regulamentadora 9*: programa de prevenção de riscos ambientais. Portaria SSST nº 25.

_____. (2001), Ministério da Saúde. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Organização Pan-Americana de Saúde no Brasil. Org: Elizabeth Costas Dias. Brasília, Ministério da Saúde.

_____. Ministério da Saúde. (2011), *Política Nacional da Atenção Básica*. Brasília. Ministério da Saúde.

- (2012), Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde do Trabalhador*. Nº 1.823, de 23 de Agosto de 2012, Brasília.
- CALDEIRAS, Jorge. Globalização, Trabalho e Desemprego: Trajetórias de Exclusão e Estratégias de Enfrentamento. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra, Portugal, *Anais...* Coimbra: 2004. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004, p. 1-21.
- CANGUILHEM, Georges. (1999), "Que é a psicologia?" *Rev. Impulso*, 11, 26: 11-26.
- COSTA, Christiane et al. (2015), "Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde". *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, 20, 10: 3099-3110.
- DEJOURS, Christophe. (2004), Subjetividade, Trabalho e Ação. *Revista Produção*. 4, 3: 27-34.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). PEC nº 242\2016: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos. Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017notaTe>. Acesso em 20 de novembro de 2018.
- FERNANDES, Karina; ZANELLI, José Carlos. (2006), "O processo de construção e reconstrução das identidades dos indivíduos nas organizações". *Rev. Administração Contemporânea*, 0, 1: 55-72.
- FOUCAULT, Michel. (1979), *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel. (2013), "A verdade e as formas jurídicas". CONFERÊNCIAS PROFERIDAS NA PUC – RIO. Tradução de Ricardo Jardim & Roberto Machado,. Rio de Janeiro, Ed. Nau.
- FRANCO, Túlio; MERHY, Emerson. (2011). "O reconhecimento de uma produção subjetiva do cuidado", in T. Franco & E. E. Merhy. *Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde*, São Paulo, Hucitec, p. 123-157.
- GIOVANELLA; Lígia; FLEURY; Sonia. (1996), "Universalidade da atenção à saúde: acesso como categoria de análise", in autores (orgs.), *Serviços de saúde: acesso, processos, avaliação, aspectos econômicos, descrição de caso*, Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua –1º Trimestre 2017*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/pnadc_201701_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.
- KEPPLER, Isabel Lopes; YAMAMOTO, Oswaldo.(2016),"Psicólogos nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador". *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 16, 1:48-66.
- LACAZ, Francisco. (1996), *Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da Academia, dos serviços e do movimento sindical*. Tese em saúde coletiva, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LACAZ, Francisco. (2013),"O campo saúde do trabalhador: Epistemologia, desafios e lacunas", in E.Lourenço, E. Navarro Edivania, NAVARRO, Vera. *O avesso do trabalho III*. São Paulo, Outras Expressões, p. 219-238.
- MENDES, Ana Magnólia. (2004), "Cultura organizacional e prazer-sofrimento no trabalho: Uma abordagem psicodinâmica," in A. Tamayo (Org.). *Cultura e saúde nas organizações*. 1ed.São Paulo, ARTMED, , p. 59-76.
- MERHY, Emerson. (2011a), *Os Caps e seus trabalhadores: no olho do furação antimanicomial*. Alegria e Alívio como dispositivos analisadores,in T. Batista Franco & E. M. Emerson.Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde. São Paulo: Hudicted.
- MERHY, Emerson. (2011b), *A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência*. In: T. B. Franco; E. E. MERHY. *O reconhecimento de uma produção subjetiva do cuidado*. Trabalho, produção de cuidado e subjetividade em saúde. São Paulo, Hudicted.
- MINAYO, Maria Cecília. (2001), *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis, Vozes.
- RIBEIRO, Marcelo Afonso. (2009), "Estratégias Micropolíticas para Lidar com o Desemprego: Contribuições da Psicologia Social do Trabalho". *Revista Psicologia Política*, 9, 18: 331-346.
- ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. (2016). "Impactos do Novo Regimes Fiscal na saúde e educação". *Cadernos de Saúde Pública*, 23, 12: 1-5.
- RIBEIRO, Silvana. (2013), *Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da promoção da saúde: experiência do projeto*

colhendo sustentabilidade – Embu das artes. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, São Paulo.

SENNET, Richard. (1999), *A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record.

SINGER, Paul. (1999), *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3ª ed. São Paulo, Contexto.

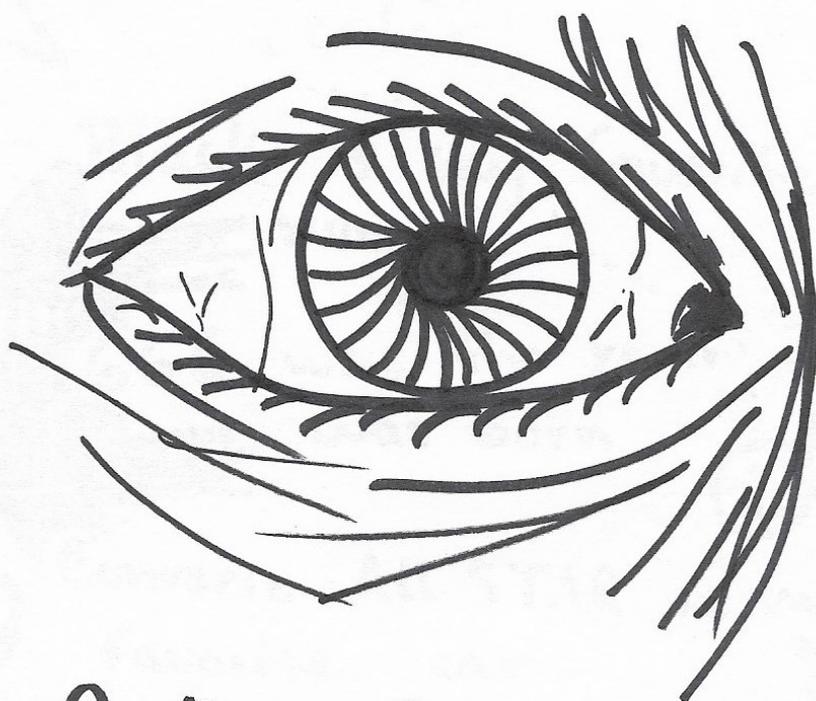
TAMAYO, Álvaro, et al. (2004), "Clima organizacional e estresse no trabalho", in A. Tamayo, Ivaro (org). *Cultura e saúde nas organizações*. Porto Alegre, Artmed, p. 58-744.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. (2008), *Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho*. São Paulo, Casa do Psicólogo.

ZANELLI, José Carlos (2014), "Organizações saudáveis e riscos psicossociais no trabalho", in C. Leimer (Org), *Gestão das Organizações*. Florianópolis, Conceito, p. 223-250.

Recebido em 13 de fevereiro de 2018

Aprovado em 11 de outubro de 2019



O REDOR ENVOLVE
O CENTRO

O PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PAC) SOB A LUZ DAS CAPACIDADES ESTATAIS: ATIVISMO ESTATAL PARA O INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NO “BRASIL PROFUNDO”

The “Luz para Todos” Program (PAC) under the light of state capabilities: state activism for investment in infrastructure in “Deep Brazil”

Daniel Porcel Bastos

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Contato

<danielporcelbastos@gmail.com>

Palavras-chave:

Luz Para Todos; Capacidades Estatais; Eletrificação Rural; Brasil Profundo.

Keywords: “Luz para Todos”; State’s Capacities; Rural Electrification; Deep Brazil.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o Programa Luz Para Todos (2003–2012), política pública federal, sob a luz da Ciência Política, a partir das contribuições e dos estudos das capacidades estatais para a infraestrutura. Além disso, pretende-se evidenciar – de acordo com pesquisas qualitativas do Ministério de Minas e Energia, bem como a partir de outras produções científicas sobre a eletrificação rural no Brasil – os impactos da política pública de infraestrutura em questão para as populações pertencentes ao “Brasil Profundo”: o subproletariado nacional – especialmente nas regiões Norte e Nordeste, comunidades quilombolas e indígenas e assentamentos voltados para a Agricultura Familiar. Portanto, pretende-se demonstrar, a partir deste estudo de caso, de que maneiras as capacidades estatais para infraestrutura podem ter consequências factíveis na qualidade de vida dos grupos sociais em questão.

Abstract: This article aims to analyze the “Luz para Todos program” (2003–2012), a federal public policy, based on Political Science’s fields, from studies and contributions of state competencies for infrastructure. In addition, it is intended to evidence – according to the qualitative research of the Ministry of Mines and Energy, as well as other scientific productions on rural electrification in Brazil – the impacts of public infrastructure’s policies in question for the populations belonging to “Deep Brazil”: the national and subproletariat in the North and Northeast regions, as well as quilombola’s and indigenous communities and settlements based on Family Agriculture. Therefore, we intend to demonstrate from this case study how state infrastructure capacities can have feasible consequences on the quality of life of these specific social groups.

INTRODUÇÃO

O setor elétrico brasileiro pode parecer, a partir de um olhar superficial, uma área de estudos restrita às engenharias e às Ciências Exatas em geral. No entanto, trata-se de objeto de estudos importante no campo das ciências humanas, especialmente no que tange à Ciência Política e às possibilidades de análises acerca da questão da eletricidade, seja sob a ótica do Estado, dos atores da sociedade civil ou das políticas públicas de infraestrutura e acesso em relação a esse bem (ou direito).

O que se pretende, neste trabalho, é justamente realizar uma análise a partir da ótica do Estado e das capacidades estatais para a infraestrutura, tendo como objeto de estudo o Programa Luz Para Todos – LPT, política pública institucionalizada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, iniciado no ano de 2003, no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, tendo sua vigência estendida até o ano de 2022. A eletrificação rural foi e continua sendo um meio importante de desenvolvi-

mento econômico e inclusão social de milhares de brasileiros, como nos mostram os dados das pesquisas qualitativas de avaliação do LPT. Segundo estudo feito pelo Ministério de Minas e Energia – MME, em 2013, o elevado índice de satisfação com o Programa (97,2%) reflete as mudanças positivas na vida dos beneficiados: a qualidade de vida melhorou para 92,9% dos entrevistados. Agora, 69,7% têm acesso a computadores e celulares e 56,3% declararam ter mais segurança.

Para tanto, utilizarei do arcabouço teórico que nos oferece a Ciência Política, especialmente a área das capacidades estatais, a partir da tese de Michael Mann em “*The Autonomous Power of the State*” (1984), na qual se menciona o poder infraestrutural como determinante meio de poder autônomo do Estado para garantir sua existência e seu monopólio sobre seu território, em complementariedade (a seu igualmente autônomo) poder despótico. Veremos, assim, como o território constitui-se como a essência do Estado, consoante Mann (1984). Já o cientista político brasileiro André Singer, por-

ta-voz oficial do primeiro governo Lula (2003–2007), nos traz importantes contribuições para compreender melhor o lulismo¹ e a inclusão do subproletariado no Brasil por meio das políticas públicas de distribuição de renda e inclusão social, tais como o LPT. Nesse sentido, o conceito de ativismo estatal utilizado pelo autor é de fundamental importância para compreender a dinâmica e protagonismo do Estado brasileiro nos investimentos em infraestrutura por meio do programa em questão.

Por fim, deve-se esclarecer a opção por utilizar-se do termo Brasil profundo no título deste *paper*. Retirado da literatura brasileira, especificamente da obra de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, acredito que este termo possa expressar de maneira lúdica o Brasil (dos muitos que existem no vasto território nacional) para qual o programa Luz Para Todos voltou-se, como se demonstrará adiante: às regiões Norte e Nordeste, detentoras dos menores índices socioeconômicos e das menores taxas de eletrificação rural por municípios. O Brasil profundo é, portanto, uma analogia ao Brasil historicamente esquecido ou invisibilizado pelo Estado e por suas políticas públicas, no qual reside grande parcela do subproletariado nacional, consoante a conceituação de Singer (2015).

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, chefiado então por Dilma Rousseff, no momento de formulação do programa, o LPT tem como objetivo “promover o acesso de famílias residentes em áreas rurais à energia elétrica, de forma gratuita, acabando com a exclusão elétrica no país, através de extensões de rede, implantação de sistemas isolados e realização de ligações domiciliares” (PAC, 2015). Representa, portanto, um ponto de inflexão no cotidiano destas regiões e das populações que ali residem, como nos mostra o importante estudo realizado por Ribeiro, Teixeira e Soares (2017), ao analisar os impactos do programa em questão nos índices socioeconômicos dos beneficiários do programa, centrando em três eixos de avaliação e comparação, a partir do método de estimativa de diferenças em diferenças: educação, renda e empreendedorismo. Dessa maneira, pretende-se estabelecer a relação entre as capacidades estatais para a infraestrutura, o programa Luz para Todos e os impactos sob a população deste Brasil profundo. É importante esclarecer que este *paper* não pretende realizar uma avaliação de política pública *strictu sensu*, senão demonstrar a importância do ativismo

estatal, a partir de seu poderio autônomo de infraestrutura, para transformar a realidade de milhares de pessoas. Segundo o MME (2016), são 15 milhões de beneficiários do LPT, desde 2003, por meio do acesso à eletricidade, um dos direitos mais básicos da vida moderna em sociedade.

É importante ressaltar, por fim, que este trabalho pretende servir de base para estudos posteriores e mais aprofundados nesta temática, utilizando-se, por exemplo, de métodos de trabalho de campo para avaliar com mais precisão as reverberações do LPT no Brasil profundo a partir do poder infraestrutural do Estado.

CAPACIDADES ESTATAIS PARA INFRAESTRUTURA: ATIVISMO ESTATAL E PODER AUTÔNOMO DO ESTADO

Como dito anteriormente, utilizarei de alguns conceitos da Sociologia e da Ciência Política para estruturar um arcabouço teórico a partir da ótica do Estado, das capacidades estatais, especialmente no que diz respeito à seu poder infraestrutural, e por conseguinte, contextualizar este arcabouço teórico em um contexto histórico e político específico: o Brasil entrante no século XXI, em processo de recente germinação da democracia como sistema político legitimado pela Constituição de 1988, indicando a retomada do protagonismo estatal na vida econômica e social do país, desta vez pela via do Estado democrático de Direito.

Por capacidades estatais compreende-se a vasta possibilidade de atuação do Estado por meio de arranjos institucionais que o dotam de capacidades de atingir seus objetivos, através de seus mecanismos, sua interlocução com os atores sociais e especialmente, por meio de políticas públicas. Estas capacidades, naturalmente, adquirem dinâmica própria de acordo com o sistema político vigente no Estado-nação em questão.

Consoante Gomide e Pires (2014, p. 20),

“No contexto democrático, entende-se que tal capacidade pode ser entendida a partir de dois componentes: o técnico-administrativo e o político. O primeiro, deriva do conceito weberiano de burocracia, contemplando as competências dos agentes do Estado para levar a efeito suas políticas, produzindo ações coor-

¹ Para Singer, o lulismo pode ser compreendido como um fenômeno político nacional, em torno do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e da sua chegada à presidência em 2002, embora transcenda a própria figura do ex-presidente e seu partido. Caracterizado como a tentativa de conciliação entre grupos sociais supostamente antagônicos, representa também um marco referencial para a esquerda brasileira, seus paradigmas e ideais que passaram a vigorar a partir de então. Para um estudo aprofundado sobre este fenômeno, ver Singer (2009).

denadas e orientadas para a produção de resultados. O segundo, associado à dimensão política, refere-se às habilidades da burocracia do Executivo em expandir os canais de interlocução, negociação com os diversos atores sociais, processando conflitos e prevenindo a captura por interesses específicos”.

A partir do estudo das capacidades estatais, é importante trazer à tona o trabalho científico realizado pelo sociólogo estadunidense Michael Mann (1984), em sua obra *The Autonomous Power of the State*. A concepção acerca do poder autônomo do Estado concebida por Mann certamente transcende as concepções clássicas sobre o poder do Estado nas sociedades, sejam as visões liberais quanto as marxistas (as quais, segundo ele, são, a sua própria maneira, reducionistas, por conceber o Estado dentro das estruturas já existentes da sociedade civil). Também se difere da visão tradicional militarista do Estado que o concebe como uma força física de coerção. Estas visões são classificadas por Mann como reducionistas, embora tenham seus méritos científicos, quando usadas como ferramentas para analisar os Estados-nações atuais, majoritariamente democracias liberais capitalistas.

Nesse sentido, para Mann, a fonte do poder autônomo do Estado reside na visão de que ele é “meramente e essencialmente uma arena, um espaço” em disputa (MANN, 1984, p. 112)², podendo manifestar-se em duas dimensões autônomas. Segundo o autor, tanto como poder despótico quanto como poder infra-estrutural. Neste *paper*, nos é oportuno voltar nossa atenção ao que tange o poder infra-estrutural do Estado, definido como “a capacidade dos Estados de penetrar a sociedade civil em sua realidade, implementando logicamente decisões políticas em seu território” (MANN, 1984, p. 113)³. Este poder é bastante desenvolvido nas sociedades industriais capitalistas atuais.

As atividades administradas pelo Estado são, segundo o autor, necessárias para a sociedade como um todo, e/ou para grupos específicos que possam se beneficiar da própria estrutura na qual o Estado repousa. Dentre as diversas funções do Estado elencadas por Mann, cabe ressaltar a manutenção das infraestruturas de comunicações e a redistribuição econômica, ambas relacionadas ao território no qual o Estado exerce sua existência e

detém a posição de centro promotor e provedor desses elementos citados.

Tais tarefas destinadas ao Estado, atravessado pela sociedade civil, encontram sua materialidade por meio de políticas públicas, dentre as diversas ferramentas institucionais das quais o Estado detém poderio. Por exemplo, o caso do Programa Luz para Todos, do governo federal, iniciado no governo Lula e em vigência até o ano de 2022 é um claro esforço estatal, a partir de seu poderio ao longo de sua extensão territorial, de garantir a eletrificação rural em regiões que careciam de luz elétrica, e portanto, de meios de comunicação modernos, como sinal de televisão e de internet, fundamentais nos tempos atuais de inclusão social e econômica. Vale ressaltar que a televisão de rede aberta é hoje o meio de comunicação e informação predominante entre os brasileiros e brasileiras, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016).

A centralidade territorial do Estado é um de seus fatores mais importantes para diferenciá-lo de outras instituições de poder da sociedade civil e, portanto, garantir sua singularidade. Segundo Mann (1984), o Estado não pode ser considerado meramente um instrumento das classes sociais, devido à centralidade que este exerce sobre um território (dentro de suas fronteiras). É importante apontar, ainda, que o poder infraestrutural na sociedade não parte apenas do Estado (de maneira autônoma), mas também habita uma disputa dos esforços da sociedade civil (por exemplo, a burguesia e o empresariado) de garantir seus interesses por meio da expansão da infraestrutura no território. Sua caracterização sobre a essência do Estado nos é oportuna para compreender com clareza a inegável importância do território:

“O Estado não é meramente um espaço de disputa da luta de classes, um instrumento de domínio de classe, um fator de coesão social, a expressão de valores tidos como universais, o centro dos processos de alocação ou a institucionalização da força militar (como caracterizado nas diversas teorias reducionistas); ele caracteriza-se a partir de uma organização socio-espacial diferente” (MANN, 1984, p. 125)⁴.

Da mesma maneira, a contribuição de André Singer (2015), cientista político brasileiro, jornalista e porta-voz da Presidência da República

2 Tradução do autor para “merely and essentially an arena, a place”.

3 Tradução do autor para “the capacity of the state actually to penetrate civil society, and to implement logistically political decisions throughout the realm”.

4 Tradução do autor para “The State is not merely a locus of class struggle, an instrument of class rule, the factor of social cohesion, the expression of core values, the centre of social allocation processes, the institutionalization of

durante o primeiro governo Lula (2003–2007) acerca das coalizões de classes sociais no período lulista e nos governos de Dilma Rousseff nos será de grande ajuda para compreender melhor o papel do Estado brasileiro como promotor de desenvolvimento econômico e social, nas fases que atravessaram os treze anos de governos dos Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência.

O conceito de ativismo estatal utilizado por Singer (2015) tem fundamental importância neste trabalho, adquirindo caráter de complementariedade ao conceito de poder infraestrutural do Estado concebido por Mann, trazendo o debate para uma perspectiva nacional. Trata-se, pois, da capacidade do Estado de intervir na economia quando lhe parecer oportuno ou necessário para garantir a execução de seu programa político, seja por meio do estabelecimento de pactos e coalizões de classes, de políticas de distribuição de renda e de infraestrutura ou da intervenção direta nos indicadores econômicos e financeiros. Consoante Singer, o ativismo estatal é marca forte do primeiro governo Dilma, com a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda em 2006. Segundo Singer (2015, p.50), “o Estado despertara da letargia e buscava meios para alavancar o crescimento em 2007, com o lançamento do PAC”.

A importância do Estado, novamente, é reforçada como mecanismo de desenvolvimento econômico e inclusão social, via industrialização:

“Um Estado capaz de comandar a atividade econômica é de alto interesse para a fração organizada da classe trabalhadora, assim como para as camadas populares em geral e também, em um primeiro momento, para a burguesia industrial. A intervenção do Estado abre avenida para a industrialização, o pleno emprego, o aumento dos salários e a inclusão do subproletariado” (SINGER, 2015, p. 70).

Feita essa breve contextualização, cabe caracterizar o setor elétrico nacional como estratégico tanto para o desenvolvimento econômico e social induzido pelo Estado quanto para a inclusão de camadas populares na dinâmica da sociedade industrial brasileira por meio da adoção de políticas públicas. A caracterização de uma classe social denominada de subproletariado, detentora de um salário mensal não maior do que dois salários mínimos, segundo o

autor em questão, conformou a base social afetada pelos programas de distribuição de renda do lulismo por meio de políticas públicas. Dentre elas, está o programa Luz Para Todos, parte de uma iniciativa maior de infraestrutura denominada Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que serão discutidos com mais profundidade adiante.

A pavimentação do ensaio desenvolvimentista do primeiro governo Dilma, como denominado por Singer, é resultado, portanto, do ativismo estatal em torno de questões emblemáticas da economia na sociedade civil. Um exemplo emblemático do ativismo estatal no setor elétrico brasileiro nesse período é a redução do preço da energia elétrica, materializada pela MP 579/2013, um apontamento concreto de tomada de lado dentro do vasto campo dos atores envolvidos: o governo enfrentaria os interesses das multinacionais estrangeiras do financeirizado setor elétrico para garantir o acesso mais barato à energia elétrica à população em geral, ato significativo para a parcela mais pobre da sociedade brasileira.

O PROGRAMA LUZ PARA TODOS E A ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ‘BRASIL PROFUNDO’

Chegamos ao ponto central deste *paper*, no qual podemos aplicar o arcabouço teórico des-trinchado anteriormente à luz do LPT, programa social ainda em vigor no país. O contexto de criação do programa em questão, no ano de 2003, localiza-se no primeiro governo Lula, eleito em 2002. Sob o lema do desenvolvimento nacional com inclusão social, arquitetado a partir de uma aliança com a burguesia nacional, simbolizada pelo documento “Carta aos brasileiros”, a chegada do PT ao governo inaugura uma série de programas sociais destinados à redução da desigualdade social, via distribuição de renda e inclusão via consumo, tais como o “Programa Bolsa Família”, o “Fome Zero” e o “Luz para Todos”, criados no ano de 2003. É importante ressaltar a sintonia destes objetivos com as metas de redução da extrema pobreza estabelecidas pela Organização das Nações Unidas- ONU.

O cenário internacional, por sua vez, mostra uma perda de legitimidade da ideologia neoliberal simbolizada pelo Consenso de Washington e seu manual de reestruturação econômica

military force (as in the various reductionist theories); it is a different socio-spatial organization”.

dos países do Terceiro Mundo, especialmente as políticas para a América Latina, somando-se a crise da dívida externa que atravessou grande partes dos países da região. Frente a esse cenário, é notória a intensificação dos debates e das indagações, dentro e fora da academia, sobre qual seria o papel do Estado brasileiro frente a seu território e sua população e, principalmente: de que maneira o Estado e suas políticas podem impulsionar ou direcionar o desenvolvimento econômico e social, neste novo período histórico brasileiro.

O LPT, portanto, é criado com o objetivo central de realizar obras de eletrificação no territorial rural, zona mais pobre do território nacional, com a finalidade de atenuar as condições de pobreza, tendo em consideração os dados revelados pelo Censo Demográfico de 2000, alegando a carência de energia elétrica a 10 milhões de brasileiros, concentrados principalmente nas regiões Nordeste e Norte do país. Vale ressaltar que este programa foi precedido pelo “Luz no Campo”, criado em 1999, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, a singularidade do LPT representa um ponto de inflexão, em termos de política pública, devido a seu caráter universal e gratuito, consoante Ribeiro, Teixeira e Soares (2017, p. 326):

“[...] o LPT representou uma quebra de paradigma, ao ser o primeiro programa que ofereceu a possibilidade de atendimento sem custo ao solicitante, levando o ponto de entrega até a propriedade, um grande avanço nas políticas públicas de eletrificação, em especial eletrificação rural. Ao lançar o programa, o governo tinha por objetivo que a energia fosse um vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais, contribuindo para a redução da pobreza, por meio do aumento da renda familiar. Esperava-se que a chegada da energia elétrica facilitasse a integração dos programas sociais do governo federal, o acesso a serviços de saúde e de educação, o abastecimento de água e o acesso ao saneamento”.

A organização institucional do LPT estrutura a coordenação do programa a cargo do MME, a operacionalização, feita pela Eletrobrás, a regulação e fiscalização das metas estipuladas, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a execução das obras de infraestrutura, vin-

culadas às concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural. Segundo o MME (2009), o programa tinha como meta inicial atingir 2,5 milhões de famílias brasileiras residentes em áreas rurais, totalizando aproximadamente 10 milhões de brasileiras e brasileiros – correspondente à totalidade da população excluídas do direito a eletricidade. Este ambicioso programa ultrapassou sua meta inicial no ano de 2009. No entanto, o Censo de 2010 demonstrava ainda uma quantia considerável de domicílios sem acesso à energia elétrica, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Nesse sentido, instaura-se nova fase do programa em 2011, e novamente em 2015, atingindo um total de 3,2 milhões de famílias beneficiárias do programa, totalizando aproximadamente 15,6 milhões de cidadãos.

O atendimento prioritário do programa, como consta no Manual de Operacionalização formulado pelo MME, é voltado para municípios com Índice de Atendimento Domiciliar (de energia elétrica) inferiores a 85%, nos quais localizam-se a parcela mais pobre da população brasileira, o subproletariado nacional; escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento de água; populações consideradas marginalizadas, minorias raciais ou comunidades especiais, tais como terras indígenas, assentamentos rurais, comunidades quilombolas, atingidos por barragens de hidrelétricas, entre outros.

O estudo realizado por Ribeiro, Teixeira e Soares (2017) nos demonstra, por meio do método de estimador de diferenças em diferenças, a partir de análises comparativas do Censo Demográfico de 2000 e 2010, período no qual o LPT foi implementado, de que maneira o programa afetou os índices socioeconômicos das populações beneficiárias. O grupo analisado foram as populações dos municípios com menos de 85% de cobertura domiciliar elétrica, observando três questões centrais (variáveis de avaliação): indicadores de renda, acesso e nível de educação e empreendedorismo da população, apontando para os efeitos positivos do programa em todas as variáveis, especialmente no que diz respeito ao rendimento médio dos trabalhadores, a escolaridade média da população com 25 anos ou mais de idade e a taxa de alfabetização da população, embora cada região analisada (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) tenham resultados díspares.

“Por exemplo, a média entre os municípios da escolaridade média das pessoas

com 25 anos ou mais aumentou 50,00%, passando de aproximadamente quatro para seis anos. A média entre os municípios da taxa de alfabetização também teve considerável elevação, passando de 79,10% para 84,04% (quase 5 p.p.). Para a média entre os municípios da proporção de alfabetizados com 50 anos, o aumento foi ainda maior: cerca de 9 p.p. (de 57,58% para 66,41%). (...) Entre 2000 e 2010, para o total dos trabalhadores com 18 anos ou mais de idade, houve um aumento de 14,72% (de R\$ 678,04 para R\$ 777,88). Entre os mais jovens, trabalhadores de 18 a 29 anos de idade, o aumento da média entre os municípios foi ainda mais expressivo: 33,58% (de R\$ 463,52 para R\$ 618,74). No entanto, no que tange às variáveis ligadas ao empreendedorismo, houve redução na média entre os municípios tanto na proporção de trabalhadores conta-própria quanto na proporção de empregadores entre 2000 e 2010". (RIBEIRO, TEIXEIRA E SOARES, 2017, p. 332).

Dessa maneira, a hipótese que se pretende comprovar acerca da relação positiva entre investimento e infraestrutura, redução da pobreza e desenvolvimento social parece mostrar-se verdadeira, quando analisado os efeitos do LPT nas regiões mais pobres do país. Não obstante, encontra-se na literatura acadêmica conclusões similares acerca dos efeitos positivos do investimento em infraestrutura nos índices socioeconômicos das populações beneficiárias, como apontam Bertella e Teixeira (2013, p. 41), ao concluir que "o Programa LPT cumpre, pelo menos parcialmente, sua meta social de auxiliar na redução das disparidades estaduais brasileiras", após um conjunto de análises realizadas comparando os investimentos do Programa entre os estados da federação. Cabe comentar que as disparidades de acesso à energia elétrica também se localizam dentro dos estados, onde a exclusão elétrica se concentra nas zonas rurais, como atestam Danni *et al* (2004, p. 36):

"Em todos os Estados, a exclusão elétrica é mais grave na zona rural. Assim, o fenômeno aparece atenuado naquela região. É importante observar como a diferença entre a exclusão na zona rural e urbana é mais acentuada nas regiões Nordeste e Centro-Oeste que nas regiões Sul e Sudeste. Este é um sinal cla-

ro da concentração de pobreza no meio rural nas regiões NE e CO".

Os efeitos positivos do programa também reverberam diretamente na qualidade de vida dos beneficiados, como demonstra a pesquisa "Impactos do Programa Luz para Todos", encomendada pelo MME no ano de 2013. O atendimento prioritário à parcela mais pobre da população, o subproletariado, mostra-se verdadeiro ao demonstrar que 89,6% dos beneficiários não ultrapassam renda mensal de até 2 salários mínimos. O levantamento demonstra que aproximadamente 93% dos entrevistados relatam aumento na qualidade de vida e melhoria nas condições da casa, justificado pela aquisição de eletrodomésticos, como geladeira, televisão e celular. Da mesma forma, considera-se importante mencionar o recorte de gênero feito na pesquisa, demonstrando como o LPT pode ter concedido às mulheres beneficiárias mais independência e autonomia. A maior sensação de segurança na comunidade, relatado por 56,3% dos entrevistados acompanhou a entrada de 245 mil mulheres no mercado de trabalho, e cerca de 309 mil começaram a estudar ou retomaram os estudos após o LPT.

Por fim, cabe justificar a utilização do termo 'Brasil profundo' para referir-se aos territórios nos quais o programa Luz para Todos deu prioridade das obras de infraestrutura. Como mencionado anteriormente, este termo é retirado da literatura brasileira e aplicado, com fins lúdicos a este presente trabalho. Partindo-se do entendimento da histórica desigualdade dos níveis socioeconômicos e acesso à infraestrutura entre as regiões brasileiras, o Brasil profundo refere-se justamente à parte do território nacional historicamente invisibilizada ou esquecida pelo poder estatal, tanto por não serem os principais centros econômicos e industriais do país quanto por abrigarem populações tradicionais, classificadas pelo governo federal como "vulneráveis", que não seguem a mesma lógica de modo de vida conforme propõe o capitalismo globalizado, tais como comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos da Reforma Agrária.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a garantia do direito à eletricidade, por meio do ativismo estatal ou do poder autônomo infraestrutural do Estado representa um marco na vida dessas populações e vai na contramão da lógica do capital, caso o acesso à energia elétrica dependesse de empresas privadas. Tal fato

reforça, portanto, a necessidade e a importância da presença estatal em toda sua extensão territorial por meio do acesso à infraestrutura como um (dos diversos) métodos para reduzir a desigualdade social e promover a inclusão dessas populações, garantindo-lhes autonomia e possibilitando melhores condições de vida e trabalho.

Alguns exemplos merecem ser mencionados acerca das melhorias nas condições de vida das populações vulneráveis depois da chegada da energia elétrica, de forma a desnaturalizar a ideia de que a energia elétrica sempre foi acessível e amplamente ofertada. Segundo dados do MME (2016), aproximadamente 35 mil famílias indígenas (cerca de 180 mil cidadãos) passaram a ter energia elétrica em suas aldeias, possibilitando o armazenamento de vacinas e soros contra animais venenosos nas geladeiras dos postos de saúde, a utilização de equipamentos de irrigação para a produção de mandioca, dentre as diversas melhorias em termos de qualidade de vida. Segundo o Instituto Lula, por meio da plataforma Brasil da Mudança (2017), um convênio do MME com a Funai permitiu que

“nas escolas das aldeias Terena, Guarani Kaiowá e Kaingang, os beneficiários recebiam instruções sobre como utilizar a energia elétrica de forma racional e segura, em cartilhas publicadas em português e nas línguas nativas de cada um desses povos.”

Para as populações ribeirinhas, tradicionalmente pescadoras, a chegada da energia elétrica representa a possibilidade de armazenar peixes frescos em suas geladeiras. Os efeitos do LPT na vida das comunidades quilombolas carentes de energia elétrica também são notáveis, tais como a possibilidade de celebrar em praça pública sua cultura popular ancestral, iluminados por postes de energia, bem como as novas possibilidades para o comércio local. Segundo o MME (2016), 29 mil famílias quilombolas (cerca de 150 mil) pessoas adquiriram o direito à energia elétrica em suas comunidades. Quanto às famílias residentes nos assentamentos da Reforma Agrária, das quais mais de 1 milhão de cidadãos (cerca de 228 mil famílias) passaram a ser beneficiários do LPT, pode-se afirmar que a energia elétrica aumentou a pro-

dutividade e a renda da agricultura familiar, junto com a qualidade de vida destas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho pretendeu elucidar melhor a relação entre os conceitos de ativismo estatal, poder autônomo do Estado e as mudanças percebidas no 'Brasil profundo' por meio do Programa Luz para Todos, garantindo o acesso à eletricidade como direito de todas e todos. Como dito anteriormente, não se pretendeu aqui realizar uma análise desta política pública *strictu sensu*, tampouco exaltar os logros do PT em capitanear este ambicioso projeto. Trata-se de uma análise sóbria, a partir da lente do Estado, acerca da importância do ativismo estatal, especialmente a partir de suas capacidades estatais para a infraestrutura de fazer-se presente na vida das populações de forma territorializada, possibilitando a redução da pobreza e a inclusão social por meio de políticas públicas setoriais. A integração energética de cerca de 15 milhões de pessoas antes excluídas desse direito certamente representou um ponto de inflexão na vida de tantas famílias nas mais diversas comunidades do país. Não por acaso, o Programa foi prorrogado pelo governo federal por mais algumas vezes desde sua criação, estendendo sua atuação e objetivos até 2022.

Em sintonia com Singer (2015) e Mann (1984), entende-se que em uma democracia, o Estado deve ser protagonista do desenvolvimento com função social, em constante diálogo com a sociedade civil, dos empresários aos movimentos sociais, articulando seus interesses próprios através de seu poder autônomo (que devem servir à maioria da população). Espera-se, finalmente, que este trabalho possa contribuir, ao mesmo tempo, como incentivo e ferramenta para novas pesquisas acerca da temática, comprometidas em compreender e analisar as diversas matizes e particularidades do Brasil profundo. Assim, acredita-se poder conformar, junto aos trabalhos acadêmicos aqui citados, como arcabouço teórico-acadêmico que possa ser de utilidade, posteriormente, à formulação de políticas públicas e programas sociais voltados para a redução da desigualdade sociais e das disparidades estaduais brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CENSO DEMOGRÁFICO 2010 (2011). Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio

de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (2009). Pesquisa Quantitativa Domiciliar de Avaliação da Satisfação e de Impacto do Programa Luz para Todos. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/3042878/Pesquisa+2013/c14eec59-80b6-4276-802f-56736b3e03df?version=1.1>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (2013). Impactos do Programa Luz para Todos. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/pesquisa_de_satisfacao_2013.pdf.%3e%20Acesso%20em%2020/01/2019>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO ECONÔMICA (2015). Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/luz-para-todos>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (2016). Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial/outras-noticias/-/asset_publisher/32hLrOzMKwWb/content/luz-para-todos-completa-12-anos-com-15-6-milhoes-de-brasileiros-beneficiados>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRASIL. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (2016). Pesquisa Brasileira de Mídia. Brasília: IBOPE inteligência. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. BRASIL DA MUDANÇA (2017). Disponível em: <<http://www.brasildamudanca.com.br/luz-para-todos/aldeias-indigenas>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

CUNHA, Euclides da. (1984). Os Sertões. São Paulo, Três.

DANNI, Luciano dos Santos; FARIAS, Regina Cláudia; SOUZA, Paulo Cesar; LOUZADA, Ricardo Tavares; BAPTISTA, Pedro Antônio; BERNARDES, Sandro Henrique. (2004), "A exclusão no acesso aos serviços de energia elétrica no Brasil". *Revista Tribunal de Contas da União*, Dados, 99, 01:32-41.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (2014), "Capacidades estatais: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas", in A.A Gomide & R.R Pires (Orgs.), *Capacidades Estatais e democracia. Arranjos Institucionais de Políticas Públicas*, Brasília, IPEA.

MANN, Michael. (1984), "The autonomous power of the state: Its origins, mechanisms and results". *European Journal of Sociology*, 25, 185-213.

RIBEIRO, Felipe Garcia; TEIXEIRA, Gilbran da Silva; SOARES, Silvana Guimarães. Investimentos em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico: o caso do Programa Luz para Todos. *PPP: Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, v. 49, n. 2, p.321-356, jul. 2017. Semestral. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/ppp/180110_ppp_49.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SINGER, André. (2009), "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, 85: 83-102. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2019.

SINGER, André. (2015), "Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)". *Novos estud.* CEBRAP, São Paulo, 102:39-67. Disponível em: <http://www.scielo.br/cielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000200039&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2019.

TEIXEIRA, Rudolph Fabiano Alves Pedrosa; BERTELLA, Mario Augusto. (2013), "A importância do programa Luz para Todos na redução das disparidades regionais brasileiras". *Revista Brasileira de Energia*, Dados, 19, 2:39-68.

Recebido em 30 de abril de 2019

Aprovado em 25 de novembro de 2019

Nominata

Agradecemos àqueles/as que atuaram como pareceristas no volume 16, número 1, por sua criteriosa dedicação e sempre gentil avaliação dos textos submetidos.

- Adriana Lima (UEFS)** <adriananvlima@gmail.com>
- Alessandra Gomes da Silva (INES)** <alettrasufrj@hotmail.com>
- Ane Caroline dos Santos (UFGD)** <aroline.anesantos43@gmail.com>
- Anna Carolina Horstmann Amorim (UEMS)** <anna.horstmann@hotmail.com>
- Anna Carolina Cunha Pinto (PPGSD/ UFF)** <annacarolinapinto@id.uff.br>
- Carla da Conceição de Lima (PUC-RJ)** <carlacdl@ig.com.br>
- Ana Carolina Canegal de Almeida Pozzana** <carolcanegal@gmail.com>
- Caruanã Guatara Oliveira Frescurato (PPGEduc-UFRRJ)** <vjdobf@gmail.com>
- Cassia Milena Nunes Oliveira (USP)** <cassiamilen@hotmail.com>
- Daniel Marcelino dos Santos (UMC)** <profisiodms@yahoo.com.br>
- Daniel Pereira Rocha (UFBA)** <dankrocha@gmail.com>
- Denise Nunes De Sordi (PPGHis/Inhis-UFU)** <denisends@gmail.com>
- Dolores Puga Alves de Sousa (UFMS)** <dolorespuga@gmail.com>
- Edgar Monteiro Chagas Junior (PPGCLC/UNAMA)** <edgarchagas@yahoo.com.br>
- Emanuelle Beserra de Oliveira (UFC)** <manubazik@hotmail.com>
- Evaldo Ribeiro Oliveira (UNILAB-CE)** <evaldo@unilab.edu.br>
- Fabiana Moreno de Lima (UECE)** <fabianamorenodelima@gmail.com>
- Gepherson Macêdo Espínola (SEC-BA)** <gepherson@hotmail.com>
- Giovana Gonçalves Pereira (UNICAMP)** <giovana.ggp@gmail.com>
- Idalina de Carvalho (UFJF)** <idalinadecarvalho@gmail.com>
- João Roberto Bort Júnior (UNICAMP)** <jrbort@gmail.com>
- Jocimara Rodrigues de Sousa (USP)** <jocimara.rsousa@gmail.com>
- Jorge Luis Zaluski (UDESC)** <jorgezaluski@hotmail.com>
- Juliane Bazzo (UFRGS)** <bazzojuliane@gmail.com>
- Jussara Romero Sanches (UEL)** <jussararomerosanches@gmail.com>
- Kelly Francisca da Silva Brito (PUC-GO/ SEDUCE-GO/SME-GO)** <kellyletraslibras@gmail.com>
- Luiz Felipe Rodrigues (UFGD)** <luiz.felipe.r@outlook.com>
- Manuella Riane Azevedo Donato (UFPE)** <manudonato@gmail.com>
- Marcelli Cipriani (PUCRS)** <marcellicipriani@hotmail.com>
- Marcelo Pinheiro Cigales (UFSC)** <marcelo.cigales@gmail.com>
- Mariane Del Carmen da Costa Diaz (CLACSO/UNIJUÍ)** <maridiaz_ufrjr@hotmail.com>
- Rafael Sellamano Silva Pereira (UFMG)** <rafasell@gmail.com>

Rodrigo Bischoff Bel (FCC/Unesp) <rbbelli@hotmail.com>

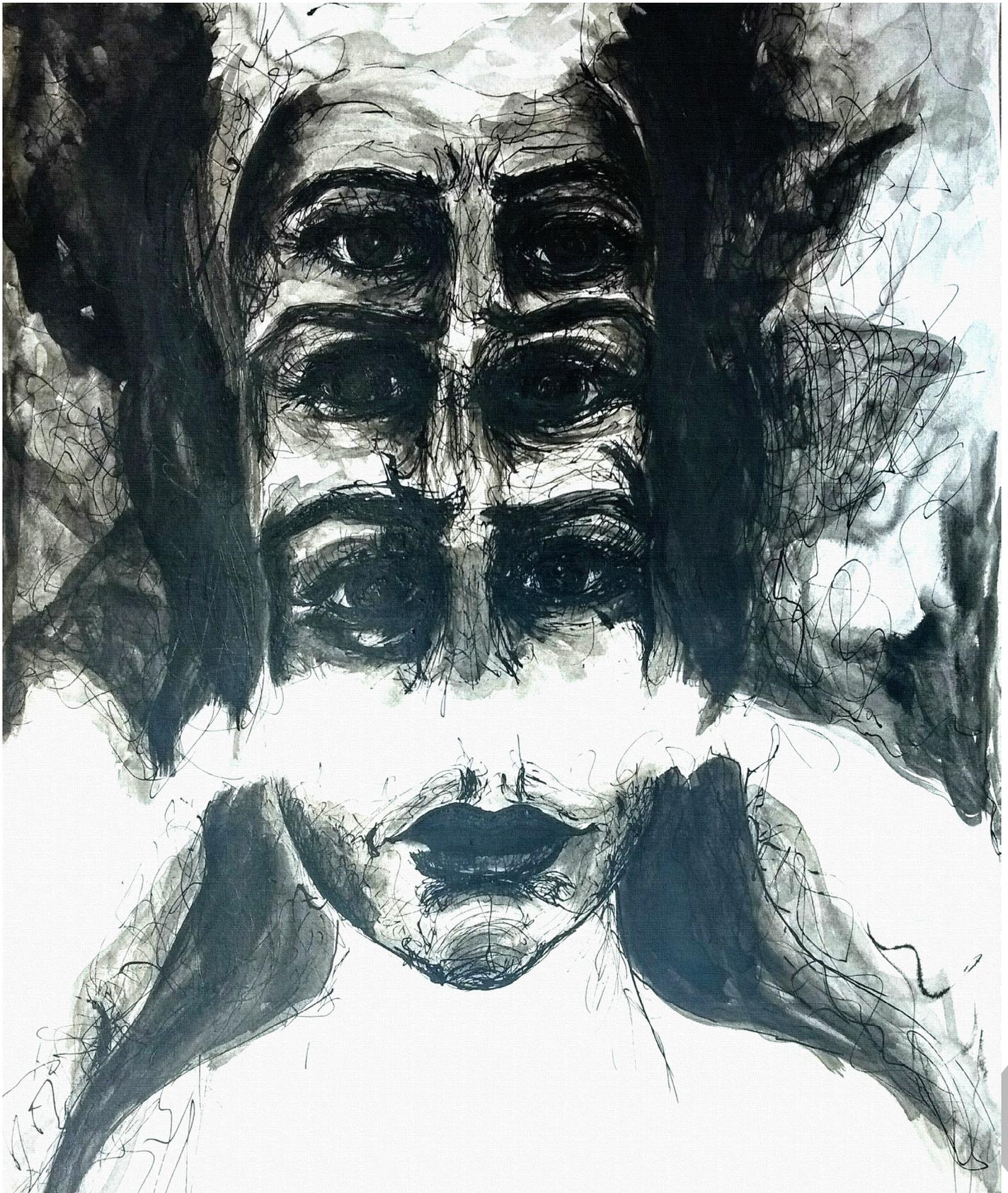
Rosalvo Ivarra Ortiz (UFGD) <rosalvortiz@hotmail.com>

Samantha Alves da Silva (UFC) <saalves85@gmail.com>

Silvana Maria Bitencourt (UFMT) <silvana_bitencourt@yahoo.com.br>

Tiago Vinícius André dos Santos (USP) <tiago.dh@usp.br>

Tsamiyah Carreño Levi (UFSC) <tsalevi@gmail.com>



Crédito às Ilustrações

Anyi Lorena Niño Millan

Ilustra as páginas 33, 50 e 72

Artista colombiana, mora em Campinas, SP, há seis anos. Mestra e Doutoranda em artes visuais pela Unicamp. Sua pesquisa transita pelas diversas linguagens artísticas como a pintura, fotografia, desenho e mídia; tendo como eixo principal a memória, o imaginário e o realismo mágico.

Contato: <@angie_nino_artista>

Carmen Jimenez Castro (@blue.lejo)

Ilustra a página 3 (Editorial)

Sou Carmen Jimenez, estudante do 10º semestre da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Tenho 23 anos e desde os 16 desenvolvi interesse por arquitetura, arte e design, criando desde colagens e ilustrações até pinturas e zines. Tenho uma marca de quadros de azulejos, chamada @blue.lejo, que remetem à cultura brasiliense a qual pertenço.

Contato: <<http://carmenjimenez.46graus.com/>>

Clara Braga Assumpção

Ilustra a página 74

Sou graduanda do quinto período do curso de Artes Visuais na Escola de Belas Artes da UFMG, e venho trabalhando meu interesse pela cultura popular no módulo “Aspectos cênicos da cultura popular” do curso de Patrimônio Cultural pela Escola Livre de Artes – Arena da Cultura (da PBH).

Meu trabalho em artes visuais se divide entre a área da abstração, por meio da cerâmica e da serigrafia, e a área figurativa, que se realiza em pintura e desenho.

Atualmente, faço parte do setor Educativo da Casa do Baile – Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design do Conjunto Moderno da Pampulha, onde estou tendo a oportunidade de expor um dos meus trabalhos no recém inaugurado Espaço Cobogó.

Contato: <<https://instagram.com/clara.assumpcao?igshid=9ersiq1j77pw>>

Igor Maciel da Silva

Ilustra as páginas 15 e 40

Doutorando em Estudos do Lazer pela UFMG. Desenha nas horas “vagas”.

Contato: <@euoigor>

Lucas Filipe Alves de Oliveira

Ilustra a capa

Lucas Filipe Oliveira é compositor (e às vezes artista visual). Formado em composição pela UFMG, já teve obras apresentadas em festivais e eventos de música erudita no Brasil e exterior, incluindo a Bienal de Música Brasileira Contemporânea, o prêmio Metamorphoses e o festival Monaco Electroacoustique. No campo da música popular compõe canções, sozinho ou em parcerias com Daniel Tamietti, Davi Fonseca e Thiago Diniz, que têm sido apresentadas em diversos eventos em Belo Horizonte e outras cidades do Brasil. Atua também em trilhas sonoras para cinema e teatro.

Contato: <https://www.instagram.com/luc.a.s_o/>

Poppy Hoogesteijn Carpio

Ilustra a página 62

Natural da Venezuela, mora em Campo Grande - MS desde os 10 anos. Tem 21 anos, e é estudante de Artes Visuais na UFMS. Tem como tema principal em suas criações o gênero que não é fixo, pessoas que transgridem o gênero, ou que fluem ou não se inserem dentro do masculino ou feminino como os conhecemos. Na criação de personagens em desenhos e pinturas, e de colagens digitais.

Contato: <Instagram.com/poppy_arte>





